



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS / PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

LIZIANE SILVA RODRIGUES

MATERNIDADE E RAÇA:

um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia
na rede pública de ensino

PORTO SEGURO - BA
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS / PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

LIZIANE SILVA RODRIGUES

MATERNIDADE E RAÇA:

um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia
na rede pública de ensino

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como complementação dos créditos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação para o Ensino das Relações Étnico-Raciais, tendo como área de concentração, Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Rebouças dos Santos.

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

R292m Rodrigues, Liziane Silva, 1980 -
Maternidade e raça: um diálogo necessário para o ensino e a
aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino. / Liziane Silva
Rodrigues. – Porto Seguro, 2021.
107 f.

Orientadora: Maria do Carmo Rebouças dos Santos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. Gravidez - Adolescentes. 2. Ensino Étnico-Racial. 3. Geografia -
Ensino. I. Santos, Maria do Carmo Rebouças dos. II. Título.

CDD – 372.891

Dedico este trabalho de pesquisa a todos(as) aqueles(as) que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização e, sobretudo a Deus, que diariamente nos fortalece e nos guia nessa jornada não muito fácil, porém contínua.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado a vida, em abundância, e por ter me dado forças para realizar este trabalho, uma vez que foram muitas as dificuldades encontradas.

*“Deus é nosso refúgio e fortaleza,
Socorro bem presente na angústia.
Pelo que não temeremos, ainda que a terra se mude,
E ainda que os montes se transportem para o meio dos mares;
Está conosco o Senhor dos exércitos!”
(Salmo 46)*

À minha família, pelo apoio e compreensão. A eles, os meus mais profundos agradecimentos.

*“É na família que se chora e canta
É na família que se canta alegre
A canção da vida, a canção do amor
É em família que se canta alegre
Que se sofre a vida, que se canta o amor”.
(Wilson Sperandio)*

Aos(às) professores(as) que acompanharam a minha formação, pela convivência e ensinamentos, em especial à orientadora deste trabalho, Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Rebouças dos Santos.

*“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende,
Isso entra na cabeça dele.
Se você falar com ele em sua própria linguagem,
Você atinge seu coração”.
(Nelson Mandela)*

RESUMO

O presente projeto de investigação-ação tem como objetivo investigar o papel do ensino de Geografia ante as adolescentes grávidas na rede pública de educação, a fim de aprimorar as práticas educativas na área de Geografia e contribuir para a inclusão das discentes e permanência delas em um ambiente com aulas mais inclusivas, acolhedoras e críticas. Tal proposta ancora-se na compreensão de que a situação e as dificuldades vivenciada pelas discentes gestantes, que na sua maioria são pretas ou pardas, devem ser discutidas e relacionadas com alguns conteúdos da Geografia, no intuito de contribuir para um ensino mais transformador e possibilitar a inserção e transformação da realidade do espaço local, compreendendo as realidades vivenciadas dentro e fora da sala de aula, em uma perspectiva que contemple, além da dimensão econômica, as dimensões afetivas e culturais, as quais trazem implicações às relações, ao significado e à identidade de cada menina e do espaço geográfico a partir das práticas sociais. A pesquisa realizada compreendeu as seguintes etapas: a construção do marco teórico, com a finalidade de compreender a importância de se formar conhecimento pautado na realidade vivenciada pelos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem – o referencial teórico foi pautado nas ideias e conceitos de autores como Carneiro (2005), Cavalcanti (2000, 2012, 2020), Crenshaw (2002), Freire (1983), Fonseca (2003, 2010), Gallo (2003), Gomes (2017), Gonzalez (1984, 1988), Munanga (2017), Santos (1959, 1997), entre outros –; análise documental das atas de fechamento dos anos letivos de 2016 a 2019, das fichas de matrícula, dos livros de ocorrências coordenação/alunos(as) e do Projeto Político-Pedagógico - PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018), com o intuito de verificar as informações gerais da escola sobre turmas e alunos(as); análise do plano de curso de Geografia encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação para as escolas municipais e do plano de curso e de unidades de Geografia das turmas de 8º e 9º ano da referida escola, com o propósito de verificar a forma como os conteúdos estão expostos e se existe a possibilidade de relacioná-los às questões que envolvem a gravidez na adolescência; pesquisa-ação, que consistiu na realização de duas oficinas: a primeira realizada com discentes das turmas de 8º e 9º ano do Educandário Pero Vaz de Caminha, escola municipal localizada no Bairro Paraguai, na cidade de Porto Seguro, com a intenção de perceber a visão dos estudantes sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência e como essa temática poderia ser trabalhada na sala de aula, e a segunda, que foi realizada com as quatro docentes de Geografia da referida escola e teve como intuito verificar se e como as questões que envolvem a gravidez na adolescência poderiam ser trabalhadas nas aulas de Geografia e contextualizada com os conteúdos da referida disciplina. As atividades de intervenção tiveram como objetivo a sistematização de um produto educacional final, que é a proposta de um guia com sequências didáticas para as turmas de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, intitulado “O Ensino de Geografia em sua função social: potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar”, com algumas temáticas sociais, econômicas, culturais e raciais, as quais, alinhadas aos conteúdos da Geografia, podem potencializar processos de ensino e aprendizagem críticos e condizentes com a realidade vivenciada pelas alunas gestantes. Tais ações foram elaboradas a partir da escuta, observações e diálogos com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Ensino étnico-racial. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

This research-action project aims to investigate the role of teaching Geography from the view of pregnant teenagers in public education system, in order to improve educational practices in Geography fields and contribute to their inclusion and permanence of an environment with more inclusive, welcoming and critical classes. This proposal is based on the understanding that the situation and difficulties experienced by pregnant students, who are mostly black or “pardas” (brown-skinned), should be discussed and related to some geography contents, in order to contribute to a more transformative teaching, with the aim of enabling the insertion and transformation of their reality in the local space, understanding their realities experienced inside and outside the classroom, in a perspective that contemplates, beyond the economic dimension, the affective and cultural dimensions, which bring implications to relationships, meaning and identity of each girl and geographic space from social practices. The research conducted comprised the following stages: construction of the theoretical framework with the purpose of understand the importance of building knowledge based on the reality experienced by the subjects in the teaching-learning process – the theoretical framework was based on the ideas and concepts of authors such as Carneiro (2005), Cavalcanti (2000, 2012, 2020), Crenshaw (2002), Freire (1983), Fonseca (2003, 2010), Gallo (2003), Gomes (2017), Gonzalez (1984, 1988), Munanga (2017), Santos (1959, 1997), among others –; document analysis of the closing meeting minutes of the school years of 2016 to 2019, enrollment forms, register book of coordinators/students and the political-pedagogical project - PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018), in order to check the overall information of the school about classes and students; analysis of the Geography curriculum sent by the Municipal Department of Education to all municipal schools and the curriculum of Geography of 8th and 9th grade of the researched school, in order to check how the contents are exposed and whether there is a possibility of relating them to issues involving teenage pregnancy; research-action, which consisted of two workshops: the first one with students from the 8th and 9th grades from Educandário Pero Vaz de Caminha, a public school located in district Paraguai, in Porto Seguro - BA, Brazil, with the intention of understanding the students' view on issues involving teenage pregnancy and how this theme could be worked on in the classroom, and the second workshop, which was held with four geography teachers of the mentioned school, with the purpose of verifying if and how issues involving teenage pregnancy could be worked on geography classes, contextualized with the contents of that subject. The intervention activities aimed to systematize a final educational product, which is the proposal of a guide with didactic sequences for 8th and 9th grade classes of Elementary Education II, entitled "Teaching Geography in its social function: enhancing the autonomy and inclusion of black pregnant girls in the school space", with some social, economic, cultural, and racial themes, which, aligned with the contents of Geography, can enhance critical teaching and learning processes and consistent with the reality experienced by pregnant students. These actions were developed from listening, observations, and dialogues with the subjects involved in the research process.

Keywords: Teenage pregnancy. Ethnic-racial teaching. Geography teaching.

SUMÁRIO

MEMORIAL: os caminhos por onde andei fizeram ser quem SOU.....	10
INTRODUÇÃO	15
1 MATERNIDADE, RAÇA E ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA.....	20
1.1 A adolescência e os fatores que envolvem uma gravidez precoce.....	20
1.2 Os fatores que interferem no desenvolvimento da adolescente gestante periférica.....	23
1.3 Educação e ensino de Geografia: desafios e perspectivas.....	28
1.3.1 A função do Estado e da escola.....	28
1.3.2 O ensino de Geografia e a construção de um conhecimento transformador.....	32
2 O APRENDER DA MENINA GESTANTE E OS CAMINHOS QUE PODEM SER POTENCIALIZADOS PELA GEOGRAFIA NA ESCOLA.....	37
2.1 Os caminhos percorridos.....	37
2.2 Unidades de análise.....	40
2.2.1 O município de Porto Seguro: características gerais e a influência do turismo no processo de segregação socioespacial.....	40
2.2.2 O bairro Paraguaí: lugar de análise e vivências.....	46
2.2.3 O Educandário Pero Vaz de Caminha.....	50
2.2.4 Caracterização das docentes de Geografia e discentes do Educandário Pero Vaz de Caminha.....	52
2.3 Os dados documentais.....	54
2.3.1 Dados gerais sobre a evasão no Educandário Pero Vaz de Caminha.....	54
2.3.2 A Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro.....	62
2.3.3 O planejamento do ensino de Geografia do Educandário Pero Vaz de Caminha.....	69
2.4 As oficinas pedagógicas	74

2.4.1 A oficina “Gravidez na adolescência: como permanecer na escola”	74
2.4.2 A oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia”	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE - PRODUTO EDUCACIONAL - O ensino de Geografia em sua função social: potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar	106

MEMORIAL: os caminhos por onde andei fizeram ser quem SOU

Sou natural da cidade de Vitória da Conquista na Bahia, onde vivi uma infância feliz. Filha de pais mascates, tive que aprender a trabalhar desde cedo e isso fez com que aprendesse a lutar e valorizar a educação que recebi. Fiz o Ensino Fundamental em escolas da rede pública de ensino, sempre com muito esforço e dedicação.

Aos 15 anos, mudei-me com a minha família para a cidade de Ibicaraí, no sul da Bahia. Naquela época decidi que queria ser professora, pois apesar de nascer, me criar e trabalhar no comércio, não gostava do que fazia. Iniciei então o curso de Magistério do 1º grau no Colégio Estadual Ana Nery, finalizando-o no ano de 1998. Foram três anos de muitas descobertas e alegrias.

No ano seguinte, logo após o término do curso técnico, minha família, por questões econômicas, retornou novamente para a cidade de Vitória da Conquista. Então, comecei uma nova fase em minha vida. Decidi prestar o vestibular para Pedagogia. Trabalhava durante o dia e estudava sozinha à noite, preparando-me para o vestibular. Prestei então o vestibular para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, de Vitória da Conquista, passando em 12º lugar. Foi uma alegria imensa, pois, apesar dos meus esforços, achava que nunca iria conseguir.

Fiz dois semestres do curso de Pedagogia, porém me sentia insatisfeita com o curso, então resolvi partir para uma Licenciatura Plena, fazendo então a seleção para o curso de Geografia também na UESB. Logo de início, identifiquei-me com o curso, estava me preparando para ser professora, em um curso que me possibilitava uma visão crítica da ação e relação dos seres humanos com a Terra. Trata-se de um curso dinâmico, com docentes críticos, cheios de aulas práticas, viagens, aulas de campo e congressos.

Neste período, fiz grandes amigos e vivi momentos especiais. Iniciei também o meu trabalho como docente em uma escola particular, instituição conhecida como Educandário Gama Filho, com a turma de terceira série do Ensino Fundamental I. Essa escola foi essencial para a minha prática como educadora, pois a sua linha de ensino buscava interagir a teoria com a prática e toda a produção de conhecimento tinha que ser contextualizada.

Eu me desdobrava para dar conta das atividades propostas no trabalho e na universidade. Vivia feliz, pois sentia-me realizada e sabia que precisava buscar mais e mais conhecimento para evoluir como ser humano e professora. Fiquei cinco anos atuando nessa escola e estudando simultaneamente na UESB.

Na semana seguinte da formatura, participei da seletiva para a especialização em Geografia: Teoria e Prática de Sala de Aula, também na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, cuja data de conclusão foi em 19 de setembro de 2006, fazendo parte da primeira turma de especialização *Lato Sensu* oferecida pelo curso de Geografia da Instituição. Nessa mesma semana, também participei da seletiva realizada pela Secretaria Municipal de Educação para coordenação escolar. Fui aprovada para assumir a coordenação do Colégio Municipal Moises Meira, situado no distrito de José Gonçalves, zona rural do município de Vitória da Conquista.

As responsabilidades começaram a aumentar. Tinha que continuar estudando durante à noite e, agora, coordenando uma escola de médio porte no mencionado distrito e mais seus dois anexos, com uma realidade bem diferenciada da qual eu estava acostumada, pois eram alunos de uma classe social menos favorecida que, quando não estavam na escola, ajudavam os pais na lavoura. A prática como coordenadora de escola abriu meus olhos para a situação dos alunos que possuíam uma condição econômica mais vulnerável.

Esse período foi de muitas lutas e conquistas. Estudava bastante e estava sempre à procura de novas formas e metodologias para indicar aos colegas professores e contribuir para a melhoria da prática pedagógica desenvolvida por eles, na escola que estava coordenando. Aprendi bastante nessa função e comecei a entender a importância do desenvolvimento de um planejamento pedagógico crítico, com vistas a intervir na realidade local.

Findado o contrato com a prefeitura, fiz o concurso para professor do Estado de Minas Gerais, para a cidade de Governador Valadares. Fui aprovada e fiz as malas em busca de um novo caminho. Fiquei lá por pouco tempo, pois as condições salariais não permitiram que eu continuasse. Voltei para a Bahia, chateada com a educação e com a desvalorização da carreira de professor. Foi quando o Governo do Estado da Bahia abriu vagas para concurso público. Eu estava muito desmotivada, mas resolvi participar desse processo mesmo assim, inscrevendo-me para a região do Extremo Sul, onde havia uma vaga para cada cidade. Fui selecionada para o município de Porto Seguro e, seis meses após o resultado, tomei posse e fui encaminhada para o Colégio Estadual Doutor Antônio Ricaldi para trabalhar com turmas do Ensino Médio, onde permaneço até os dias atuais.

Enquanto esperava tomar posse do cargo do Governo do Estado da Bahia, prestei concurso para a Secretária Municipal de Educação da cidade de Santa Cruz Cabrália também para Geografia, passei e vim de imediato morar na cidade. Fui então encaminhada para a Escola Municipal Victorino em Coroa Vermelha, onde trabalhei por um ano e meio. Durante esse período, fiquei trabalhando nos dois municípios.

Quando foi divulgado o concurso da área de educação para o município de Porto Seguro, realizei o processo e, mais uma vez, obtive sucesso. Sendo assim, fui encaminhada para o Educandário Pero Vaz de Caminha e, imediatamente, solicitei exoneração do meu cargo na Prefeitura de Santa Cruz de Cabrália.

Apesar da correria do dia a dia que o trabalho me proporcionava, sentia a necessidade de estar em constante qualificação, foi quando eu resolvi fazer mais uma especialização, dessa vez em Geografia do Brasil, pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ e concluí tal curso em no dia 27 de outubro de 2010.

No ano de 2011, na escola municipal em que trabalhava, por ter atuado anteriormente na minha cidade natal, na área da coordenação pedagógica, fui chamada pela direção escolar para assumir a coordenação pedagógica nos anos de 2011 e 2012, frente às turmas do Ensino Fundamental II. Nessa função, encontrei muitas dificuldades, pois a escola enfrentava diariamente situações complexas como a violência, consequência do tráfico de drogas e da situação de marginalidade enfrentada pela maioria dos seus alunos, e a nítida quantidade de alunos que evadiam. Comecei então a perceber a importância de um olhar e uma prática diferenciada para aquela escola e comunidade.

Ao mesmo tempo em que lidava com situações difíceis na escola municipal situada no bairro Paraguai, continuava exercendo a docência na escola do Governo do Estado, situada no centro da cidade. Nela, paralelamente à atividade docente, atuei também como articuladora da área de humanas (2014, 2015) e, em 2016 e 2017, como articuladora da área de humanas e orientadora do Pacto (Programa de Fortalecimento do Ensino Médio), trabalhando diretamente com a formação continuada dos professores nas Atividades Complementares - Acs, momento destinado à preparação, avaliação do trabalho didático, reuniões pedagógicas e aperfeiçoamento profissional. Nesse mesmo período, mais precisamente nos anos de 2013 e 2014, fiz a minha terceira especialização, que foi em Geografia e Meio Ambiente, pela Universidade Cândido Mendes, concluída em 1º de julho de 2014.

Preocupada com a realidade dos meus alunos que enfrentavam todos os dias situações que os segregavam e excluía e tendo consciência da importância do meu papel como professora de Geografia para ajudar a mudar essa realidade, no ano de 2018, busquei capacitar-me ainda mais, para poder contribuir positivamente para a realidade que estava vivenciando. Foi quando comecei a fazer uma segunda licenciatura, agora em História, oferecida pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz - FACIBRA, concluída em 16 de agosto de 2019. Nesse mesmo período, interessei-me também em fazer o Mestrado Profissional pelo Programa

de Pós- Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER, da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, campus Sosígenes Costa.

No mestrado, os ensinamentos e as discussões realizadas nos componentes, ampliaram o meu olhar para a sociedade e fizeram-me criticar a educação eurocêntrica com a qual estava acostumada a trabalhar, desestabilizando “o meu chão” e a minha prática como professora da área de humanas e da Educação Básica. Eu estava, até então, acostumada a presenciar nos espaços escolares pelos quais já havia passado situações que excluía do processo de ensino aprendizagem os estudantes de classe social mais baixa e, entre eles, estavam as alunas gestantes. Tratava-se de situações provocadas muitas vezes pela prática de alguns docentes que não levavam em consideração a realidade vivenciada por essas alunas na sua prática educativa, sendo meros reprodutores de conteúdo, sem se preocupar com a efetiva formação intelectual e social das suas discentes.

Dessa forma, por perceber e indignar-me com a realidade vivenciada por algumas alunas e influenciada pela percepção e conhecimentos adquiridos com os componentes do mestrado profissional, que buscavam justamente trazer uma visão decolonial, busquei estudar, a partir daqueles que são subalternizados e excluídos, sobre qual seria o papel do ensino de Geografia (minha área de conhecimento e formação profissional) diante da situação das adolescentes grávidas da rede pública de educação.

Assim, por meio dos conhecimentos adquiridos em diversos componentes – como Fundamentos dos Processos de Ensino-aprendizagem nas Relações Étnico-Raciais, ministrado pela professora Dr.^a Eliana Povoas; Imperialismos e Descolonizações, ministrado pela professora Dr.^a Maria do Carmo Rebouças dos Santos (que deixo aqui registrado, ser minha querida e competente orientadora); Políticas Públicas e Relações Étnico-Raciais, ministrado pelas professoras Dr.^a Carolina Bessa e Dr.^a Lidyane Ferreira; e Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra, ministrada pelo professor Dr. Richard Santos –, vi a oportunidade de pesquisar e produzir algo que pudesse intervir na realidade dos meus alunos da rede pública de ensino.

Começo então a colocar em prática um projeto de pesquisa que busca identificar o papel do ensino de Geografia perante as adolescentes grávidas da rede pública de educação. Essa pesquisa condiz com a proposta do curso de Mestrado do PPGER, que busca a compreensão das configurações que se desdobram nas práticas pedagógicas da Educação Básica, visando à necessidade de se pensar em espaços adequados que contribuam para a construção de práticas metodológicas referentes às questões étnico-raciais e das minorias.

Esta proposta de pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia da Covid-19¹, fase marcada por muitas dificuldades que assolaram o mundo e afetaram a vida cotidiana de toda a população mundial. Assim, para concluir a pesquisa, metodologias tiveram que ser repensadas para dar conta do que já havia sido proposto; mas segui em frente, pois o desejo de estimular mudanças foi o bem maior.

Desse modo, a participação no Mestrado Profissional oferecido pelo PPGER, potencializou a minha prática como docente de Geografia da rede pública de ensino, “abrindo os meus olhos” para a necessidade de se pensar em propostas e ensinamentos que respeitem as diferenças e valorizem os que foram tão subjugados e excluídos durante toda a nossa história. Esta pesquisa, portanto, busca oferecer contribuições para a prática pedagógica dos docentes de Geografia, enfatizando a necessidade de se ter um olhar mais crítico aos conteúdos propostos pela disciplina e aliando a teoria à realidade e às questões raciais, sociais e econômicas vivenciadas pelas alunas adolescentes gestantes. Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para a diminuição das desigualdades existentes no âmbito escolar, além de oferecer momentos de discussões acadêmicas sobre um tema tão importante.

¹ Segundo informações disponíveis no site do Ministério da Saúde, a pandemia da COVID-19 iniciou-se, no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, após a confirmação de que um homem de 61 anos, em São Paulo, havia testado positivo para o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Desde esse momento, muitos casos e mortes foram confirmados, no mundo e no Brasil. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas a febre, o cansaço e tosse seca. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos especialistas em educação e no ensino das relações étnico-raciais têm promovido reflexões sobre a necessidade de se desenvolver práticas que promovam discussões sobre a situação vivenciada por uma parcela da população que, por questões sociais e raciais, tem tido os seus direitos subjugados, vivendo muitas vezes à margem da sociedade.

Percebemos que, no caso da escola pública situada em bairro periférico, a situação é ainda pior, pois a falta de políticas públicas, de recursos e estrutura física das escolas, além da falta de oferecimento de formação para os docentes, têm possibilitado a exclusão e segregação de muitos jovens do espaço escolar, entre eles as adolescentes gestantes. Nesse caso, trata-se de alunas cujas famílias formam uma comunidade que, na sua maioria, segundo dados da UNFPA (2013), é composta por pretos e pardos, que sofrem diariamente com a falta de estrutura social e problemas como a marginalidade, tráfico de drogas e violência.

Essas adolescentes experimentam as mais diversas situações que têm contribuído para a iniciação precoce na vida sexual e, conseqüente, a gravidez. Ademais, elas têm, muitas vezes, uma gestação solitária, sem o acompanhamento do pai da criança, evadindo da escola e sofrendo críticas e o abandono da família. As que tentam permanecer estudando sofrem com as limitações físicas próprias da gravidez, além da falta de amparo e de políticas educacionais para melhor acolhê-las.

Ao longo dos nossos anos de experiência como professora de Geografia, pudemos perceber que o espaço da escola e da sala de aula podem ser lugares sem preparo e sem a preocupação em debater e falar sobre as questões sociais que envolvem a gravidez na adolescência, apenas recebendo essas meninas, sem acolhê-las, esquivando-se muitas vezes do seu papel político e social de favorecer uma educação de qualidade para todos e não levando, muitas vezes, em consideração que esse acolhimento e essa temática podem e devem ser trabalhados em todas as áreas do conhecimento dentro do espaço escolar.

Neste contexto, entra o ensino de Geografia (disciplina curricular que integra a área das Ciências Humanas) e as possibilidades de discussões que podem ser realizadas através de alguns conteúdos dessa área do conhecimento, os quais, aliados aos temas transversais, podem contribuir para um ensino mais transformador e condizente com a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, potencializando, assim, momentos de discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência de forma integrada e contextualizada pelos conhecimentos propostos pelo ensino de Geografia e utilizando, para isso, conceitos e instrumentos que permitem fazer uma leitura crítica do mundo. Segundo

Deleuze, “[...] agindo nas micro relações cotidianas, construindo um mundo dentro do mundo, cavando trincheiras de desejo” (GALLO, 2003, p. 65), melhorando conseqüentemente a perspectiva de vida das jovens gestantes que, muitas vezes, acabam evadindo da escola.

Para pensarmos em um ensino de Geografia que possibilite a inserção e transformação da realidade do espaço local, torna-se necessário compreender as realidades vivenciadas dentro e fora da sala de aula, em uma perspectiva que contemple, além da dimensão econômica, as dimensões afetivas e culturais. Essas dimensões, por sua vez, trazem implicações às relações, ao significado e à identidade de cada pessoa e do espaço geográfico a partir das práticas sociais.

Pensar no papel do ensino de Geografia diante dessa realidade torna-se necessário, principalmente em bairros periféricos, onde muitas meninas têm vivenciado a maternidade ainda na adolescência, sobressaindo-se, nesse contexto, conforme apontam dados do IBGE (2018) e UNFPA (2013, 2017), mulheres negras (pretas e pardas) e com baixa escolaridade. Essa situação vivenciada contribui para o aumento da evasão escolar, diminuição da perspectiva de vida e aumento dos índices de pobreza e exclusão. Dessa forma, produzir conhecimento que compreende a realidade, tratando as questões que envolvem a gravidez na adolescência torna-se primordial; pois, segundo Silva, “[...] a gravidez na adolescência é uma questão de saúde pública é um problema social que influencia na manutenção do ciclo da pobreza dando ênfase no impacto sobre a inserção e permanência no ensino [...]” (SILVA, 2017, p. 33,).

Nesse contexto, surge a necessidade de se pensar em um ensino contextualizado e condizente com a realidade vivenciada por essas adolescentes, inserindo a sua vivência no processo de ensino aprendizagem, a fim de contribuir para a diminuição das desigualdades sofridas, por meio da compreensão da questão da gravidez na adolescência, não apenas como uma questão de saúde pública, mas como um fato social. Faz-se fundamental também tonificar discussões que envolvem conteúdos da disciplina à temática estudada.

Dessa forma, após a constatação da importância de se trabalhar as questões que envolvem a gravidez na adolescência também no ensino de Geografia e as discussões que potencializem a diminuição das desigualdades sofridas pelas alunas gestantes e aprimorem a prática educativa dos docentes de Geografia, é que surge o seguinte questionamento: qual é o papel do ensino de Geografia ante as adolescentes grávidas na rede pública de educação?

Assim, como objetivo geral, esta pesquisa visa investigar o papel do ensino de Geografia diante das adolescentes grávidas na rede pública de educação, a fim de aprimorar as práticas educativas na área de Geografia e contribuir para a inclusão das discentes e permanência delas em um ambiente com aulas mais inclusivas, acolhedoras e críticas.

Como objetivos específicos, este estudo busca identificar, pela análise documental, os índices de evasão e se a gravidez precoce tem influenciado nesses índices; realizar oficinas para verificar se e como as questões que envolvem a gravidez na adolescência podem ser trabalhadas em Geografia; analisar, a partir de leituras e das discussões realizadas nas oficinas, se as dificuldades e a realidade vivenciada pelas estudantes gestantes podem ser trabalhadas de forma contextualizada e crítica em alguns conteúdos da Geografia.

Pensar como uma gravidez precoce afeta a vida de adolescentes pretas e pardas, principalmente daquelas que residem em bairros periféricos e que sofrem diariamente com as consequências de uma sociedade capitalista desigual, torna-se necessário. Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, na parte teórica desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico relativo à gravidez na adolescência, às relações étnico-raciais e ao ensino de Geografia, realizado a partir da análise de alguns conceitos construídos por Carneiro (2005); Cavalcanti (2000, 2012, 2020); Crenshaw (2002); Freire (1983); Fonseca (2003, 2010); Gallo (2003); Gomes (2017); Gonzalez (1984); Munanga (2017); Santos (1959, 1997); entre outros teóricos(as).

A parte empírica da pesquisa foi realizada com discentes dos 8º e 9º anos, e quatro docentes de Geografia. Embora saibamos que essa temática pode e deve ser contextualizada com outras áreas do conhecimento, a análise e discussão aqui realizadas focaram apenas na referida disciplina por ser essa a nossa área de atuação profissional, no Educandário Pero Vaz de Caminha, escola municipal localizada no Bairro Paraguai, e na cidade de Porto Seguro. Convém também mencionar que tanto a direção da escola quanto os sujeitos envolvidos na pesquisa (no caso dos discente, seus representantes legais) assinaram os termos de consentimento, sendo assegurados a preservação dos dados, confidencialidade e anonimato.

Quanto à parte empírica, o estudo teve caráter qualitativo; pois, segundo Bogo (2012, p. 9), quando é “[...] voltado para a educação permite aproximar e enriquecer as análises do professor/pesquisador que estarão estreitamente integrados à pesquisa, por vivenciarem o cotidiano escolar. [...]”. Assim, trata-se também de uma pesquisa social, uma vez que, conforme cita Minayo (2002, p. 15), “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo” e considera fatores históricos, culturais, da realidade social individual e coletiva, tendo como preocupação o aprofundamento das discussões sobre a temática.

A abordagem buscou coletar informações de modo a descrevê-las, usando pontos de vistas e opiniões, levando em consideração motivações, atitudes e ideias das pessoas. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador pode atuar como o sujeito e o objeto de seu estudo, buscando

compreender a relação das dinâmicas sociais existentes, preocupando-se, como afirma Minayo (2002, p. 21), “[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Quanto ao objetivo, a pesquisa foi classificada como exploratória. Para Gil (2002, p. 41), “seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Quanto ao modelo operativo da pesquisa empírica, seu desenvolvimento foi o da pesquisa-ação; pois nela, segundo Fonseca:

[...] pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. [...]. O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimentos que serão o substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática implica em modificações no conhecimento do pesquisador. (FONSECA, 2002 apud SILVEIRA; CÓRDORVA, 2009, p. 40).

O trabalho aqui apresentado tem a seguinte organização textual: memorial; introdução; desenvolvimento, dividido em dois capítulos – o primeiro capítulo, que se refere à parte teórica da pesquisa, com levantamento bibliográfico e análise de alguns conceitos relativos à gravidez na adolescência, às relações étnico-raciais e ao ensino de Geografia; e o segundo capítulo, no qual há a descrição e análise da parte empírica da pesquisa –; e as considerações finais sobre a temática estudada. Por fim, temos o produto educacional, que é um guia pedagógico com seqüências didáticas, para as turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, intitulado *O ensino de Geografia em sua função social: potencializando a autonomia e a inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar, com algumas temáticas sociais, econômicas, culturais e raciais, as quais, alinhadas aos conteúdos da Geografia, podem potencializar processos de ensino e aprendizagem críticos e condizentes com a realidade vivenciada pelas alunas gestantes*. O produto foi elaborado a partir da escuta, observações e diálogos com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

Este trabalho está relacionado à linha de pesquisa Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais e, assim, esperamos contribuir para a produção de debates e descolonização de saberes instituídos por uma visão eurocêntrica, incorporando as perspectivas da herança intelectual africana também no ensino de Geografia. Com isso, almejamos contribuir para o desenvolvimento socioeducativo, potencializando a construção de conhecimento e incluindo efetivamente as jovens alunas gestantes no processo de ensino aprendizagem.

A proposta está de acordo com os objetivos PPGER, sobretudo com relação à compreensão das configurações que se desdobram no espaço escolar, no ensino e nas práticas

pedagógicas na Educação Básica, visto a necessidade de pensar em metodologias que contribua para a construção de práticas referentes às questões étnico-raciais e sociais.

1 MATERNIDADE, RAÇA E ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA

1.1 A adolescência e os fatores que envolvem uma gravidez precoce

A adolescência é a fase quando ocorre a transição da infância para a vida adulta. Esse período é caracterizado pelas transformações físicas e fisiológicas, além do surgimento dos impulsos sexuais, emocionais, mentais e sociais, marcados pela perspectiva e esforços individuais em alcançar os objetivos impostos pela sociedade em que se vive. Do ponto de vista jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) define adolescente como as pessoas entre 12 e 18 anos incompletos.

Nesse período, começa a haver modificações no corpo e na altura da criança e a sexualidade começa a ficar mais aflorada. Começa então a transição para a idade adulta. Para a menina, esse período é marcado por grandes modificações físicas, como “[...] o alargamento dos quadris, desenvolvimento mamário, menarca e com isso a capacidade reprodutiva” (ROCHA, 2009, p. 11). Já para o menino, fisicamente, esse período é marcado, por “[...] aumento da altura e do peso, aparecimento de espinhas, crescimento do pênis, produção e eliminação de esperma, alteração da voz e crescimento de pelos na genitália” (FILIPINI *et al.*, 2013, p. 25).

Esse momento também é marcado, segundo a análise de Rocha (2009, p. 11), “[...] por transformações psicossociais que são conflitos com o início das relações sexuais, momentos de incerteza, ansiedade, insegurança, isolamento, amadurecimento, questionamentos e preocupações”. Assim, por consequência das mudanças físicas e psicossociais por qual passa, Filipini *et al.* (2013, p. 27) afirmam que “o adolescente acredita ser ilimitado, mas, ao mesmo tempo, sente-se, em muitas ocasiões, imaturo e inseguro, o que o torna vulnerável tanto física como intelectualmente”.

Para muitos pesquisadores a adolescência é marcada por uma construção histórica, que “[...] só pode ser compreendida a partir de contextos sociais, culturais, econômicos e subjetivos, que determinam características, comportamentos e opções de vida tanto individuais como coletivas” (SANTOS, *et al.*, 2017, p. 15). Abrangendo tanto os aspectos físicos e biológicos, como os aspectos psicológicos e sociais, essas características estão diretamente entrelaçadas e relacionam-se com o contexto social no qual o adolescente se está inserido.

Essa perspectiva tem grande valor para a compreensão do desenvolvimento humano na adolescência. Dessa forma, essa fase abrange as relações sociais e históricas, passando a ser

vista como uma construção social. Para Filha (2013, p. 22), ela é “[...] caracterizada pela interação do indivíduo no seu contexto histórico-cultural, marcado por determinadas características de gênero, classe social, religião, raça, entre outras”.

Essas discussões são importantes porque possibilitam a mudança de olhar para a própria adolescência e para o adolescente, fornecendo uma visão plural, desfazendo a visão de que essa fase é confusa e criticando o perfil estereotipado do adolescente, que é visto como irresponsável e rebelde.

Nos dias atuais, a adolescência também é tida como o resultado de uma construção social, significada historicamente, possuindo, de acordo com Rocha (2009, p. 11), “[...] diferentes configurações, pois depende da classe social em que o adolescente está inserido”. A situação vivenciada pelo sujeito, os meios de comunicação, as relações sociais e as diversas teorias formuladas acerca da adolescência têm criado modelos de juventude que influenciam a forma como essa fase de vida é vista e interpretada, afetando consequentemente a realidade experimentada pelos jovens.

Assim, o conceito de adolescência aqui seguido nesta pesquisa percebe a influência que o meio exerce sobre a formação e desenvolvimento do adolescente, considera que as desigualdades sociais econômicas e raciais contribuem para que haja diferentes desenvolvimentos. Através da observação do contexto social, econômico e cultural, torna-se possível perceber que os adolescentes que pertencem às classes mais privilegiadas terão, consequentemente, mais oportunidades para se dedicarem melhor aos estudos e desenvolverem suas potencialidades, por viverem em condições sociais e econômicas melhores do que os das classes mais baixas.

De acordo com essa perspectiva, construída como um fato social², o adolescente torna-se um sujeito de direitos e de responsabilidades. Assim, verificamos que, geralmente, a gravidez na adolescência tem sido consequência de vários fatores que estão interligados e influenciam a vida das jovens meninas. Conforme expõem dados da UNFPA (2013, p. 8), esses fatores são: “[...] pobreza generalizada, aceitação do casamento precoce pelas comunidades e famílias, e esforços insuficientes para manter as meninas na escola”.

Orientando conceitos, práticas e afetos, transformando tanto a vida da mulher como de todos que estão à sua volta e sendo influenciada pelo meio em que se vive e pela situação

² Conceito criado por Émile Durkheim. Para ele, “é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 1972, p. 6).

histórica e social dos envolvidos, a gravidez – “construção social” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 17) – é vivenciada de diferentes formas. Coadunando as ideias de Libby Colman e Arthur Colman (1994), a gravidez sofre a influência dos espaços, lugares habitados, das normas e dos valores pelos quais as mulheres foram educadas, dos seus sentimentos, individualidade, estado de saúde e experiências.

O estar grávida assume significados diferentes na vida das adolescentes, podendo muitas vezes modificar o futuro e a realidade vivida. Seus índices tendem a ser maiores nesse período, principalmente em países pobres ou que estão em desenvolvimento. Segundo informações do Fundo de População das Nações Unidas:

A maioria dos partos de adolescentes no mundo - 95% - ocorre em países em desenvolvimento, e nove em cada 10 desses nascimentos ocorrem dentro de um casamento ou união conjugal precoce. Cerca de 19% das mulheres jovens em países em desenvolvimento engravidam antes dos 18 anos. Meninas menores de 15 anos contabilizam 2 milhões dos 7,3 milhões de partos que ocorrem em adolescentes menores de 18 anos a cada ano nos países em desenvolvimento. (UNFPA, 2013, p. 4).

A gravidez na adolescência, na maioria das vezes, não é planejada e desejada, influenciando o comportamento e as opções de vida e sendo percebida a partir da conjuntura cultural, econômica, racial e social da qual faz parte.

Convém mencionar que a concentração de adolescentes grávidas nesses países tende ainda a ser maior nos bairros periféricos das cidades. São vários os fatores que levam as meninas que vivem em áreas periféricas a engravidar precocemente: o uso de forma errada do anticoncepcional, por ter menos informação ou ignorar o correto método do uso dos contraceptivos; acesso precário a esses métodos; menos informações; baixa perspectiva em relação à escolaridade e à futura inserção no mercado de trabalho. Com isso, o papel social que lhes sobra é o de ser mãe. Há ainda a vivência em lares em que a violência, em alguns casos, o envolvimento com a marginalidade, o tráfico de drogas e a prostituição são constantes, fatos que advêm das desigualdades socioeconômicas e do preconceito, trazendo sérias consequências para a vida das jovens.

As dificuldades enfrentadas por essas meninas refletem a situação de exclusão à qual são muitas vezes submetidas. Se no passado, com baixa perspectiva de vida, a gravidez era um evento desejado logo que a mulher se tornava fértil, atualmente, conforme afirma Correia (2014, p. 29), “a gravidez de uma adolescente é, via de regra, associada a pesar e arrependimento nos discursos especializados que indicam como se deve viver a gravidez”. Dessa forma, quando ela ocorre precocemente, passa a ser vista, conforme afirma Fanelli (2003, p. 87), como “[...] um

grave problema social e de saúde pública na medida em que acarreta riscos biológicos e limitações tanto para as mães quanto para a prole”.

Essa situação exige, portanto, a melhoria da atenção e, por parte dos poderes públicos, ações dos organismos internacionais e da sociedade civil como um todo, com o intuito de oferecer condições e mecanismos de suporte para as jovens mulheres em relação à prevenção, planejamento e manutenção da gravidez, além de condições para o sustento e acompanhamento após a gestação para elas e para a criança.

1.2 Os fatores que interferem no desenvolvimento da adolescente gestante periférica

Carregado de ideologia é o conceito de raça³, escondendo um aspecto não aclamado, que é a relação de poder e de dominação. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é assente pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. As meninas negras, ao longo da nossa história, têm sofrido com o racismo. No caso do Brasil, segundo afirma Munanga (2017, p. 38), “[...] é implícito, de fato, e nunca institucionalizado ou oficializado com base em princípios racialistas de pureza de sangue, de superioridade ou de inferioridade raciais”.

Ser negra, frequentemente, configura-se como um obstáculo ao desenvolvimento e ao acesso aos direitos. Se apenas o fato de ser mulher e ser jovem já representa uma desvantagem em várias esferas da nossa sociedade, segundo Santos (2009), ser mulher e ser negra aumenta essa desvantagem, porque essas mulheres tendem a sofrer com as relações entre raça e gênero, com o racismo.

Esse racismo deve ser analisado a partir das relações de poder praticadas pelos grupos sociais; pois, segundo Munanga (2017), durante o passar dos anos, ele assume complexas alterações em suas figuras culturais, sociais e discursivas, trazendo sérias complicações para a vida da mulher que sofre com isso, intensificando as desigualdades. Sobre essa questão, Gomes (2017) afirma que:

No Brasil, a leitura sobre o negro, sua história e cultura ainda tem sido regulada pela sociedade mais ampla via racismo ambíguo e mito da democracia racial. Esta visão tem sido disseminada nos diferentes espaços estruturais do poder e marca de forma diferenciada a história da negra. (GOMES, 2017, p. 95).

³ Categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos: uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais (SABOIA, 2013, p. 17).

Dessa forma, no Brasil, o racismo não é oficializado, ele é implícito, porém vemos constantemente situações racistas, principalmente contra as meninas negras gestantes. Munanga (2017) afirma que, no nosso país, podemos visualizar esse racismo na resistência à cultura negra, nos símbolos de identidade nacional, como por exemplo a religião, nas músicas e no caso específico da mulher, na beleza negra que é adjetivada. Assim, esse racismo brasileiro, como explica Munanga (2017, p. 40), “além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade”.

Para pensar em sociedade, faz-se necessário, além da análise dos argumentos defendidos, pensar e ouvir as próprias vítimas do racismo, pois são elas que sentem na pele as consequências de uma sociedade tão classificatória e desigual, equivocada em seus atos e discursos. As desigualdades proporcionadas pelo racismo trazem sérios prejuízos para as meninas negras; pois, segundo afirma Gonzalez (1984, p. 224), “[...] o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”. Nesse sentido, “veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (p. 224), principalmente sobre as que estão passando pela maternidade, contribuindo para que elas desenvolvam em si o sentimento de abandono, sentindo-se, muitas vezes, à margem da sociedade e sem forças para lutar por um futuro melhor com mais igualdade.

A mulher em nossa sociedade sempre foi vista como um ser inferior, sendo muitas vezes subjugada e submetida a situações que a excluem do mercado de trabalho e das decisões do espaço no qual ela vive diariamente. No Brasil, a desvalorização tende a ser maior com a mulher negra, por estar exposta aos preconceitos e à discriminação racial. Assim, pensar na situação vivenciada pela jovem mulher grávida, pobre, negra e moradora de bairros periféricos, requer uma análise a partir da perspectiva interseccional, pois conforme afirma Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação [...] que trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Quando buscamos compreender as causas e consequências da gravidez precoce, precisamos entender que existe uma interseccionalidade entre vários sistemas de opressão na sociedade – como raça, classe e gênero, que relacionam entre si, se sobrepõem e tendem a discriminar e excluir as meninas de diferentes formas. Crenshaw (2002, p. 10) afirma que:

A interseccionalidade sugere que na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. [...], ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade [...], vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (CRENSHAW, 2002, p. 10).

Essa realidade vivenciada pela mulher retrata uma situação de exclusão. As mulheres que têm pouca representação política e econômica vivem em locais alicerçados pela violência causada por diversos fenômenos (históricos, sociais, políticos e estruturais) e, geralmente, tendem a ser pretas, pardas e indígenas, sofrendo com as restrições aos seus direitos como cidadã na sociedade, sentindo na pele os efeitos do racismo e sexismo. Neste contexto, conforme afirma Gonzalez,

Racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas. (CARDOSO, 2014, p. 974).

Cabe aqui portanto uma análise da situação experimentada pelas meninas gestantes a partir de uma visão interseccional; pois, ainda segundo Gonzalez (1988, p. 17), “[...] o duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas [...]. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades [...]”. Dessa forma, devemos refletir sobre os múltiplos contextos que determinam e contribuem para a gravidez na adolescência, como o início cada vez mais precoce de relações sexuais e da menarca, a falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, o baixo uso de contraceptivos modernos, violência sexual e uniões precoces, o baixo acesso à educação de qualidade, atraso e deserção escolares, relações assimétricas de gênero, raça, classe, geração e outras opressões relacionadas.

A interseccionalidade desses processos contribuem para que as adolescentes, como revelam dados da UNFPA (2013, 2017), em situação de “[...] pobreza, com baixa escolaridade, indígenas e negras tenham três vezes mais chances de riscos de engravidar que meninas brancas com educação escolar”. Esses índices são maiores, devido às desigualdades, conforme citado anteriormente, em países subdesenvolvidos ou que estão em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e, como mostra o Fundo de População das Nações Unidas (2013, 2017), na sua

maioria, entre meninas pretas ou pardas e pertencentes às classes menos favorecidas social e economicamente.

No caso do Estado da Bahia, segundo os dados do Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos (SINASC/ 2020), em 2019, essa realidade refletia a situação do Brasil; uma vez que, no grupo etário de mães de 00 a 14 anos, 373 eram pretas; 6113, pardas; 541, brancas; e 122, indígenas, sendo a maioria negra (preta/parda). Esses índices são ainda maiores no grupo etário de mães de 15 a 19 anos, em que 6.941 eram pretas; 111.055, pardas; 10.421, brancas; e 1.058, indígenas. Esses dados confirmam, portanto, a afirmativa de Goes (2019) de que a maior ocorrência tende a ser em mulheres negras (pretas e pardas), de menor escolaridade e renda e de periferia. Podemos notar, dessa forma, a interseccionalidade das questões de ordem racial e social interferindo na saúde reprodutiva e no exercício do direito dessas mulheres.

As circunstâncias vividas pelas adolescentes negras têm oportunizado a produção de interpretações que desvalorizam as que não se enquadram nos padrões divulgados e disseminados na sociedade, ou seja, aqueles padrões que não se encaixam nos modelos eurocêntricos, contribuindo para “práticas discursivas de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça, produzidos no interior de relações de poder” (CARNEIRO, 2005, p. 51).

Nesse cenário, a maternidade se estabeleceu para as mulheres negras, como afirma Alvarenga (2017, p. 290), em “[...] um dispositivo de controle na divisão social”, potencializando uma construção de conceitos de caráter político e ideológico, com o objetivo de manipular, subjugar e excluí-las.

Assim, para conhecer como vivem as meninas negras gestantes que residem em bairros periféricos, torna-se necessário realizar uma breve reflexão sobre as contradições existentes no espaço geográfico que elas habitam, principalmente nos espaços da cidade, os quais, ao longo da história, foram sendo construídos e passaram a exigir uma nova estruturação urbana com o oferecimento de infraestrutura para as comunidades, mas que foi disponibilizada irregularmente nos seus espaços.

Segundo Santos (1959, p. 5), “a cidade passa então a constituir uma forma particular de organização do espaço”, passando a promover um desenvolvimento desigual, dando lugar à diferença entre classes determinadas pela propriedade privada, pela diferença entre ricos e pobres, sendo esse fator determinante em sua organização.

Associada à criação das cidades encontra-se o fenômeno da urbanização, que se expressa na tendência de concentração populacional. A cidade passa a atrair ainda mais pessoas devido aos recursos que ela oferece, como a segurança dos muros, a presença do Estado e as

relações comerciais, refletindo na formação dos bairros que passaram a expressar a divisão de classes. O espaço urbano começa então a contribuir para a segregação⁴ dos que pertencem às classes sociais e raças menos favorecidas.

Nesse espaço, a população mais pobre que, no caso do Brasil, segundo dados do IPEA (2021), é majoritariamente negra foi sendo empurrada para territórios distantes dos centros, como morros e guetos. Essa “Maioria Minorizada”⁵ (SANTOS, 2020) vivencia as mais diversas situações que as tornaram vítimas da discriminação socioeconômica e racial, oprimindo-as.

Nesse cenário, na cidade, passamos a ter espaços diferenciados. O primeiro, destinado aos proprietários dos meios de produção, que gozam de privilégios e pertencem a uma classe hegemonicamente branca, dominante, detentora dos meios de produção e do poder político. O segundo, o da periferia, lugar da moradia de grandes aglomerados humanos, que se amontoam em bairros pobres, sem infraestrutura urbana.

Há a falta de infraestrutura urbana nos bairros periféricos, como pavimentação, esgotamento sanitário, distribuição de água e energia elétrica, oferecimento de espaços destinados ao lazer como praças e quadras, postos de saúde, mais escolas e transporte público de qualidade. Essa carência ocorre juntamente com os desdobramentos da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, fato que tem sido determinante para aumentar a segregação⁶ da população mais carente e, especificamente, de muitas meninas negras gestantes. Santos (2020) afirma que:

[...] há um lugar determinado, mas não traduzido objetivamente na letra da lei, para que pessoas negras estejam, para que a comunidade negra se estabeleça e, por outro lado, lugares de privilégio e branquitude onde, supõem-se, imaginariamente, pessoas negras não devem estar. Tem o acesso “permitido” na letra da lei, porém, proibido nos costumes e imaginário estabelecido. (SANTOS, 2020, p. 57).

Essa situação de separação e segregação fica bem evidente quando observamos os espaços das cidades, principalmente o destinado para a população mais pobre e negra. No caso

⁴ Separação geográfica de grupos em razão da sua raça, etnia, religião ou qualquer outra categoria que arbitrariamente é utilizada como motivo de discriminação espacial dos seus membros. Pressupõe-se um desequilíbrio de forças entre o grupo segregado e os autores da segregação. (PORTO EDITORA, 2021).

⁵ “Maioria Minorizada” é o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros), segundo categorização do IBGE, e, conquanto conformem a maioria demográfica da população brasileira, é minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política. Racializados como seres inferiores, sofrem apagamento identitário, são desidentificados, tornando-se, portanto, “minorias” no acesso à cidadania, e “maiorias” em todo o processo de espoliação econômica, social e cultural, por fim, são as maiores vítimas de todas as formas de violência (SANTOS, 2020, p. 23).

⁶ Existem vários tipos de segregação: etnias, nacionalidades, classes sociais. Esta última é a que domina a estruturação das metrópoles brasileiras (VILLAÇA, 2001).

das meninas que engravidam precocemente e que residem nesses espaços, a gravidez na adolescência, muitas vezes, tem sido consequência do desdobramento da segregação socioespacial urbana⁷, reproduzindo condições precárias de vida e socialização. Isso porque a falta de amparo familiar e as condições sociais privam-nas de protagonizar a autoestima e desenvolver-se plenamente na adolescência. Cabe aqui enfatizar que quando nos referimos à família estamos nos remetendo ao

[...] modelo tradicional de família, composta por pai, mãe e filho, [que] está sofrendo grandes modificações, que têm alterado sua configuração e funcionamento. É um período de crise. Não anuncia a sua dissolução, mas a sua readaptação e reestruturação de papéis. A capacidade humana de superar situações difíceis e buscar novas formas de equilíbrio possibilita o ajustamento e estruturação de novos arranjos familiares. (WAGNER, 2002 apud MARTINS, 2003, p. 214).

Dessa forma, neste trabalho, quando pensamos em família, estamos fazendo alusão a todas as formas de existência dela, sendo importante para o desenvolvimento das adolescentes gestantes o seu amparo e proteção. Prá (2013, p. 14) afirma “[...] que a família, não deve ser vista e pensada somente a partir do modelo nuclear, onde fazem parte somente à mãe, o pai e os filhos. [...]. Novas configurações familiares constituem hoje uma das marcas da contemporaneidade [...]”.

Enfim, assim, faz-se necessário haver discussões sobre o espaço da cidade onde vivem as jovens negras gestantes e acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais, para que possamos pensar sobre a realidade vivenciada. Visto que essas meninas possuem consciência de que poderiam estar em condições melhores, gostariam de ter as mesmas oportunidades de acesso aos bens sociais de direito como: educação de qualidade, saúde, segurança, trabalho e lazer. Percebemos, entretanto, que não há efetivamente políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual os sujeitos subalternizados historicamente venham a participar igualmente da democracia e da cidadania.

1.3 Educação e ensino de Geografia: desafios e perspectivas

1.3.1 A função do Estado e da escola

⁷ Concentração em diferentes áreas da cidade, de diferentes camadas sociais ou classes (VILLAÇA, 2001).

Uma educação de qualidade deve se fundamentar em princípios que garantam o respeito à pluralidade racial, cultural e social, buscando aprimorar práticas educativas e oferecer igualdade de condições a todos os sujeitos envolvidos nesse processo de aprendizagem. Formando cidadãos críticos, capazes de intervir na sociedade em que estão inseridos. Para a manutenção dessa educação plural, torna-se necessário o oferecimento de planos e políticas que procurem garantir uma educação pública e gratuita para as pessoas mais pobres, por meio da criação de escolas de nível fundamental, médio e superior, pelo oferecimento de condições de acesso e permanência para os estudantes, respeito às diferenças, reparação para aqueles que foram subjugados e excluídos historicamente, valorização do trabalho docente, incentivo à qualificação desses profissionais, entre outros.

Nesse contexto, cabe ao Estado implementar, manter e envolver todos os órgãos públicos e diferentes organismos com a sociedade. Para Höfling *et al.* (2001, p 31), “[...] neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”. O Estado deve agir de acordo a sociedade e para o bem dela, potencializando o bem estar de toda a população, independente da sua classe social, gênero e raça.

No que tange à educação, o Estado deve garantir que todos tenham igualdade no direito ao acesso à educação, “[...] a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a continuidade dos percursos escolares” (BARROSO, 2005, p. 745), auxiliando a escola no exercício das suas funções, no sentido de dar um suporte à prática educativa, tornando-se o principal mecanismo que vai assegurar uma educação igualitária.

Porém, percebemos que, ao longo da história, a forma como o Estado tem desenvolvido as suas ações e políticas educacionais têm cooperado para o acúmulo do poder na mão da classe dominante, formada na sua maioria por brancos, em detrimento da grande maioria formada pelas classes menos favorecidas, negros e mulheres que têm sido “subalternizados”⁸. Essas ações têm coadjuvado para assegurar, segundo Höfling *et al.* (2001, p. 31), “as políticas sociais – e a educação – como formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social”. Dentro desses questionamentos, as desigualdades devem ser criticadas, na tentativa de fortalecer processos de inclusão e respeito às diferenças. A sociedade precisa ser conscientizada, constantemente, da importância da busca por seus direitos e igualdade. A escola, nesse caso, deve ser o espaço de discussões e formação de sujeitos mais críticos e atuantes.

⁸ Para Spivack, o termo se refere àquele cuja voz não pode ser ouvida. “[...] descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVACK 2010, p. 12).

Desse modo, todo cidadão tem o direito ao acesso à educação, cabendo aos estados e municípios garantir esse direito, através do oferecimento de eficazes políticas públicas. Além disso, é importante fortalecer ações que busquem a valorização e qualificação dos docentes que estão na linha de frente nas escolas; pois, muitas vezes, esses profissionais têm buscado contribuir com processos educativos mais dinâmicos e condizentes com a realidade vivenciada pelos seus alunos, mas estão se deparando com processos burocráticos (os quais têm dificultado a busca por formação continuada), que visam, muitas vezes, garantir oferecimento de uma educação sem a criticidade necessária para a inclusão dos sujeitos menos favorecidos no espaço da sociedade.

A educação oferecida nos dias atuais para os adolescentes, principalmente para os da escola pública periférica, tem tido a preocupação apenas de os preparar para o mercado de trabalho, excluindo aqueles que não se adequam à realidade proposta pela sociedade. Sobre essa questão, Gomes (2012, p. 688) afirma que:

O objetivo da educação e das suas políticas não é formar gerações para o mercado, para o vestibular ou, tampouco, atingir os índices internacionais de alfabetização e matematização. O foco central são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Essa interpretação tem sido adensada do ponto de vista político e epistemológico pelos movimentos sociais ao enfatizarem que os sujeitos de direitos são também diversos em raça, etnia, credo, gênero, orientação sexual e idade, entre outros. Enfatizam, também, que essa diversidade tem sido tratada de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos e ainda não foi devidamente equacionada pelas políticas de Estado, pelas escolas e seus currículos. (GOMES, 2012, p. 688).

Cabe ao Estado viabilizar políticas públicas, condizentes com a realidade vivenciada pela sociedade, que é diversificada, oferecendo, desse modo, modelos educacionais que visem à formação crítica de todos.

Já a escola, nesse processo, tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade contemporânea e na educação brasileira; uma vez que cabe a ela oferecer condições para que todos possam ser inseridos igualmente no seu ambiente, possibilitando infraestrutura física, aparato psicológico, cognitivo e social para que haja uma efetiva construção do conhecimento pautada na formação de cidadãos críticos, capazes de intervir na sociedade, valorizando as características próprias da sua raça e etnia. Segundo Silva (2007, p. 490):

A escola deve contribuir para que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas,

[...], bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos [...]. (SILVA, 2007, p. 490).

Atualmente verificamos, porém, que a instituição escolar tem contribuído para disciplinar os alunos, tornando-os dóceis e apáticos à realidade vivenciada, e, conseqüentemente, aumentando as desigualdades. A escola contribui para essas desigualdades, quando não leva em consideração as particularidades, realidades e problemas vivenciados por seus discentes no desenvolvimento de métodos e processos de ensino e aprendizagem, quando não une a teoria proposta pelos currículos escolares à prática vivida pelos sujeitos que a compõem.

A transformação da escola nesse espaço disciplinador e não educador deve-se a vários fatores como: a abordagem neoliberal, com políticas de menor intervenção do Estado na economia e, conseqüentemente, na sociedade, priorizando a política de mercado que busca sempre o acúmulo de capital e aumento das desigualdades; menos políticas sociais, fato que contribui para a redução de direitos sociais; manutenção de um currículo escolar que tem sido pensado e implementado de forma a manter as desigualdades. Para Gomes (2019, p. 253), as “noções consolidadas pelo currículo escolar são reforçadas pelas relações de poder, pela pobreza, pela exploração capitalista, pelo racismo e pelo sistema patriarcal, e forjam subjetividades e práticas coloniais e colonizadoras”.

Ademais, falta o oferecimento de mais momentos de formação para os docentes (que vai desde mais momentos de estudo individual e em grupo, inseridos na sua carga horária de trabalho, a momentos de capacitação oferecido pela escola e pelos órgãos competentes); falta uma diminuição da carga horária efetiva em sala de aula e aumento dela para planejamento e qualificação⁹ – sem prejuízo salarial – etc.

Da forma como vem sendo oferecida, a educação não vem cumprindo o seu papel de possibilitar condições para que todos possam se desenvolver igualmente no espaço escolar e na sociedade. Para Veiga-Neto (2007, p. 70), “[...] mais do que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades e, com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna”, favorecendo o desenvolvimento de uma educação excludente, principalmente para a população pobre e negra.

Neste contexto, como atesta Silva (2007), a educação escolar deve pensar no coletivo, respeitando as diferenças e valorizando todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-

⁹ Essa questão, embora seja importante, não é objeto desta pesquisa, por isso não aprofundaremos a discussão sobre ela.

aprendizagem, a fim “[...] de perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares: empobrecidos, mulheres, afrodescendentes, [...], entre outros” (SILVA, 2007). É preciso, portanto, repensar as práticas desenvolvidas, reconhecendo a educação como “[...] o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social, no Brasil, para as classes subalternas” (CARNEIRO, 2005, p. 113).

A educação ministrada nos espaços formais deve respeitar as particularidades individuais, culturais e sociais de cada ser humano, constituindo-se em uma atividade igualitária e crítica. Freire (1983) afirma que, nesse processo, todos os envolvidos são sujeitos ativos capazes de intervir na realidade.

Para o oferecimento de uma educação de qualidade, a escola deve fundamentar-se em princípios que respeitem a diversidade racial, cultural e social, buscando o desenvolvimento e aprendizagem dos adolescentes, ajudando-os a superar os obstáculos, a fim de efetivar uma prática transformadora. Nesse processo, todo esforço no sentido de domínio do indivíduo para que ele se adapte a determinadas situações sugere a existência de uma realidade acabada, tirando dele a sua possibilidade e o seu direito de transformar a sua realidade e o lugar em que vive.

1.3.2 O ensino de Geografia e a construção de um conhecimento transformador

A Geografia como ciência possibilita, em sua estrutura teórica e metodológica, compreender o espaço construído por todos os indivíduos, considerando os processos sociais que contribuem para a formação dos sujeitos que vivem em sociedade, contribuindo para a compreensão da realidade, relacionando o ensino, a pesquisa e a vida humana, enfim, reconhecendo, conforme afirma Gomes (1996, p. 303), “[...] que não existe mais a crença em uma via metodológica única, que será aquela da “verdadeira” Geografia, e sim, reconhece a importância e a riqueza de outras condutas possíveis para a Geografia”.

A geografia pode se transformar em um importante instrumento de conhecimento do espaço como produção humana, pois ela se dedica a compreender e explicar como o homem vivendo em sociedade se apropria e organiza o seu modo de vida através do uso do meio natural, modificando-o de acordo com os seus desejos e interesses. Como disciplina escolar, ela reafirma o seu papel no interior das várias instituições das quais participa, pois contribui para a formação do cidadão nos movimentos promovidos pela sociedade, permite aos estudantes uma análise crítica da realidade – a fim de possibilitar sua melhor compreensão e consequente intervenção de forma positiva no meio em que se vive –, ensina-os a lidar, conforme afirmam

Neto e Barbosa (2010, p. 161), com “[...] os problemas enfrentados na família, na comunidade, no trabalho, na escola e nas instituições das quais participam”.

A Geografia deve promover a análise da dinâmica da natureza e da relação entre sociedade e natureza, considerando que todos os sujeitos são responsáveis pela produção espacial. Nesse sentido, Cavalcanti (2000, p. 129) atesta que “a Geografia na escola deve estar, então, voltada para o estudo de conhecimentos cotidianos trazidos pelos alunos e para seu confronto com o saber sistematizado que estrutura o raciocínio geográfico”.

Para que os conceitos e temas geográficos discutidos em sala de aula se tornem importantes instrumentos cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário considerar a experiência imediata do aluno, buscando trabalhar não apenas com a dimensão cognitiva, mas também com a sua vivência, com a sua formação social, étnica, racial, cultural e a afetividade; visto que, conforme afirmam Mariscal e Panchiniak (2014, p. 5-6), “as disciplinas como são repassadas aos alunos dificulta sua aprendizagem, não estimula o desenvolvimento intelectual, prejudica a capacidade de resolver problemas e relacionar alguns fatos e conceitos”.

Esse processo corresponde à função política da educação, da qual a Geografia esteve desprovida durante algum tempo e colaborou apenas com interesses produtivos, favorecendo ideologias e políticas, não contribuindo para o exercício da cidadania. Desse modo, conseqüentemente, pela forma como o seu ensino vinha sendo desenvolvido, ela foi sendo desfigurada nas escolas, causando indiferença por parte da sociedade e do Estado, que não se preocupava com a formação dos docentes, resultando na sua despolitização, e também por parte dos estudantes, que a considerava uma disciplina teórica e descontextualizada da realidade.

Para efetivar a construção de um conhecimento transformador, o ensino da Geografia deve estar, portanto, adequado à realidade atual de alunos e professores, sendo para estes uma ferramenta para o exercício da cidadania, tornando possível ao estudante perceber que o ensino descontextualizado da realidade vivida serve apenas a uma educação ideológica e disciplinar.

O ensino deve, portanto, requerer uma maior atenção com a Geografia cotidiana que é experimentada pelos alunos, para que ela seja ensinada, conforme sistematiza Cavalcanti (2012), de forma crítica, questionadora e criativa, buscando proporcionar um diálogo e confronto com outros conhecimentos e conteúdos escolares, a fim de favorecer a criticidade e contribuir para a diminuição das desigualdades vivenciadas pelos adolescentes que sofrem diariamente com os problemas provocados pela exclusão econômica, social e racial. Esse ensino pode assumir uma função primordial que, segundo Freire (1983), pode ser compreendido como

uma perspectiva que busca humanizar o homem em uma ação consciente, com intuito de transformar o mundo.

Segundo Silva, na tentativa de contribuir para a “[...] formação de cidadãos empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicos raciais e sociais” (SILVA, 2007 p. 490), deve-se promover um exercício de deslocamento conceitual, “[...] operando com a noção de uma *educação menor*, como dispositivo para pensarmos a educação, sobretudo aquela que praticamos no Brasil em nossos dias” (GALLO, 2003, p. 62).

Inserido nesse processo, deve estar o docente de Geografia, pois quando ele trabalha utilizando conceitos que permitem fazer a leitura crítica do mundo, ele está, segundo afirma Gallo com base nas reflexões de Deleuze, “[...] agindo nas micro relações cotidianas, construindo um mundo dentro do mundo, cavando trincheiras de desejo” (GALLO, 2003, p. 65). Ele está contribuindo para o surgimento de um sujeito, que “[...] é tema da sua própria trajetória política e reivindica o reconhecimento deste sujeito coletivo no entendimento dos conhecimentos processados na vivência, na luta, dando sentido político ao próprio ato do saber” (CARNEIRO, 2005, p. 313).

Assim, a construção do conhecimento voltada para o estudo das relações sociais, culturais, econômicas e raciais, ocorridas no espaço, devem ser fundamento da prática docente e do ensino da Geografia, unindo a teoria proposta com a prática, promovendo o desenvolvimento de sujeitos críticos e atuantes nos lugares onde vivem, usando os conteúdos e informações propostos pela Geografia de forma mais crítica, adequando-os à realidade experimentada, favorecendo um processo educativo permanente, a fim de possibilitar mudanças na sociedade vigente.

As discussões sobre os marcadores sociais e as questões que envolvem a gravidez na adolescência, no ensino de Geografia, devem estar sempre adequadas a série e idade dos alunos, podendo ser também relacionadas a alguns temas transversais propostos pelos PCNs. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, estudar Geografia, em relação aos Temas Transversais, é:

Estudar os lugares, territórios, paisagens e regiões e pressupõe lançar mão de uma ampla base de conhecimentos que não se restringem àqueles produzidos dentro do corpo teórico e metodológico apenas da Geografia. Muitas são as interfaces com outras ciências. Alguns temas que são por natureza de interface (tais como a questão ambiental, a pluralidade brasileira, relações de trabalho e consumo, entre outros) requerem um tratamento para além das áreas de conhecimento. (BRASIL, 1998. p. 42).

Neste contexto, os temas transversais podem proporcionar, aliados a alguns conteúdos/temas da Geografia, uma discussão necessária e importante para a construção de conhecimento, por parte das discentes grávidas, sobre ética, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo. Cabe, assim, repensar a forma como os conteúdos são ministrados, pois inúmeras são as possibilidades de discussões. Em sua concepção, os PCNs (BRASIL, 1998, p. 35) de Geografia trazem orientações que objetivam ao estudante:

- Compreender a diversidade natural do mundo, favorecendo a construção de conhecimento sobre as paisagens, os territórios e os lugares;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, possibilitando maior participação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem com as questões ambientais e sociais do lugar onde se vive;
- Entender o papel da sociedade nas transformações do espaço, território, paisagem e lugar;
- Identificar as particularidades e a efemeridade dos eventos geográficos estudados;
- Compreender que as transformações socioculturais, os direitos políticos e os avanços tecnológicos, ainda não são oportunizados para toda a população, sendo portanto, necessário a busca pela democratização dos mesmos;
- Identificar e saber usar os procedimentos de pesquisa, no intuito de produzir conhecimento sobre o lugar, a paisagem e o território, relacionando-os;
- Valorizar os diferentes lugares e leituras das paisagens, utilizando para isso a linguagem gráfica, relacionando as informações sobre o espaço geográfico;
- Reconhecer o direito dos indivíduos e dos povos e a sociodiversidade, com o intuito de fortalecer a democracia. (BRASIL, 1988, p. 35).

Dentro dessa perspectiva, o trabalho em Geografia pode ser direcionado para a realidade vivenciada pelas jovens estudantes de bairros periféricos que engravidam precocemente, a fim de possibilitar a elas uma melhor compreensão da realidade sociocultural e espacial. Essa compreensão se torna possível porque, segundo o próprio PCN, os eixos temáticos propostos servem como:

[...] norteadores, nos quais os/as professores/as poderão encontrar algumas diretrizes que lhes permitam a seleção e a organização de conteúdos para escolha flexível daqueles que possam compor seus próprios programas de curso, de acordo com seus interesses e objetivos pedagógicos no ensino fundamental. (BRASIL, 1998, p. 37).

Assim, o estudo em Geografia pode possibilitar aos estudantes a construção de valores expressivos para a vida em sociedade. Os seus conteúdos podem contribuir para a análise, compreensão e construção de uma identidade com o lugar onde se vive, relacionando as vivências e acontecimentos locais com os processos globais, respeitando e valorizando as experiências adquiridas pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem fora do espaço escolar, possibilitando momentos de debates sobre os conteúdos que serão abordados pelo professor, para que façam sentido para a compreensão e interação no espaço da sala de aula.

2 O APRENDER DA MENINA GESTANTE E OS CAMINHOS QUE PODEM SER POTENCIALIZADOS PELA GEOGRAFIA NA ESCOLA

2.1 Os caminhos percorridos

A escola desempenha papel fundamental na manutenção dos saberes, pois é o local onde se desenvolvem operações educativas para a vida em grupo. Nesse espaço, devido à falta de infraestrutura física, precariedade no amparo às meninas gestantes e pouca ou inexistente políticas pedagógicas para melhor acolhê-las, muitas meninas grávidas ou que estão com filhos ainda pequenos acabam evadindo.

Faz-se necessário, portanto, para possibilitar a sua permanência na escola, pensar no acolhimento e em um ensino que potencialize as particularidades vivenciadas e intensifique a inserção crítica dessas discentes na sociedade na qual estão inseridas, de forma que elas percebam que as suas vidas podem mudar, mas que essas alterações próprias da gravidez na adolescência não representam o encerramento de sua vida nem a impossibilidade de conciliação com os estudos.

A participação da jovem grávida nas aulas exige a valorização do espaço em que ela vive, a fim de considerar a complexidade de sua ação, suas representações como um sujeito histórico, bem como seu direito de socialização, que se torna permanente ao se apropriar do conhecimento e valores desenvolvidos, conscientizando-as da realidade da qual participa.

Neste contexto, da forma como está organizado, o ensino e, conseqüentemente, o trabalho desenvolvido pelos docentes têm apresentado grandes desafios: a falta de políticas públicas por parte do Estado e Município; a falta de materiais didáticos; inexistência ou inadequação da infraestrutura escolar; a desvalorização da atividade docente; e a falta de oferecimento de formação contínua para os docentes, entre outros fatores. A atual situação tem proporcionado o oferecimento de um ensino sem criticidade e descontextualizado da realidade cotidiana, colaborando, em alguns casos, para o abandono escolar e aumento das desigualdades.

Para Pontuschka (2000, p. 149), “[...] esta visão perversa da escola coloca professores/as e discentes em uma situação extremamente difícil e pouco analisada pelos atores sociais envolvidos no processo educativo”. Assim, é preciso pensar os conteúdos próprios de cada área do conhecimento de forma contextualizada com a realidade vivida pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, respeitando e valorizando as diferenças e realidades vividas por cada um no processo de construção de conhecimento. Segundo Oliveira e Gonçalves (2013, p. 6), “tratar os alunos de forma homogênea é como se contribuíssemos para sua exclusão, haja

vista que nos deparamos com um cenário altamente diversificado, de classe social, sexo e idade”, além de diferenças de raça/etnias.

Cabe à escola, às suas áreas de ensino e aos seus educadores, oferecer condições para que todos possam ser inseridos igualmente no ambiente, possibilitando o desenvolvimento e aprimoramento de um ensino pautado na formação de cidadãos críticos, respeitando as diferenças e particularidades de cada um. Com base nessa perspectiva, o aluno deve ser considerado agente no processo de construção do conhecimento e a escola, como um espaço importante da vivência humana, que não pode ser separada da dinâmica da vida social. Nela, o ensino oferecido deve se fundamentar em princípios que garantam uma educação de qualidade, respeitando a diversidade quanto ao desenvolvimento e aprendizagem de cada um, a fim de proporcionar uma prática transformadora.

Nesse contexto, a presente pesquisa, quanto ao percurso metodológico, foi realizada em três etapas, no intuito de investigar a realidade vivenciada pelas meninas gestantes do Educandário Pero Vaz de Caminha, e identificar as possibilidades de discussões sobre essa temática juntamente com os conteúdos de Geografia.

- A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica e construção do marco teórico. Para isso, foi realizada a análise de alguns conceitos construídos por Carneiro (2005), Cavalcanti (2000, 2012, 2020), Crenshaw (2002), Freire (1983), Fonseca (2003, 2010), Gallo (2003), Gomes (2017), Gonzalez (1984), Munanga (2017), Santos (1959, 1997), entre outros(as) teóricos(as), com o intuito de compreender a visão dos(as) autores(as) sobre a importância de se construir conhecimento pautado na realidade vivenciada pelos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem.
- Na segunda etapa foi realizado o levantamento e análise documental. Analisamos os seguintes documentos: atas de fechamento dos anos letivos, fichas de matrícula, livros de ocorrências de coordenação/alunos, o PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018) da referida escola e diretrizes aplicadas pela escola em relação às ações e atividades pedagógicas de ensino e práticas docentes. Buscamos com essa análise verificar as informações sobre idade, situação social e econômica, dificuldades de aprendizagem, desenvolvimento e socialização dos discentes, evasão por gênero e série, motivos que levaram à evasão.

Nessa etapa, realizamos também a observação do planejamento didático de Geografia, para as turmas de 8º e 9º ano, através da leitura e análise do plano de curso de Geografia encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação para as escolas municipais, em 2019, e o plano de curso e de unidades de Geografia das turmas de 8º e 9º ano da referida

escola, com o propósito de verificar a forma como os conteúdos estão expostos e se existe a possibilidade de relacioná-los às questões que envolvem a gravidez na adolescência.

- A terceira etapa consistiu na pesquisa-ação, com a realização de duas oficinas. A primeira oficina, intitulada “Gravidez na adolescência: como permanecer na escola”, contou com a participação de discentes das turmas de 8º e 9º ano.

O objetivo dessa oficina foi compreender a concepção dos alunos sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência e como essa temática na visão deles poderia ser trabalhada na escola. A proposta teve como objetivo geral promover discussões sobre a gravidez na adolescência, sobre as questões étnico-raciais e sobre o papel das disciplinas escolares diante dessa temática.

Os objetivos específicos foram: refletir sobre as questões que envolvem a maternidade na adolescência, como as dificuldades enfrentadas pelas meninas gestantes, as questões raciais e sociais que interferem nessa realidade; identificar o que a escola tem feito para diminuir as desigualdades; analisar a opinião dos estudantes sobre a forma como o ensino tem sido desenvolvido, como e quais disciplinas poderiam ajudar na melhor compreensão da realidade local; compreender a visão deles sobre o papel do ensino de Geografia diante das adolescentes gestantes; e verificar se as questões que envolvem a maternidade na adolescência deveriam ser contextualizadas com os conteúdos das aulas. A segunda oficina, intitulada “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia”, teve como intuito verificar, por meio da observação e análise dos comentários, se e como as questões que envolvem a gravidez na adolescência podem ser trabalhadas nas aulas de Geografia e como essa realidade pode ser discutida de forma contextualizada com os conteúdos da referida disciplina.

Apesar de sermos conscientes da necessidade e importância de momentos de discussão sobre a temática proposta para os docentes de todas as áreas de ensino, visto que essa problemática da gravidez na adolescência pode e precisa ser contextualizada em todas as áreas de conhecimento, focamos a nossa análise e discussão apenas na disciplina Geografia, por ser essa a nossa área de atuação profissional. Nesse contexto, a oficina foi realizada apenas com as quatro docentes de Geografia do Educandário Pero Vaz de Caminha, escola municipal de ensino, situada no bairro periférico Paraguai, no município de Porto Seguro - BA.

A análise dos dados coletados foi realizada com base no método de análise dialético, “[...] a fim de confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões

formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte” (MINAYO, 2002, p. 69). Dessa forma, a partir desse método, em todas as fases da pesquisa, foram estabelecidas conexões, para mediar as contradições presentes no processo de discussão.

Desenvolvemos a análise final da pesquisa procurando articular o referencial teórico aos dados obtidos na análise documental e pesquisa de campo, na tentativa de responder aos questionamentos feitos, tendo sempre como base os objetivos do trabalho, a fim de promover uma maior visibilidade ao problema em questão e uma melhor adequação do ensino de Geografia, contribuindo conseqüentemente para um processo de ensino-aprendizagem pautado na realidade vivenciada por essas alunas.

Nesse sentido, todas as atividades de intervenção tiveram como objetivo a sistematização de um guia pedagógico com sequências didáticas para as turmas de 8º e 9º ano, para trabalhar os marcadores sociais – gênero, raça e classe – e as questões que envolvem a gravidez na adolescência, aliados a alguns conteúdos da disciplina de Geografia (interligados aos temas transversais propostos pelos PCNs), com um olhar contextualizado e crítico sobre a realidade vivenciada.

Essas sequências didáticas podem ser utilizadas no planejamento das aulas de Geografia da escola analisada e mesmo quando adequadas à realidade de outros lugares (com dados e informações condizentes com o local) poderão cooperar para uma maior visibilidade, por parte de todos discentes, das questões sociais, raciais e econômicas que contribuem, muitas vezes, para os altos índices de gravidez na adolescência entre as jovens periféricas, fortalecendo, conseqüentemente, processos de inclusão e auxiliando na formação de jovens mais críticos, capazes de respeitar, valorizar as diferenças e de intervir positivamente no lugar onde vivem e na sociedade da qual fazem parte.

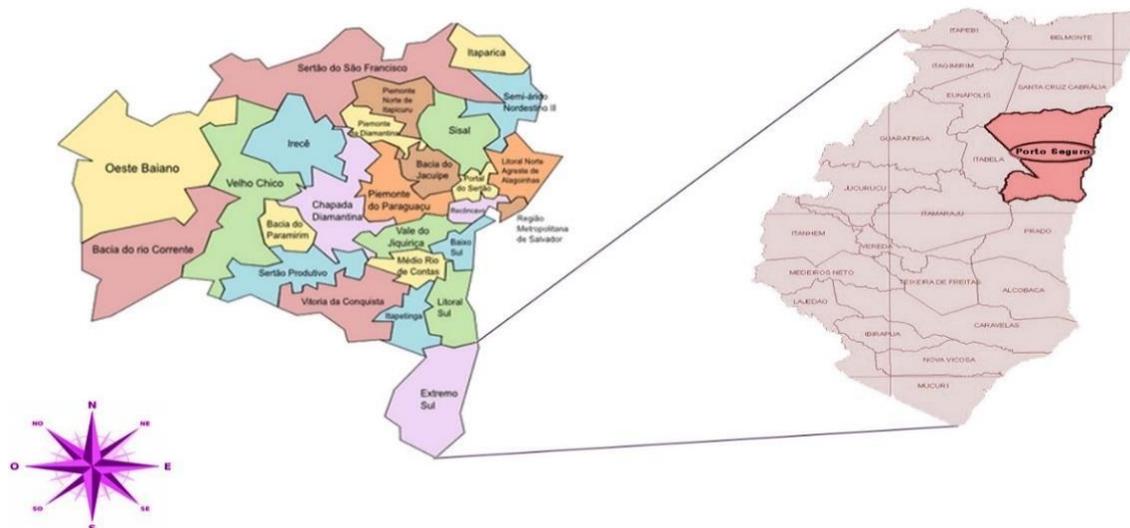
2.2 Unidades de análise

2.2.1 O município de Porto Seguro: características gerais e o turismo como determinante da segregação socioespacial

A cidade de Porto Seguro é considerada como um dos mais importantes centros turísticos do Brasil, tanto no âmbito nacional como internacional. Além disso, apresenta importância histórica e natural, sendo reconhecida pela Unesco, no ano de 2000, como Patrimônio Natural da Humanidade e tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico

e artístico Nacional), desde 1973, como Patrimônio Histórico Nacional. A referida cidade está localizada no Estado da Bahia, na região Extremo Sul, conforme mostra Figura 1.

Figura 1 - Mapa da localização do município de Porto Seguro no Estado da Bahia



Fonte: a autora (2021).

Nota: mapa construído por meio do recorte, montagem e edição de imagens disponíveis na internet, como na página *Farol News*¹⁰.

De acordo com a atual divisão político-administrativa do Estado da Bahia (GEOPUBLICA, 2019), o município limita-se com os municípios de Santa Cruz Cabrália ao norte, Eunápolis a noroeste, Itabela e Itamaraju a oeste, Prado ao sul e o Oceano Atlântico a leste. Segundo dados do IBGE (2010), Porto Seguro possui cinco distritos: Arraial D’Ajuda, Caraíva, Porto Seguro (distrito da sede municipal), Trancoso e Vale Verde.

A estimativa populacional, em 2010, era de 126.929 pessoas, com uma densidade demográfica de 52,70 hab./km². Dentro dessa estimativa, 63.489 pertenciam ao gênero masculino e 63.440, ao gênero feminino. O prognóstico realizado pelo IBGE para o município, em 2020, era de 150.658 habitantes, distribuídos pela área da unidade territorial de 2.285,734 km² (IBGE, 2020).

Abaixo, na Figura 2, podemos verificar o mapa com os contornos da cidade.

¹⁰ Disponível em: <https://farolnews.com.br/eventos-estao-proibidos-em-99-municipios-de-seis-regioes-da-bahia/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Figura 2 - O município de Porto Seguro - BA



Fonte: a autora (2021).

Nota: mapa construído por meio do recorte, montagem e edição de imagens disponíveis na internet, como no *Portal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*¹¹.

Em relação ao desenvolvimento da população, no último censo do IBGE, em 2010, o IDHM¹² geral era de 0,676, sendo o IDHM de renda considerado muito alto – 0,801 –, enquanto que o IDHM de educação era considerado baixo 0,572. Esses dados nos mostra as disparidades existentes no município quanto ao seu desenvolvimento; pois apesar do alto índice de desenvolvimento percebemos baixos índices em relação à educação do local.

O IDH¹³ é uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Esse índice, conforme afirmam Braga *et al.* (2017, p. 72),

Possui três pilares, [...] que são mensurados da seguinte forma: Saúde - uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer; Educação - o acesso ao conhecimento é medido pela composição de indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem; e renda - o padrão de vida é medido pela renda per capita.

Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população, no nível de um país. Esse dado é percebido, no caso da cidade de Porto Seguro, quando constatamos que, nesse período, segundo o Atlas Brasil

¹¹ Disponível em:

<https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/MapSeries/index.html?appid=cbeb43b6f50b487ba3ac7d6d366a9502>. Acesso em: 25 jun. 2021.

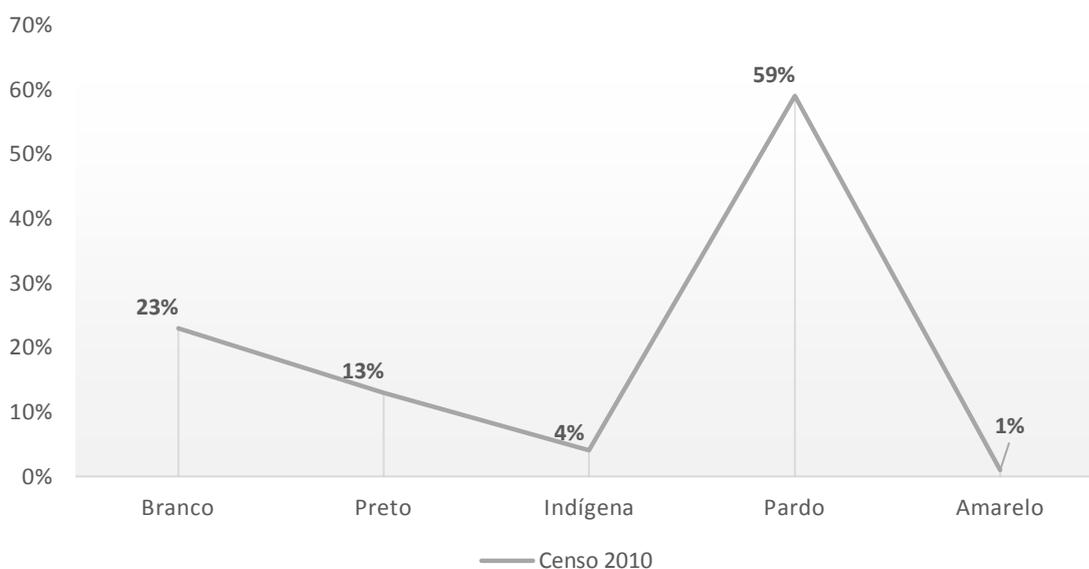
¹² Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

¹³ Índice de Desenvolvimento Humano.

(2021), existiam 10.520 jovens, uma porcentagem de 33,08% de pessoas entre 15 e 24 anos, vulneráveis à pobreza, sem estudar e sem trabalhar; havia também 11,91% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres, na população vulnerável dessa faixa etária do censo. Isso reflete as desigualdades, pois a renda per capita tende a ser pequena para a grande parcela da população que é a formada pela classe trabalhadora, concentrando a grande parcela dos recursos na mão da elite, aumentando ainda mais as desigualdades.

Em relação à divisão da população por raça/etnia, no município de Porto Seguro, os dados do último censo do IBGE (2010) revelam que, nesse período, a maioria da população residente no município se autodeclarava pertencer à raça negra (pretos/pardos). Assim, nesse período, 23% (29.918 pessoas) se autodeclaravam brancos; 59% (74.707 pessoas), pardos; 13% (16.171 pessoas), pretos; 4% (5.329 pessoas), indígenas; 1% (803 pessoas) se autodeclarou amarelo; e apenas 1% não se autodeclarou. Podemos visualizar esses dados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Divisão da população de Porto Seguro por raça/etnia no censo de 2010



Fonte: IBGE (2010).

A expansão dessa cidade se deu devido à atividade turística. No início da década de 1990, já despontava como um dos principais destinos da Bahia. Segundo Bahia (2013, p. 9):

Começando a atrair mais turistas, e dessa maneira a necessitar de mão de obra em hotéis, pousadas, construção civil e bares, enfim, em todas as áreas que a nova demanda precisava. [...] a cidade passa a oportunizar trabalho e começa a receber várias pessoas vindas de toda a região. (BAHIA, 2013, p. 9).

Assim, a realidade proposta pelo turismo, em Porto Seguro, determinou a separação da população de acordo a sua classe social. Segundo Pereira:

As classes de renda média habitam no Centro e em condomínios da Orla Norte, destinados quase exclusivamente a residências [...]. Há também um circuito periférico cujos contornos são muito bem definidos e percorridos por trabalhadores de renda baixa, [...], e os moradores antigos formam um enclave específico na parte baixa da cidade, num espaço dissociado de migrantes e turistas. Habitam em ruas do Centro, em ruas próximas ao Rio Buranhém onde muitos ainda atuam em atividades ligadas ao mar e ao rio [...] formam uma comunidade que tem relações bem endógenas e com quase nenhuma articulação com os moradores do chamado “Complexo Baianão”. (PEREIRA, 2017, p. 25-26).

Com essa separação, percebemos que o lugar destinado aos trabalhadores de baixa renda que vieram de fora para trabalhar no turismo da cidade eram justamente os bairros periféricos do chamado “Complexo Baianão”, que engloba também os bairros Parque Ecológico João Carlos, Porto Alegre, Vila Vitória, Vila Jardim (comumente chamado de Ubaldinão) e Paraguai. “Todos eles surgiram depois do Baianão” (BAHIA, 2013, p. 9). Esses bairros, apesar de contribuírem diariamente para o crescimento da cidade, são marginalizados, originados através da ocupação de posseiros e de pessoas vindas de toda a região. Na Figura 4, mapa pictórico, visualizamos a localização desses bairros periféricos à margem da Porto Seguro turística.

Figura 4 - Mapa pictórico da Porto Seguro dos moradores



Fonte: Araújo (2004, p. 120).

Neste contexto, a atividade turística transformou o espaço da cidade. Assim, passamos a ter duas visões sobre o mesmo espaço: uma produzida para os visitantes, como o lugar

perfeito, lindo e rico, próprio para as pessoas das classes sociais mais favorecidas; e o outro como o lugar da grande massa de trabalhadores, formada na sua maioria por negros (pretos/pardos), que migraram para esse espaço à procura de melhores condições de vida e que, portanto, vivem segregados nas periferias, trabalhando para o turismo, mas sem fazer parte dele.

O turismo em Porto Seguro, apesar de parecer bom do ponto de vista econômico e social, tem sido perverso com a população mais carente e com a classe trabalhadora, determinando a segregação daqueles que viviam e ainda vivem nas periferias e que, mesmo servindo de mão de obra para essa atividade econômica, não têm acesso ao lazer proporcionado por ela.

Muitos filhos desses trabalhadores sequer conhecem os lugares da cidade destinados ao lazer. Quando conhecem não desenvolvem uma visão fantasiada sobre esses lugares, por serem excluídos deles. A segregação e a exclusão produzidas nesse espaço favoreceram a visão do lugar como um produto social, em que as transformações ocorrem determinando o meio e, conseqüentemente, revelando seus desequilíbrios.

2.2.2 O bairro Paraguai: lugar de análise e vivências

O bairro onde a escola investigada está localizada é chamado de Paraguai. Esse bairro, segundo informações do PPP da escola (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 12), originou-se após a formação do bairro Baianão, a partir de uma invasão de terras, ocorrida entre os anos de 1995 e 1997. É um bairro periférico, composto por pessoas vindas das mais diversas áreas do Brasil e, principalmente, vindas de toda a região sul da Bahia. É composto, na sua maioria, por uma população carente, miscigenada por brancos, negros e índios, sendo a grande maioria negra. Trata-se de uma comunidade sociocultural diversificada.

Com o crescimento desordenado e desorganizado, o bairro Paraguai tornou-se, de acordo com Rolnik, (2009, p. 75), em um lugar “[...] onde são confinadas certas minorias, por imposições econômicas e/ou raciais, resultando em uma comunidade sociocultural diversificada e igualmente pobre”. Segundo o PPP da escola (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 13), com a expansão do bairro e a falta de infraestrutura urbana, desigualdade social, econômica e sanitária, “[...] surgiram grandes problemas: as doenças, o tráfico de drogas, a prostituição infantil e juvenil, assim como todo tipo de violência física, psicológica, moral, econômica e muitas vezes até sexual”. Na Figura 5, podemos visualizar a área territorial do bairro Paraguai com a localização da escola.

Figura 5 - Demarcação territorial do Bairro Paraguai e localização do Educandário Pero Vaz de Caminha no município de Porto Seguro - BA



Fonte: a autora (2021).

Nota: essa imagem é um recorte da vista por satélite do *Google Earth*¹⁵ e corresponde à demarcação territorial do Bairro Paraguai no Município de Porto Seguro - BA.

A principal atividade econômica do local é o comércio. Há, no bairro, pequenos mercados, bicicletarias, padarias, papelarias, salão de beleza, loja de roupas, entre outros, além de uma fábrica de calçados. Ali, existem também famílias que vivem do artesanato e da produção de salgados que são vendidos nas praias da cidade. “Também é intenso no bairro, infelizmente, o tráfico de drogas” (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 13), iludindo e prejudicando muitos jovens e adolescentes do bairro. Convém ressaltar também que a comunidade é composta por um grande número de decentes trabalhadores que só almejam viver com dignidade.

Em relação à infraestrutura urbana, faltam políticas públicas voltadas para melhorias, como o saneamento básico e pavimentação das ruas, resultando na insatisfação por parte da população. Nas Fotografias 1, 2, 3 e 4, podemos observar a situação de algumas ruas do bairro que ainda se encontram sem pavimentação.

¹⁵ Disponível em:

<https://earth.google.com/web/@-16.428706,-39.08318445,47.71432344a,11148.94683617d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Fotografia 1 - Praça Doná Caixa D'Água



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Fotografia 2 - Praça em frente à escola



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Fotografia 3 - Rua do Cemitério



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Fotografia 4 - Rua Caetano Cupolo



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Verificamos, no bairro, o oferecimento de pavimentação em poucas ruas, como nas principais que dão acesso ao bairro e na avenida principal, onde está localizado o posto de saúde e as duas escolas públicas do Bairro: a Escola Municipal Oscar Oliveira que atualmente oferece o Ensino Fundamental I e o Educandário Pero Vaz de Caminha que atualmente oferece o Ensino Fundamental II, conforme mostram as Fotografias 5, 6 e 7.

Fotografia 5 - Rua da Paz (Ladeira do Paraguai)



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Fotografia 6 - Av. Adolfo Chagas



Fonte: a autora (2021)

Notas:

*Fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

**Nessa avenida está localizado o Educandário Pero Vaz de Caminha.

Fotografia 7 - Av. Adolfo Chagas



Fonte: a autora (2021)

Notas:

*Fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

**Nessa avenida está localizado o Educandário Pero Vaz de Caminha.

Embora seja um bairro considerado antigo, com uma história e população formada a partir da migração de pessoas vindas de vários lugares da Bahia e do Brasil, existe pouca informação publicada sobre o local. Segundo informações do IBGE (2010), o município ainda

não possui uma legislação que delimita os bairros para o censo; portanto todas as informações (sociais e econômicas referente a população) são genéricas, dificultando, conseqüentemente, o registro de referências sobre o local.

2.2.3 O Educandário Pero Vaz de Caminha

A escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha, localizada na cidade de Porto Seguro, situada na Rua Adolfo Chagas s/n, Bairro Paraguai, foi fundada em 1995, na gestão do prefeito José Ubaldino Junior, que reconheceu a escola como instituição autorizada a funcionar como primário, que corresponde às séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano). No ano de 2007, a escola foi ampliada e passou a oferecer também as turmas finais do Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano). No ano de 2018, a escola deixou de oferecer o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), passando a oferecer apenas o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), no diurno, e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), no turno da noite.

A referida escola é considerada de grande porte e apresenta em seu projeto político pedagógico o objetivo de atender a crianças da classe popular, cidadãos capazes de refletir sobre sua realidade, a fim de transformá-la. Na Fotografia 8, podemos visualizar a fachada da escola.

Fotografia 8 - Fachada do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: a autora (2021)

Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

O prédio da escola é construído em uma área ampla e possui ótima iluminação. As salas de aulas são grandes e possuem janelas, porém são quentes, principalmente no turno vespertino,

durante o verão. A instituição possui, em seu espaço, 1 banheiro masculino e 1 feminino, cozinha, 1 refeitório (no pátio da escola), 1 secretaria, 1 sala pequena para a direção e outra para a vice direção, 1 sala para professores (também usada para guardar livros de uso diário dos professores e alunos), 1 sala para coordenação (também usada como biblioteca) e 1 pequena sala que serve para acompanhamento dos discentes portadores de necessidades especiais.

É bom ressaltar que o aspecto físico da escola necessita ser melhorado, pois precisa de 1 biblioteca, 1 sala de vídeo, 1 sala de informática, área arborizada, 1 sala para os bebês das alunas ficarem enquanto as alunas mães estão em aula, além da reposição dos ventiladores das salas de aulas que estão quebrados. O corpo docente é composto por professores do Ensino Fundamental II. Alguns já atuam na educação há mais de dez anos e possuem o Ensino Superior completo nas suas respectivas áreas. Convém mencionar que é pequeno ainda o acompanhamento por parte dos pais nas atividades desenvolvidas pela escola.

O projeto político da referida escola foi elaborado por toda a equipe diretiva, técnica, pedagógica e pais, entre 2016 e 2018, com fins e princípios norteadores que buscam “garantir o atendimento educacional de qualidade, que possibilite o pleno desenvolvimento das potencialidades de seus educandos” (PORTO SEGURO, 2016/2018, p.14). Para tanto, sempre antes do início do ano letivo, a direção, a coordenação pedagógica e o corpo docente se reúnem durante alguns dias para discutir sobre o desenvolvimento dos trabalhos, objetivos e metas. Nessas reuniões, as propostas são apresentadas e discutidas e faz-se, então, um planejamento subdividido em bimestres.

Segundo o PPP, “a escola busca uma metodologia mais diversificada no contexto real da vida dos alunos/as, tendo como referencial teórico autores como Vygotsky, Emília Ferreiro e Jean Piaget” (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 14). A proposta pedagógica idealizada no PPP fundamenta-se em alguns princípios da Constituição Federal e da LDBEN (9394/96), como: “Igualdade de condições de acesso e permanência na escola; Liberdade de aprender e ensinar; Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (PORTO SEGURO, 2016/2018, p.16-17). Sendo assim, a escola tem como missão:

Promover uma educação orientada pelo saber, pelo trabalho e pela ética, tornando as pessoas capazes de interpretar o mundo, de agir e interagir comprometida com o desenvolvimento social, humano e da educação inclusiva dentro dos princípios de cidadania. (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 18).

Podemos notar, portanto, que, na “teoria” expressa pelo projeto político da escola, há a

preocupação com o desenvolvimento de uma prática pedagógica que valorize as diferenças e respeite as características sociais, culturais e econômicas do lugar.

No tocante aos recursos financeiros, a escola recebe verba do FNDE, através da Unidade Executora uma vez por ano, e do FNDE, através da Secretaria Municipal de Educação, que vem para a escola como merenda escolar, livros didáticos, gás, realização das reformas periódicas e troca de cadeiras e mesas, tanto do refeitório quanto do aluno.

2.2.4 Caracterização das docentes de Geografia e discentes do Educandário Pero Vaz de Caminha

As docentes

A escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha possui, em seu quadro de funcionários para o Ensino Fundamental II e EJA, quatro professoras de Geografia. São as mesmas docentes mencionadas aqui, mas por questão de anonimato terão seus nomes substituídos por letras.

A professora “A” autodeclara-se parda, de classe média, tem 65 anos de idade, é licenciada em Pedagogia e Geografia e possui especialização na área de educação. Leciona no Ensino Fundamental II da rede pública há 20 anos. Está há 11 anos na referida escola e possui uma carga horária de trabalho de 40 horas. Não trabalha em outra instituição de ensino e conhece bem o público da referida escola, pois já lecionou nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

A professora “B” também autodeclara-se parda, de classe média, tem 50 anos de idade, é licenciada em Geografia. Leciona no Ensino Fundamental II da rede pública há 21 anos e está há 5 anos na referida escola. Ela possui uma carga horária de trabalho de 40 horas e já lecionou nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) da escola. Não possui outro vínculo empregatício.

A professora “C” autodeclara-se preta, de classe média, tem 46 anos de idade, é licenciada em Geografia. Leciona no Ensino Fundamental II há 10 anos e está na referida escola há 2 anos. Não possui outro vínculo empregatício, possui carga horária de trabalho de 20 horas na referida escola.

A professora “D” também autodeclara-se parda, também de classe média, tem 40 anos de idade, é licenciada e especialista em Geografia. Tem 20 anos de experiência na educação, sendo 4 anos no Ensino Fundamental I e 16 anos no Ensino Fundamental II e Médio. Ela possui

uma carga horária de trabalho de 60 horas, sendo 40 horas na rede estadual e 20 horas na rede municipal de ensino, na referida escola. Está na escola há 14 anos, sempre trabalhando no turno vespertino.

Essas mulheres são profissionais com experiência na educação, não moram no bairro onde está localizada a escola; mas, devido ao convívio com a comunidade escolar, conhecem a realidade do local.

Os discentes

Os estudantes do Educandário Pero Vaz de Caminha, principalmente os que estão no Ensino Fundamental II, no turno diurno, tem entre 10 a 16 anos de idade. São oriundos de famílias de baixa renda, formadas na sua maioria por trabalhadores que desempenham as suas atividades no comércio ou em atividades voltadas para o turismo. São moradores do bairro Paraguai, que é um bairro periférico que sofre com problemas de infraestrutura urbana e desigualdades sociais, convivendo no seu dia a dia, segundo o PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018), com contrariedades advindas da marginalidade, do tráfico de drogas, da prostituição infantil e juvenil e da violência. Uma pequena minoria mora em sítios nas localidades próximas ao bairro.

Alguns meninos da escola vivem em situações de risco, por terem contato com a marginalidade e o tráfico de drogas, que é intenso no bairro em que vivem e estudam. Esse fator tem levado alguns a evadirem da escola. Os que têm suporte e acompanhamento dos pais se mantêm afastados do tráfico e dividem o seu tempo entre a escola e o trabalho, pois precisam ajudar no sustento da família. Convém ainda mencionar que é comum a falta de oportunidades de trabalho para esses estudantes, que acabam desenvolvendo atividades que requerem mais esforço físico, com salários mais baixos.

Em relação às meninas, muitas delas ainda vivem com a família, outras vivem em lares desfeitos. Há também algumas que já vivem com os namorados. Elas dividem o seu tempo entre a escola e os afazeres domésticos, ajudando também a cuidar dos irmãos menores. Não trabalham fora de casa. Entre elas é comum perceber a falta de estímulo para os estudos, muitas vão para a escola porque são obrigadas pelos pais ou para fugir do trabalho doméstico em casa.

Por não visualizarem a sua realidade dentro das discussões propostas em sala de aula, estão desmotivadas, não percebendo a importância que a escola tem para a busca por um futuro mais digno. Essa falta de estímulo e dificuldades enfrentadas diariamente têm contribuído para o constante número de meninas engravidando precocemente (em muitos casos, dos meninos

que estão envolvidos com a marginalidade) e, conseqüentemente, evadindo do espaço escolar. As que permanecem estudando, sentem dificuldades em se adaptar, enfrentando várias dificuldades para aprender.

2.3 Análise dos dados documentais

2.3.1 Dados gerais sobre a evasão no Educandário Pero Vaz de Caminha

Partilhar um cotidiano em que todo corpo escolar – alunos, professores, direção e corpo administrativo – são provenientes de diferentes famílias, diferentes origens, cada qual com diferentes histórias, é desenvolver uma experiência de interação e partilha de conhecimento.

A escola como um espaço importante da vivência humana não pode ser separada da dinâmica da vida social; pois, nela, os estudantes devem ser considerados agentes no processo de construção do conhecimento. O seu ensino oferecido deve então fundamentar-se em princípios que garantam uma educação de qualidade, buscando o desenvolvimento e aprendizagem de todos, ajudando-os a superar as dificuldades e efetivar uma prática transformadora.

Quando as aulas deixam de ser atraentes e não levam em conta a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos nesse processo, elas acabam contribuindo para a ausência dos alunos em seu espaço. Essa evasão escolar tem sido um problema constante nas escolas públicas e inúmeros fatores têm levado a essa situação. A cada ano, um grande número de discentes menores de idade abandonam os estudos. Segundo o Censo Escolar de 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), as matrículas na Educação Básica no Brasil caíram 1,3 milhão em quatro anos. Segundo dados do Inep (2018), os fatores que indicam esses dados são:

A situação econômica (pobreza), a necessidade de ir cedo para o mercado de trabalho, distância da escola e conseqüente acesso limitado, como por exemplo, falta de vagas em escolas próximas a suas moradias, falta ou precária disponibilidade de transporte público, necessidade especial (seja por limitação física, doenças graves), dificuldades de aprendizagem, gravidez na adolescência, envolvimento com drogas e violência (físicas ou psicológicas) que acontecem em casa ou na própria escola através do bullying. (INEP, 2018).

Esses dados refletem a situação vivenciada por adolescentes de bairros periféricos que sofrem com a falta de estrutura física e social, as quais refletem conseqüentemente na sua

permanência no espaço escolar.

Quando nos referimos à realidade vivenciada no Educandário Pero Vaz de Caminha, vemos que, desde o ano de 2016, nas turmas do Ensino Fundamental II, nos turnos matutino e vespertino, são notórios os casos de evasão. Lembramos que, muitas vezes, durante o ano letivo, o aluno desaparece da escola por motivos diversos e retornam na última unidade letiva. Quando já não estão reprovados por falta, estes estudantes fazem as atividades de recuperação, sendo aprovados ou reprovados de acordo com o seu desempenho, não entrando dessa forma nos índices de evasão, mas de aprovação ou reprovação.

Para verificar esses índices, foram analisados documentos da escola, como atas de fechamento dos anos letivos, fichas de matrículas, livros de ocorrências da coordenação/alunos, o PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018), as diretrizes aplicadas pela escola em relação às ações e atividades pedagógicas de ensino e práticas docentes, buscando verificar as informações sobre idade, situação social e econômica, dificuldades de aprendizagem, desenvolvimento e socialização dos alunos, evasão por gênero e série, motivos que levam à evasão.

Dessa forma, abaixo são apresentados dados preliminares sobre a evasão nas turmas de 6º, 7º, 8º e 9º ano, nos turnos matutino e vespertino do Ensino Fundamental II, no Educandário Pero Vaz de Caminha, nos anos de 2016 a 2019. Na Tabela 1, verificamos tais dados gerais de evasão.

Tabela 1 - Evasão escolar no Educandário Pero Vaz de Caminha

Ano de 2016		Ano de 2017		Ano de 2018		Ano de 2019	
Total de alunos	Total de alunos evadidos	Total de alunos	Total de alunos evadidos	Total de alunos	Total de alunos evadidos	Total de alunos	Total de alunos evadidos
579	38	755	37	789	50	759	41

Fonte: elaborada pela autora com base no livro de atas de conclusão dos anos letivos (2021).

Nota: essa tabela é composta por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

No Ensino Fundamental II da referida escola, nos anos investigados, a porcentagem de alunos que evadiram ficou abaixo dos 7% em relação ao total de alunos¹⁶. Os fatores que proporcionaram essa evasão, segundo o próprio PPP da escola, foram: “pobreza e situação econômica desfavorável; falta de acompanhamento contínuo dos pais; gravidez na adolescência e envolvimento com drogas; e dificuldades de aprendizagem” (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 22).

¹⁶ No ano de 2016 essa porcentagem foi de 6,6%; no ano de 2017, foi 5%; no ano de 2018, foi de 6,4%; e no ano de 2019, foi de 5,5%.

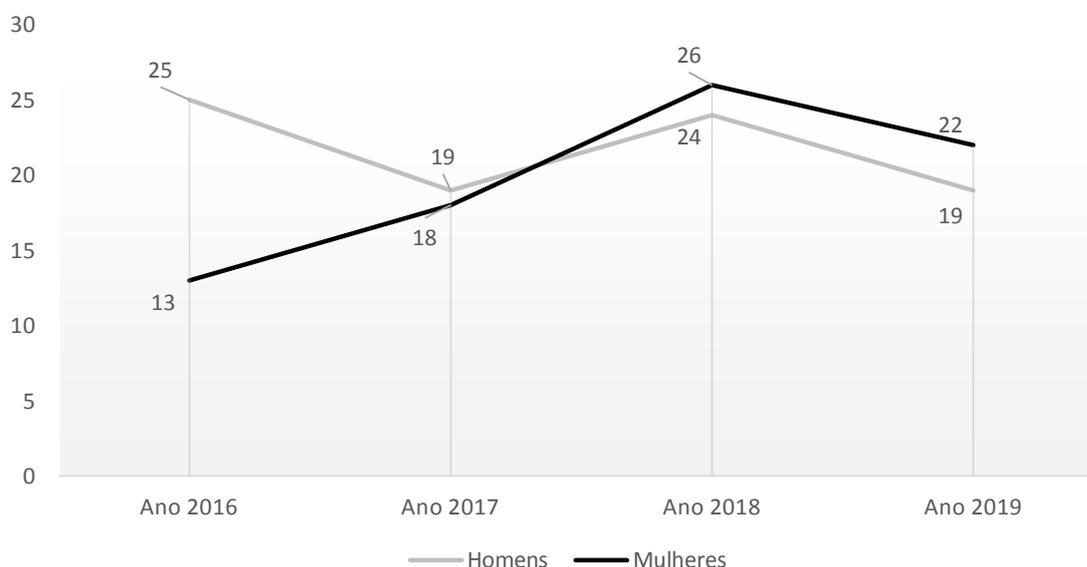
Quando verificamos os índices de evasão por gênero, percebemos que nos anos de 2016 e 2017, os índices eram maiores entre os homens (2016 - 25 / 2017 - 19), enquanto que os das mulheres eram menores (2016 - 13 / 2017 - 18). Já nos anos de 2018 e 2019, esses dados mudaram, passando a evadir menos homens (2018 - 24 / 2019 - 19) e mais mulheres (2018 - 26 / 2019 - 22).

Vários foram os fatores que levaram a esses índices. Entre os principais, temos, de acordo com o PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 20), “a pobreza, o problema com as drogas e a prostituição”, além das dificuldades referentes a situações pedagógicas. Como consta no PPP:

Alunos que apresentam grande deficiência no processo de aprendizagem, alunos descompromissados com a vida escolar e que acabam prejudicando o desenvolvimento deles mesmos e dos colegas, atrapalhando o desenvolvimento do trabalho dos/das professores/as; a falta de acompanhamento por parte dos pais e ou responsáveis na vida escolar dos filhos, ausência do respeito e da disciplina, a baixa autoestima e a falta de amparo e proteção familiar. (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 20).

No Gráfico 2, podemos visualizar os dados sobre a evasão por gênero, na referida escola.

Gráfico 2 - Evasão por gênero dos discentes do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: elaborado pela autora com base no livro de atas de conclusão dos anos letivos (2021).

Nota: esse gráfico é composto por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

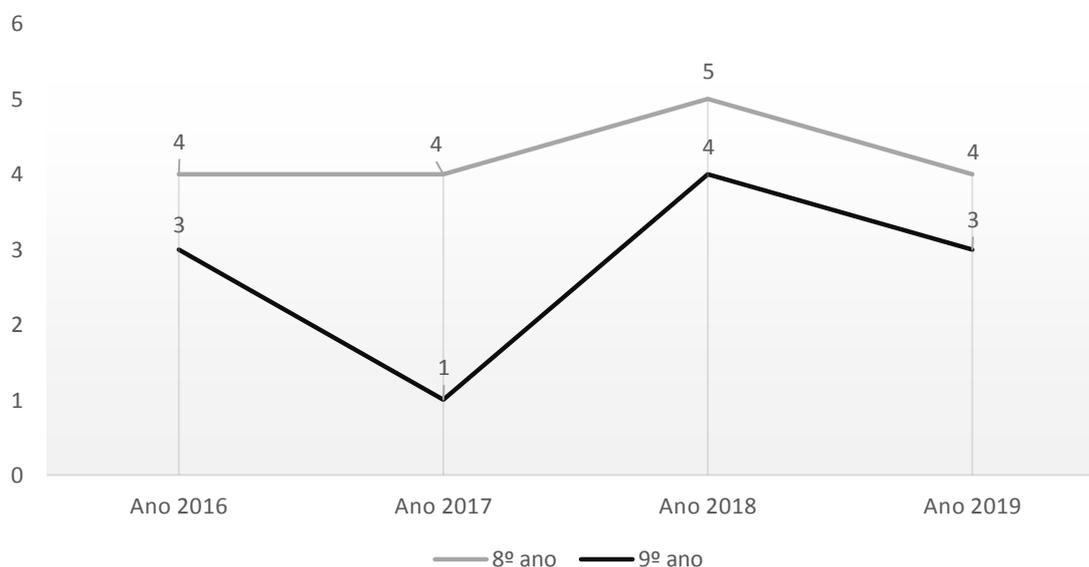
Nesse contexto, conforme cita o PPP (PORTO SEGURO, 2016/2018), o problema da evasão é sempre dos estudantes, que sofrem diariamente com vários problemas de ordem social e econômica, pois não é citado como um problema da escola e dos envolvidos no processo de

ensino-aprendizagem.

Na escola, encontramos, no turno diurno, as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e, no turno da noite, a Educação de Jovens e Adultos - EJA. As turmas que são foco da nossa análise são justamente as pertencentes à educação regular, diurna (matutino/vespertino) e, principalmente, os 8º e 9º anos, porque nessas séries observamos alunos na faixa etária de 13 a 15 anos. É nessa faixa etária que acontecem transformações físicas e emocionais importantes para o desenvolvimento do ser humano como um todo, sendo a gravidez uma delas. Dessa forma, quando analisamos os dados especificamente das turmas de 8º e 9º ano, verificamos que quando nos referimos à evasão, temos uma relativa igualdade nos números das duas turmas.

Os índices de evasão nas turmas de 8º ano foram praticamente os mesmos de 2016 a 2019, tendo em média 4 alunos evadidos a cada ano. Já nas turmas de 9º ano, os índices estavam em constante declínio e aumento. Em 2016, 3 alunos evadiram; em 2017, houve 1 evasão; em 2018, 4 evasões; e, em 2019, 3 evasões. Podemos visualizar esses dados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Total de estudantes evadidos nas turmas de 8º e 9º ano do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: elaborado pela autora com base no livro de atas de conclusão dos anos letivos (2021).

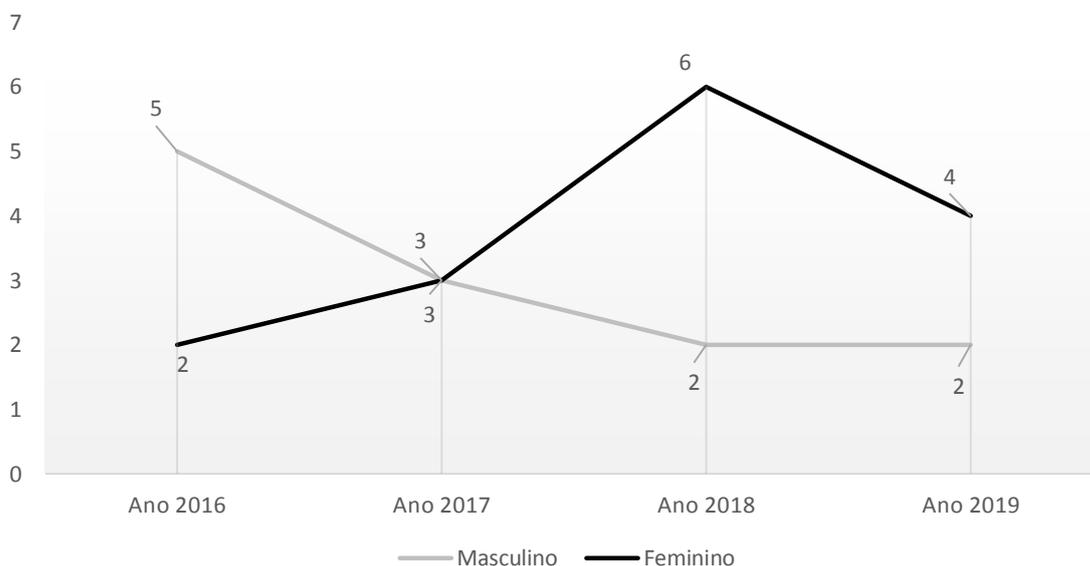
Nota: esse gráfico é composto por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

Quando analisamos os dados de evasão por gênero, percebemos que, no ano de 2016, a evasão era maior entre os meninos e, em 2017, os índices se igualaram. Em 2018, verificamos um aumento progressivo de evasão de meninas e, em 2019, apesar de uma tímida redução, os índices femininos permaneceram superiores aos índices masculinos.

- No ano de 2016 – evadiram das turmas de 8º ano, 3 meninos e 1 menina, e das turmas de 9º ano, 2 meninos e 1 menina;
- No ano de 2017 – evadiram das turmas de 8º ano, 2 meninos e 2 meninas, e das turmas de 9º ano, 1 menino e 1 menina;
- No ano de 2018 – evadiram das turmas de 8º ano, 1 menino e 3 meninas, e das turmas de 9º ano, 1 menino e 3 meninas;
- No ano de 2019 – evadiram das turmas de 8º ano, 1 menino e 2 meninas, e das turmas de 9º ano, 1 menino e 2 meninas.

Ao analisar esses dados, percebemos que a realidade dos alunos da escola se assemelha à realidade exposta nos dados do Inep (2018); pois, na referida escola, esses índices de evasão, no caso dos meninos, têm sido relacionados ao longo desses anos com a necessidade de ir trabalhar para ajudar no sustento na família, com dificuldades de aprendizagem e, em alguns casos, com o envolvimento com o tráfico de drogas, que é uma atividade intensa no bairro onde a escola está localizada. Verificamos esses dados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Dados sobre evasão por gênero nas turmas de 8º e 9º anos do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: elaborado pela autora com base no livro de atas de conclusão dos anos letivos (2021).

Nota: esse gráfico é composto por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

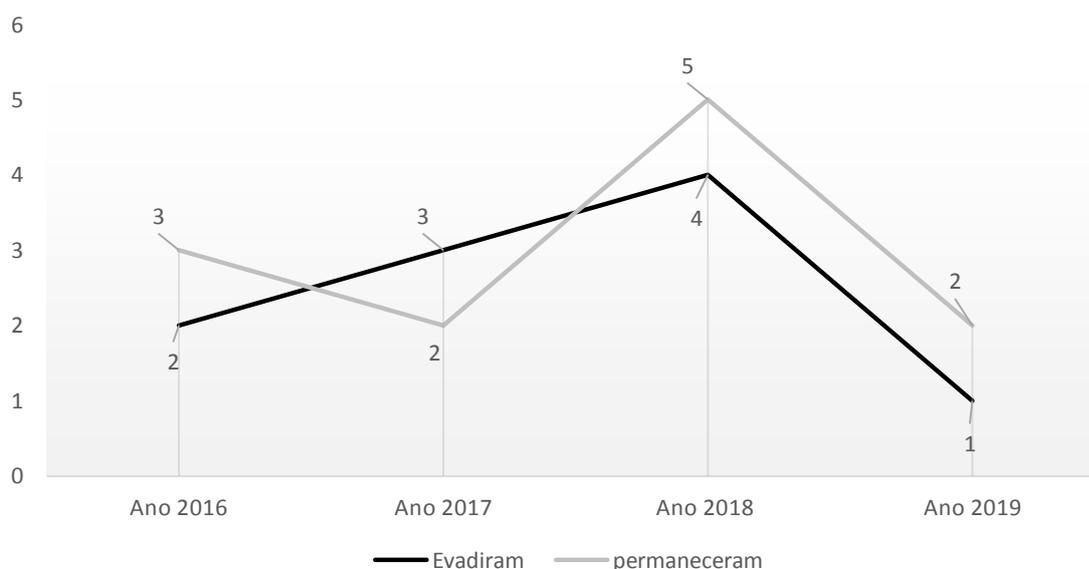
No caso das meninas, os dados e informações expostos pelo Fundo de População das Nações Unidas (2013) reforçam a ideia de que os fatores que têm levado à evasão, geralmente, estão relacionados à pobreza e à gravidez na adolescência, contribuindo para a segregação

dessas estudantes, que evadem da escola, por falta de perspectiva e condições de buscarem um futuro melhor.

Desse modo, na escola investigada, nos anos de 2016 a 2019, foi observado um crescente número de alunas grávidas na faixa etária dos 13 aos 16 anos, estudantes das séries finais do Ensino Fundamental II (8º ao 9º ano). Algumas delas acabaram evadindo da escola, devido às dificuldades de adaptação provocadas pela gestação (sintomas próprios da gravidez), dificuldades na aprendizagem, falta de estímulo para continuar estudando e de perspectiva de um futuro melhor. As que permaneceram estudando superaram diversas dificuldades, diariamente, para se manterem na escola.

Visualizando o Gráfico 5, fica nítido que o ato de engravidar na adolescência traz consequências para a vida escolar da menina. Essa afirmativa reforça as ideias de L. Colman e A. Colman (1994), Santos *et al.* (2017), que afirmam que a maternidade influencia no desenvolvimento da adolescente, na sua formação como um ser social, transformando a sua vida. Assim, a evasão, nesse contexto, torna-se a única alternativa, pois elas agora precisam se preparar para cuidar de um filho e enfrentar desafios que até então eram desconhecidos para elas. Estando fora da escola, essas meninas acabam perdendo a perspectiva de ter um futuro melhor.

Gráfico 5 - Evasão e permanência das alunas gestantes dos 8º e 9º anos do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: elaborado pela autora com base no livro de atas de conclusão dos anos letivos (2021).

Nota: esse gráfico é composto por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

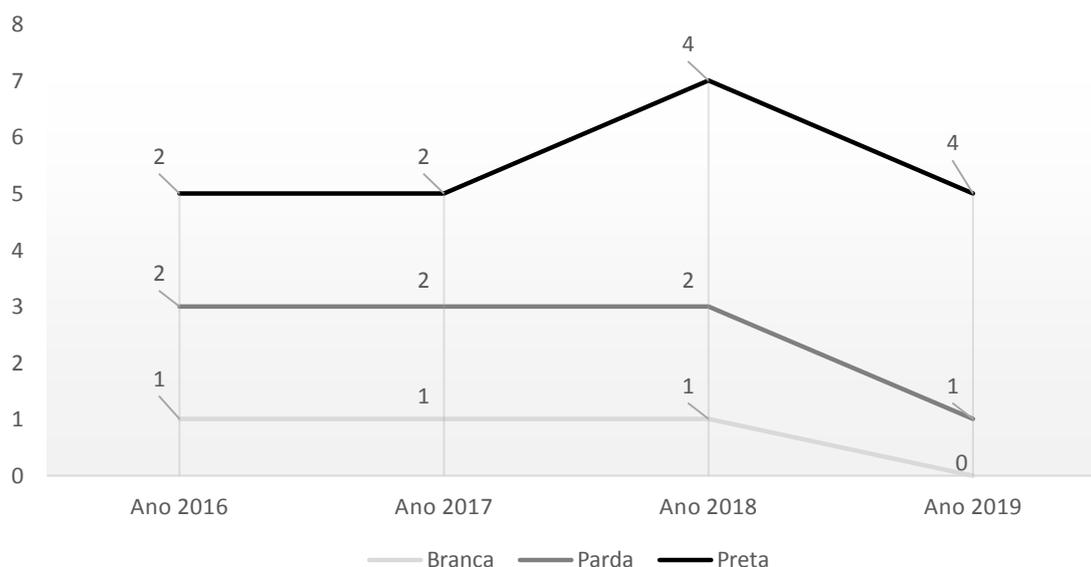
Nesse contexto, se houvesse mais investimento, igualdade de direitos e oportunidades

por parte do Estado para todos, independentemente do gênero e classe social, conforme prega Barroso (2005), em seus escritos, a realidade seria diferente. Se essas meninas e suas famílias fossem acompanhadas, sendo oferecido serviço de saúde de qualidade, acompanhamento psicossocial e adequação dos espaços e currículos escolares, com certeza, a realidade delas seria melhor.

Também é importante observar esses dados a partir da raça/cor. A maioria das meninas que estudavam nessas turmas e engravidaram no período analisado eram pretas e pardas. Esse dado reforça a importância de se pensar a questão da gravidez na adolescência a partir da ideia de interseccionalidade entre gênero, raça e classe social, conforme explicam Crenshaw (2002), e Gonzales (1984, 1988). Os dados da referida escola têm mostrado que as estudantes que engravidaram precocemente, nos últimos anos, além de serem mulheres, fator que já contribui para a sua exclusão, na sua maioria são negras (pretas e pardas) e pobres.

A realidade das estudantes do Educandário Pero Vaz de Caminha reflete, justamente, a desigualdade à qual essas meninas são submetidas. Elas têm sido subjugadas, excluídas e segregadas. As informações que muitas vezes são passadas para elas não têm dado conta de contribuir para o seu desenvolvimento social e intelectual. No Gráfico 6, podemos visualizar o comparativo dos índices de gravidez por raça/cor.

Gráfico 6 - Comparativo dos índices de gravidez por cor/raça nas turmas de 8º e 9º anos do Educandário Pero Vaz de Caminha



Fonte: elaborado pela autora com base nas próprias observações e fichas de matrícula da escola.
Nota: esse gráfico é composto por dados gerais dos anos de 2016 a 2019.

Tais meninas, submetidas a essas desigualdades, quando engravidam precocemente, não

têm tido muitas vezes apoio e condições de permanecerem na escola, evadindo conseqüentemente. Essa realidade tem sido ainda pior entre as adolescentes que vivem em áreas periféricas das cidades, que é o caso do bairro onde a escola está situada e onde a maioria delas vivem.

Esse dado reforça a ideia proposta por Guimarães (2011), que afirma que a realidade física e as desigualdades e exclusões sociais que prevalecem nos bairros periféricos têm sido fator preponderante para a segregação, que limita os espaços e as possibilidades de desenvolvimento e inclusão social dessas meninas.

Convém ainda mencionar que as meninas que permaneceram estudando durante e após a gestação acabaram enfrentando uma série de dificuldades para se manterem no espaço da escola, principalmente as negras. Essa afirmativa dialoga com as ideias expostas no referencial teórico dessa pesquisa, composto por autores(as) como Munanga (2017), J. A. Santos (2009), R. Santos (2020), Gonzalez (1984) e Carneiro (2005). Tais intelectuais afirmam que ser mulher e ser negra tem sido uma barreira ao desenvolvimento da jovem nos espaços da sociedade. Elas enfrentam o racismo não oficializado, a resistência, a desvalorização da cultura negra e, em muitos casos, são subjugadas no seu potencial intelectual, sofrendo opressão na sociedade.

Isso confirma a necessidade de se pensar em uma forma capaz de mudar essa realidade a partir das situações vivenciadas por cada menina. Desse modo, torna-se necessário trabalhar a questão de gênero, os fatores sociais, econômicos e raciais, na escola, com o intuito de promover discussões e roborar conhecimentos que sejam reais e vivenciados pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Temos visto, no âmbito escolar, discussões sobre a gravidez na adolescência apenas na área das ciências naturais, desconsiderando que a responsabilidade e os fatores que levam a esses índices na adolescência são também de ordem social, não apenas natural. Sendo assim, discussões sobre essa temática precisam ser realizadas pelo viés social, não tratando as questões que envolvem a gravidez na adolescência apenas como um problema natural de saúde pública. É aí que entram as disciplinas da área das Ciências Humanas, como a História, a Sociologia e a Geografia. As discussões nessas disciplinas podem estimular uma formação crítica, com foco na formação efetiva dos sujeitos sociais, reforçando o que afirma Gomes (2012) quando fala do verdadeiro objetivo da educação.

Diante disso, verificamos a necessidade de se trabalhar as questões que envolvem a gravidez na adolescência aliada a alguns conteúdos da Geografia; pois a gravidez precoce deve ser discutida não apenas como um problema da área da saúde, mas também como um fato social, que se não for trabalhado dialeticamente com os conteúdos das disciplinas escolares (da área

de Ciências Biológicas e também da área das Ciências Humanas), pode trazer sérias consequências para o futuro dessas meninas, como a evasão escolar e o aumento dos índices de pobreza.

Nesse contexto, o ensino de Geografia deve ser crítico e levar em consideração a realidade do lugar em que se vive, as questões sociais, culturais, raciais e econômicas que envolvem a formação da identidade dessas meninas, a fim de inseri-las de forma ativa na sociedade e possibilitar mudanças no ambiente escolar, com o intuito de favorecer a permanência dessas meninas nesse espaço, valorizando-as e respeitando as suas particularidades e representações, bem como seu direito de socialização que se torna efetivo ao se apropriar do conhecimento e valores desenvolvidos socialmente.

2.3.2 A proposta curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro

Anualmente, a Secretaria Municipal de Educação do município de Porto Seguro encaminha para as unidades de ensino a proposta curricular das disciplinas que fazem parte do currículo do Ensino Fundamental II, a qual é elaborada, geralmente, por profissionais que trabalham na Secretaria de Educação, e encaminhada para as escolas durante a jornada pedagógica realizada no início dos anos letivos. Nos últimos anos, a proposta curricular passou a ser levada para apresentação e análise dos docentes nas jornadas pedagógicas. Elas servem como um guia para a elaboração e adaptação do planejamento que será realizado nas escolas pelos docentes juntamente com a coordenação pedagógica escolar.

Fizemos aqui uma análise da proposta enviada para as escolas no ano de 2019. Ela tem, na sua parte introdutória, um texto que aborda o papel da escola e do ensino de Geografia no processo de ensino-aprendizagem e as diretrizes que devem nortear o trabalho do professor nesse componente curricular. O texto de apresentação descreve de forma rápida o papel da escola e do ensino de Geografia na construção do conhecimento, enfatizando a necessidade de um ensino crítico e inovador. Segundo a proposta curricular de 2019:

O ensino de Geografia no fundamental II, que compreende do 6º ao 9º ano propõe trabalhar na formação de alunos participativos, críticos e responsáveis pelo espaço em que vivem, através de oportunidades de construção de conhecimento, fundamentadas no aprender a aprender, no aprender a pensar, no aprender a ser e no aprender a conviver, como formas para a ampliação da compreensão do mundo. (PORTO SEGURO, 2019, p. 4).

A proposta especifica a importante função do ensino de Geografia para a formação de sujeitos crítico, aptos a interferir de forma positiva na sociedade no qual estão inseridos. Em

seu arcabouço teórico, vemos trechos da BNCC, os quais abordam o ensino de Geografia e suas potencialidades e destacam que a educação geográfica pode propiciar o aprimoramento do conhecimento individual e coletivo dos estudantes, dando-se através da identidade cultural, da vivência e dos costumes (BNCC apud PORTO SEGURO, 2019).

Na proposta, podemos notar ainda a importância de um planejamento dinâmico, capaz de provocar o interesse dos discentes e de contribuir para novas aprendizagens.

As atividades de aprendizagem levam às vivências da liberdade de pensar, de refletir, de buscar soluções e de trabalhar a problematização e a compreensão da realidade. Assim, o espaço escolar é o lugar para transformações, convívio com as diferenças, contradições, colaboração mútua, sensibilidade e criatividade. (PORTO SEGURO, 2019, p. 4).

Sendo assim, percebemos que, na parte teórica que introduz os conteúdos que servem de base para o ensino da Geografia, existe a compreensão da importância de um ensino pautado na realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sugerindo que haja por parte do professor, no seu planejamento, “[...] uma revisão dos métodos de produção, articulação e aplicação do conhecimento” (PORTO SEGURO, 2019, p. 1).

Na parte da seleção e organização dos conteúdos, verificamos que estes estão enquadrados em unidades temáticas. Dentro dessas unidades, encontramos os conteúdos programáticos e os objetivos específicos de cada conteúdo para cada série. Um detalhe interessante a ser citado é que as unidades temáticas são as mesmas para todas as séries/anos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º ano), pois elas são consideradas grandes temas com enfoques diferentes em cada série/ano, diferenciando, portanto, os conteúdos de acordo com o que é proposto para cada série.

Dentro de cada unidade temática, há seleção de conteúdos sugeridos para o trabalho em cada série/ano letivo. Cabe a cada escola, adequar a proposta curricular à realidade vivida e desenvolver o planejamento que vai ser trabalhado. Em muitos temas/conteúdos indicados pela proposta curricular é possível fazer a adequação para discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência; porém, aqui, apenas alguns conteúdos serão citados como exemplo, pois a grade curricular de Geografia é um pouco densa e tem enfoque tanto na parte física/natural do Planeta Terra (relevo, clima, vegetação, hidrografia, formação do planeta etc.) como na parte da produção, transformação e discussões humanas (geopolítica, sistemas econômicos, regionalização, mudanças ambientais, espaço rural e urbano, demografia, países, Estados Nações etc.).

No Quadro 1, verificamos quais são as unidades temáticas apresentadas pela Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro.

Quadro 1 - As unidades temáticas

Unidades Temáticas	Objetivos
O sujeito e seu lugar no mundo	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar as noções de identidade e pertencimento ao lugar; • Expandir a visão sobre a relação do ser humano, com os temas econômicos, políticos e culturais do território brasileiro e do mundo; • Buscar valorizar o lugar de cada pessoa no mundo, compreendendo-a como um sujeito social que deve ser respeitado e valorizado.
Conexões e escalas	<ul style="list-style-type: none"> • Articular diferentes escalas do espaço; • Compreender as interações existentes na sua vida familiar e seus grupos, em escalas mais complexas.
Mundo do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os fatores que interferem na produção do espaço agrário e industrial; • Relacionar as ações do mundo do trabalho ao que acontece no campo e na cidade; • Identificar as mudanças tecnológicas que interferiram, ao longo do tempo, na geração de emprego e na distribuição de renda.
Formas de representação e pensamento espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Dominar os processos de leitura e elaboração de mapas; • Desenvolver o raciocínio geográfico; • Comparar diversos mapas temáticos.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Articular a Geografia Física com a Humana; • Estabelecer relações entre o ambiente, a natureza e as atividades antrópicas.

Fonte: elaborado pela autora com base na Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro - BA (2021).

Para o 6º ano, a proposta traz mais conteúdos conceituais, relacionando-os às categorias geográficas – espaço e lugar –, sendo, portanto, possível, a partir delas, instigar momentos de discussões com o enfoque na realidade local vivenciada pelas discentes grávidas.

Nessa série, já é possível introduzir discussões sobre o espaço local de vivência das adolescentes grávidas, de forma contextualizada com as análises e conhecimentos sobre o lugar geográfico, que pode ser trabalhado a partir da escola, rua, bairro, cidade, destacando as diferenças culturais, as características físicas e sociais das pessoas que nele vivem, reconhecendo o eu como ser integrante desse espaço, identificando o lugar da mulher nesse espaço, como por exemplo: as mulheres que vivem no lugar trabalham fora, são donas de casa, só estudam, são chefes de família etc. Já é possível, assim, iniciar as discussões sobre as diferenças sociais, econômicas, culturais nos diversos lugares e espaços da cidade.

Nessa série, as discussões podem ser interligadas aos conteúdos: as categorias geográficas – Lugar e Espaço –; lugar-identidade e valorização da mulher negra; o local de vivência; o bairro em que se vive e onde a escola está situada; espacialidades que envolvem a população negra e periférica no espaço da cidade; o centro e a periferia e o processo de favelização; a falta de moradia e as dificuldades vivenciadas pela mulher negra e periférica.

No Quadro 2, verificamos para o 6º ano apenas o Eixo “O sujeito e seu lugar no mundo”.

Quadro 2 - Proposta Curricular para o 6º ano

Proposta Curricular	
EIXO: O sujeito e seu lugar no mundo	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
As categorias de análise da Geografia: paisagem, espaço e lugar.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o lugar, paisagem e o espaço como categorias de análise dos estudos geográficos.
As paisagens culturais e o espaço geográfico.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e analisar o papel dos diferentes atores sociais na produção do lugar, território, paisagem e região.
Identidade sociocultural. Lugar: identidade, pertencimento, pluralidade sociocultural.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as transformações da paisagem provocadas pela sociedade; • Destacar os povos originários, identificando as suas contribuições para a modificação da paisagem.

Fonte: elaborado pela autora com base na Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro - BA (2021).

Para o 7º ano, o enfoque da proposta curricular é o Brasil, que geralmente deve ser trabalhado a partir das categorias geográficas Região e Território, analisando, em seus conteúdos, as características e aspectos físicos e sociais do território brasileiro e das regiões. A partir delas, é possível, portanto, proporcionar momentos de debates sobre a população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural, identificando as características da raça negra, a divisão da população por gênero, a situação da mulher, os dados sobre a distribuição e situação das adolescentes gestantes no país, Estado e cidade, assim como aspectos de renda, e idade, além das relações políticas, econômicas, sociais e culturais que se estabelecem nos seus espaços de vivência local e regional (dando especial atenção para a situação das mulheres negras, com destaque para as jovens gestantes).

Observamos que essas relações influenciam a distribuição de riquezas em diferentes lugares e, conseqüentemente, prejudicam a maioria da população negra e as mulheres, conforme podemos averiguar no Quadro 3.

Quadro 3 - Proposta Curricular para o 7º ano

Proposta Curricular	
EIXO: O sujeito e seu lugar no mundo	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Diferença étnico-cultural e social brasileira atual.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a organização do espaço brasileiro em suas dimensões sociopolíticas, materiais e culturais, envolvendo diferentes povos, etnias e culturas, conflitos e manifestações culturais.
Povos indígenas no Brasil; Populações afrodescendentes hoje; Composição étnico-racial do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar o papel dos diferentes atores sociais na produção do espaço brasileiro
EIXO: Conexões e escalas	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
População brasileira e suas principais características.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender como se deu a distribuição da população no território; Identificar os aspectos étnico-raciais, a renda, o sexo e a idade da população brasileira.
EIXO: Mundo do trabalho	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
O trabalho e a desigualdade social.	<ul style="list-style-type: none"> Identificar como a produção e a circulação de mercadorias impactam no ambiente; Analisar a distribuição de riquezas no território; Identificar as desigualdades existentes na formação do território brasileiro.
A urbanização e a hierarquia das cidades; As cidades brasileiras e seus problemas; Rede urbana, problemas sociais e ambientais; Setores de atividade e relações de trabalho nas cidades.	<ul style="list-style-type: none"> Compreender os processos de urbanização, de criação e crescimento de cidades e da expansão do modo de vida urbano como elementos fundamentais da constituição do espaço geográfico em diferentes escalas; Compreender as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que se estabelecem nos seus espaços de vivência: rural ou urbano.

Fonte: elaborado pela autora com base na Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro - BA (2021).

No 8º ano, o enfoque da proposta curricular é o espaço mundial e a diversidade e regionalização, refletindo sobre a (re)produção de espaços desiguais, abarcando o conceito de região. Partindo dos conteúdos propostos pela grade curricular apresentada pelo município, podemos aperfeiçoar uma construção de conhecimento que relacione o global com o local, compreendendo que existem diferenças e desigualdades que foram criadas ao longo do tempo pelo capitalismo, gerando violência, racismo e pobreza, intolerância religiosa e sexual para a população menos favorecida e para as mulheres, proporcionando momentos de discussões que tragam o foco à realidade vivenciada pelas adolescentes grávidas, principalmente pelas que são negras e pobres, conforme verificamos no Quadro 4.

Quadro 4 - Proposta Curricular para o 8º ano

Proposta Curricular	
EIXO: O sujeito e seu lugar no mundo	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
A distribuição da população pelo mundo e deslocamentos populacionais; A regionalização mundial resultante da história da sociedade (as diferentes organizações da sociedade); O povo americano, sua colonização e suas diferenças étnicas, culturais e religiosas.	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os fatores históricos e naturais e a distribuição da população no mundo; • Identificar os principais fluxos migratórios; • Analisar as principais regionalizações do mundo, suas causas e consequências; • Localizar as territorialidades e desterritorialidades raciais, religiosas, políticas e econômicas no mundo.
Reterritorialização e transculturalidade; Dinâmica da população mundial.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e relacionar a história das famílias do município em que a escola está situada, considerando a diversidade da mesma; • Compreender a dinâmica demográfica do lugar, identificando o crescimento vegetativo, o perfil etário e sua mobilidade.
EIXO: Conexões e escalas	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
A formação do mundo desenvolvido e subdesenvolvido (as formas de ocupação e de exploração); Desenvolvimento e subdesenvolvimento: indicadores sociais e econômicos; Regionalização do continente africano e suas consequências; As raízes do subdesenvolvimento do continente africano.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender processos histórico-geográficos de desenvolvimento e transformações no mundo capitalista; • Identificar as contribuições dos povos africanos e americanos, reconhecendo os seus lugares de vivência; • Por meio de mapas em diferentes escalas, reconhecer processos de formação do povo africano e sua diversidade e desigualdades internas. • Reconhecer e valorizar as características culturais e étnicas dos países; • Identificar os fenômenos econômicos, culturais e ambientais que interferem no processo de regionalização.
EIXO: Natureza, ambientes e qualidade de vida	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
A América: identidades e interculturalidades regionais; Espaço geográfico africano e suas características naturais e culturais; Matrizes étnico-culturais na formação sociocultural africana no território brasileiro; Cultura, modos de vida e consumo no mundo contemporâneo; Os povos e as identidades culturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais características econômicas, políticas e sociais do continente africano e americano; • Identificar as principais influências socioculturais resultantes das etnias africanas que compõem a matriz étnica brasileira; • Compreender e analisar o papel do trabalho humano e dos diferentes atores sociais, em suas relações, na apropriação da natureza e na constituição do espaço geográfico em diferentes escalas.

Fonte: elaborado pela autora com base na Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro - BA (2021).

Essas discussões podem ser potencializadas junto aos seguintes conteúdos: dinâmicas e fluxos populacionais; o processo de colonização da África; a situação vivenciada pelo negro/a no Brasil e no mundo atualmente; a diversidade étnica racial da população mundial e brasileira; gravidez na adolescência em evidência no Brasil, na Bahia e em Porto Seguro; as consequências

do subdesenvolvimento para a mulher negra; a mulher no mercado de trabalho; o crescimento econômico e a distribuição de riquezas; a Regionalização do mundo e do Brasil e suas diversidades e desigualdades.

Para o 9º ano, o enfoque da proposta curricular, é as dinâmicas e movimentos da sociedade, considerando as dimensões políticas, socioeconômicas, regionais, étnicas e culturais. No Quadro 5, visualizamos alguns desses conteúdos propostos.

Quadro 5 - Proposta Curricular para o 9º ano

Proposta Curricular	
EIXO: O sujeito e seu lugar no mundo	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Processo de urbanização; Crescimento populacional; Transformações na sociedade industrial- urbana; Desigualdades e acesso aos alimentos; Ásia e Europa: população, diversidade cultural e desigualdades socioeconômicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber o aperfeiçoamento das técnicas como fator de integração e exclusão dos povos, lugares e territórios, através da instalação de redes; • Identificar os conflitos no mundo; • Analisar criticamente a influência europeia no mundo; • Estabelecer relação entre a maneira de produzir de uma sociedade e os significados atribuídos à sua forma de organização espacial, presentes na dinâmica das paisagens e lugares, ao longo do tempo histórico.
EIXO: Conexões e escalas	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Consumo e cultura.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as diferenças regionais dentro dos seus aspectos físicos e socioeconômicos.
EIXO: Mundo do trabalho	
CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Industrialização e trabalho; As transformações urbano-industriais na sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e analisar o papel do trabalho humano e dos diferentes atores sociais, em suas relações, na apropriação da natureza e na constituição do espaço geográfico em diferentes escalas; • Identificar as mudanças ocorridas na sociedade devido ao processo de industrialização.

Fonte: elaborado pela autora com base na Proposta Curricular de Geografia da Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro - BA (2021).

Partindo dos conteúdos citados, torna-se possível conhecer melhor a dinâmica do capitalismo global, do mundo do trabalho e dos processos de urbanização que tem contribuído para a segregação da população mais carente. Aqui as discussões podem ser mais aprofundadas, dando destaque à situação da mulher e das meninas gestantes dentro do sistema capitalista, observando e enfatizando as desigualdades e exclusões vivenciadas pelas mulheres, no espaço da cidade, nas atividades econômicas e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, identificando e discutindo as causas e conseqüências da discriminação de gênero, racial e social para a mulher que engravida na adolescência.

Essas discussões podem ser potencializadas se forem interligadas aos seguintes conteúdos: urbanização; o processo de urbanização e a precarização das cidades; o processo de

favelização; a violência urbana; discriminação de gênero, raça e etnia e orientação sexual; educação e trabalho; a mulher no mercado de trabalho e no turismo; exploração e segregação da mulher; a cultura e a diversidade da população brasileira e da cidade de Porto Seguro.

Enfim, a proposta curricular que é oferecida anualmente pela Secretaria Municipal de Educação traz, em seu arcabouço, temáticas que abarcam conteúdos da Geografia que, se bem planejados e adaptados à realidade local, podem proporcionar momentos calorosos e importantes de discussões sobre os marcadores sociais – gênero, raça, classe e as questões que envolvem a situação vivenciada pela população negra, carente e segregada – e a condição das adolescentes grávidas.

2.3.3 O planejamento do ensino de Geografia do Educandário Pero Vaz de Caminha

Na escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha, o planejamento é realizado anualmente pelo conjunto de professores de cada área de ensino. Geralmente, isso ocorre no início do ano, durante a jornada pedagógica. A escola recebe a proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação, repassando-a para os professores e solicitando que o planejamento de ensino anual, por unidades e diário, seja realizado com base nas suas sugestões, com base nas diretrizes do PPP da escola e adequado à realidade em que a escola está inserida. No próprio PPP da escola, há a constatação de que o conhecimento produzido nas aulas deve estar contextualizado com a realidade vivida pelo discente. Segundo o referido documento:

Orienta o nosso currículo, que seja feita a contextualização dos conteúdos. [...], assumindo que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. A contextualização é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de mero espectador, colocando-o como construtor do seu conhecimento, a partir da atribuição de real significado aos conteúdos trabalhados visando sua utilização futura, quer como instrumento de construção da cidadania ou como ferramenta de apoio para atuar no mundo do trabalho. (PORTO SEGURO, 2016/2018, p. 42).

Nesse contexto, o planejamento realizado na escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha deve pautar-se na proposta curricular municipal, no seu projeto político-pedagógico, e precisa estar contextualizada com a realidade na qual a sua comunidade está situada, tendo em vista que, se não houver um efetivo planejamento, os rumos para o avanço e profissionalização dos processos ficam sem uma relação e, dessa maneira, provocam de forma negativa a construção do conhecimento. Para Cavalcante *et al.*,

[...] Isso implica, portanto, a necessidade de o ensino da Geografia fundamentar-se em um corpo teórico-metodológico baseado em conceitos e temáticas que compõem o conhecimento geográfico, os quais devem ser problematizados e contextualizados, de forma a tornar em à aprendizagem significativa. (CAVALCANTE *et al.*, 2020, p. 307-308).

Na referida escola, o docente deve entregar à direção escolar, antes do início das aulas, dois planejamentos: o planejamento de curso e o planejamento de unidades. No planejamento de curso, devem conter informações sobre como será instrumentalizado o processo de ensino-aprendizagem de determinada série/ano, citando quais objetivos, competências, conhecimentos e habilidades que deverão ser construídos ao longo do ano letivo. Ele deve ser flexível, ou seja, pode ser modificado ao longo do ano diante das necessidades e demandas dos alunos. Já o planejamento da unidade apresenta-se como um recorte do plano de curso, à medida que dá ênfase aos conteúdos mais relevantes que deverão ser considerados como centro do processo de ensino-aprendizagem. É importante que esse planejamento seja decorrente dos interesses dos discentes, contextualizando a realidade vivenciada para que o processo de construção do conhecimento seja autoral e mobilizador do protagonismo dos estudantes. No ano de 2019, os planos elaborados pelos docentes de Geografia da referida escola continham os seguintes conteúdos, conforme podemos visualizar nos Quadros 6, 7, 8 e 9.

Quadro 6 - Conteúdos de Geografia para as turmas de 6º ano

I UNIDADE	II UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • A Geografia e a compreensão do espaço; • As categorias de análise da Geografia: Paisagem, espaço e lugar; • A paisagem e as marcas do tempo; • Níveis ou dimensões do espaço geográfico; • Território: uma dimensão do espaço geográfico; • As paisagens culturais, o espaço geográfico e suas desigualdades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planeta Terra: características, formação; • O Universo; • O Sistema Solar; • A Superfície e o interior da Terra; • A Superfície terrestre; • O interior da Terra; • A Terra: um planeta em constante mudança; Rochas, solos e minerais; Rochas e minerais, o que são?
III UNIDADE	IV UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • O processo de formação, as formas e transformação do relevo; • A importância e dinâmica do estudo do relevo; • Agentes internos e externos que modificam o relevo; • Hidrosfera: a água na Terra; • Águas marítimas, rios, lagos, e águas subterrâneas; • Água potável: um recurso que pode faltar; • Biosfera: a esfera da vida; 	<ul style="list-style-type: none"> • Terra: um planeta vivo; • A biosfera é um organismo gigantesco; • A ação humana e os limites da biosfera; • O planeta Terra em perigo; • O gás carbônico na atmosfera; • A camada de ozônio; • A crescente escassez de água potável no mundo; • As ações da sociedade no meio ambiente.

Fonte: elaborado pela autora com base no Plano de Curso e Unidades de Geografia da escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha (2021).

Quadro 7 - Conteúdos de Geografia para as turmas de 7º ano

I UNIDADE	II UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • O território brasileiro: sua formação, regionalização e extensão; • Domínios naturais: ameaças e conservação; • A população brasileira: distribuição e crescimento; • A dinâmica da população brasileira (migração e diversidade); • A relação da população (mulheres, idosos e crianças) com o mundo do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil: da sociedade agrária para a urbano-industrial; • A urbanização brasileira; • Rede, hierarquia e problemas urbanos; • A industrialização brasileira e a vida no campo; • As regiões brasileiras; • Região Norte: localização e meio natural.
III UNIDADE	IV UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • Região Nordeste: o meio natural e sua diversidade; • As sub-regiões do Nordeste: a Zona da Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio Norte – características gerais. • Região Sudeste: o meio natural; • Ocupação e povoamento; • A mineração e a cafeicultura; • População e economia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Região Sul: o meio natural, e a sua ocupação; • Principais problemas ambientais da Região; • População e economia; • Região Centro-oeste: o meio natural; • Os primeiros exploradores da Região; • A dinamização da economia; • População e o meio ambiente.

Fonte: elaborado pela autora com base no Plano de Curso e Unidades de Geografia da escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha (2021).

Quadro 8 - Conteúdos de Geografia para as turmas de 8º ano

I UNIDADE	II UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • A formação do espaço mundial – O Capitalismo; • Do capitalismo industrial à globalização: a interdependência entre os países; • Fase atual do capitalismo; • O Socialismo; • Globalização e as novas tecnologias; • Características desiguais do mundo globalizado; • Os blocos econômicos regionais; • Desenvolvimento econômico e social. 	<ul style="list-style-type: none"> • População: características, dinâmicas, crescimento e fluxos; • A distribuição da população por faixa etária e pelo território; • Da África para o mundo; • Fatores naturais, históricos e econômicos na distribuição da população; • Fluxos e movimentos populacionais; • América: movimentos e diversidade da população.
III UNIDADE	IV UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • América e Antártida: aspectos naturais e intervenção humana; • Água na América: disponibilidade e carência; • Antártida: biodiversidade, controle e exploração na região; • Estados Unidos: superpotência mundial. • América Latina: países em desenvolvimento com atividade industrial diversificada; • A urbanização acelerada e os reflexos da desigualdade social; • Cuba: espaço econômico cubano. 	<ul style="list-style-type: none"> • África: O neocolonialismo e a descolonização; • O continente africano e sua relação com o mundo e com o Brasil; • África: dinâmicas da natureza e diversidade, e a realidade socioeconômica; • O IDH dos países africanos: Subdesenvolvimento e contrastes; • A composição étnica e as regiões; • A urbanização e as principais cidades; • A sociedade e o <i>apartheid</i>; • A África do Sul e no BRICS.

Fonte: elaborado pela autora com base no Plano de Curso e Unidades de Geografia da escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha (2021).

Quadro 9 - Conteúdos de Geografia para as turmas de 9º ano

I UNIDADE	II UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • Mundo globalizado: geopolítica e organizações internacionais; • O mundo durante a Guerra Fria; • Organizações internacionais mundiais e regionais; • Mundo: população e desafios globais; • População mundial: cidades e consumo, distribuição, crescimento desigual e migrações; • Mundo: principais religiões; • Desafios da ONU. 	<ul style="list-style-type: none"> • Europa: diversidade natural, humana e integração; • As características da população europeia; • A construção da União Europeia; • A economia europeia; • Do Império Russo à CEI: economia; • A comunidade dos Estados Independentes; • Rússia: a perda de hegemonia e a questão energética.
III UNIDADE	IV UNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • As grandes economias da Ásia; • Ásia: diversidade física e cultural; • O Japão e os Tigres Asiáticos; • China: o dragão asiático; • Índia: o país das diversidades; • Oriente Médio: aspectos físicos e humanos gerais; • Israel e Palestina: os conflitos árabes-israelenses. 	<ul style="list-style-type: none"> • África: o meio natural, heranças, conflitos e diversidades; • A África e o imperialismo europeu; • África: população, regionalização e economia; • A África atualmente; • Oceania e regiões polares; • O Ártico e a Antártida.

Fonte: elaborado pela autora com base no Plano de Curso e Unidades de Geografia da escola municipal Educandário Pero Vaz de Caminha (2021).

Após a elaboração e entrega do plano de curso e de unidades à coordenação escolar, os professores passam a realizar, semanalmente ou quinzenalmente, o plano de aula, que é a menor dimensão do processo de planejamento. Por outro lado, ele possui grande destaque e importância para o processo de ensino-aprendizagem, pois será a forma pela qual o estudante desenvolverá o seu potencial e poderá exercer protagonismo. Assim, ele deve ser planejado de forma a motivar o interesse dos estudantes, estimulando consequentemente um melhor e maior aprendizado.

Dessa forma, cabe ao educador, juntamente com a equipe pedagógica, compreender as metodologias mais eficientes para esse processo. Esse planejamento, portanto, é mais equilibrado e adequado ao perfil social, econômico, racial e cultural dos alunos de cada ano/série, considerando-os como parte de um coletivo e, também, como indivíduos com necessidades próprias de aprendizagem.

Porém, apesar de existir na escolha dos conteúdos a serem trabalhados no ano letivo, uma proximidade com o que vem na proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação, verificamos que, na prática, muitas vezes, o que acontece na referida escola é uma compilação do livro didático, em que a seleção, exposição e discussão sobre os conteúdos (apesar de serem parecidas com as expostas na proposta curricular da secretaria) seguem apenas o que está exposto no livro, não utilizando outros guias e materiais.

Isso acontece muitas vezes, não por incompetência do docente, mas por falta de mais momentos de discussões coletivas para planejamento e estudos (incluindo gestão, coordenação, professores e alunos), além da precarização no oferecimento de infraestrutura (como falta de biblioteca e sala de informática) e material escolar (acesso à internet e material didático diverso), a fim de possibilitar a realização de aulas mais dinâmicas, que levem realmente em consideração a situação e realidade dos estudantes no processo de ensino aprendizagem.

Sabemos que há muito a ser feito para possibilitar um ensino que respeite e valorize o espaço vivido, principalmente para as alunas gestantes. Em Geografia, esse caminho pode ser potencializado partindo da relação de alguns conteúdos da referida disciplina com a realidade social, étnica, racial e cultural. Essa análise relaciona-se às ideias propostas por Neto e Barbosa, (2010) sobre a importância de uma análise crítica da realidade no enfrentamento dos problemas e dificuldades que os nossos discentes enfrentam diariamente.

Faz-se, portanto, necessário que sejam discutidos e respeitados os problemas e as dificuldades por quais a mulher passa na nossa sociedade, principalmente a mulher negra periférica, com a finalidade de perceber que a discriminação, a segregação e a exclusão têm sido um fator preponderante para o aumento dos índices de gravidez na adolescência, que precisa ser vista como responsabilidade não só da mulher/menina, mas também dos meninos que estão envolvido nesse processo.

Através da pesquisa, foi possível constatar que o planejamento de ensino de Geografia da referida escola não tem sido condizente com a realidade vivenciada por seus estudantes (aqui, não nos referimos apenas às gestantes, pois consideramos também outras meninas e meninos que participam desse processo de ensino-aprendizagem), uma vez que tem sido, na maioria das vezes, uma cópia engessada do livro didático, descontextualizada e sem nenhuma criticidade, não contribuindo efetivamente para a formação crítica dos discentes.

Essa realidade no contexto dessa escola tem sido também consequência da falta de preparo para o professor, que compreende diversos aspectos: a necessidade de mais momentos de estudos individual e em grupo inseridos na sua carga horária de trabalho; falta de momentos de capacitação oferecidos pela escola e pelos órgãos competentes; necessidade de uma diminuição da carga horária efetiva em sala de aula e aumento das horas para planejamento e qualificação sem prejuízo salarial; falta de valorização e incentivo para a formação do professor; falta de políticas públicas que valorizem os estudantes da rede pública de ensino e respeitem o espaço da escola e de todos que estão inseridos nele, principalmente aqueles que estão em áreas e situação de risco; falta de infraestrutura física, amparo social e pedagógico no espaço escolar.

Enfim, são tantas as carências, que elas nos fazem perceber que a educação nunca foi prioridade no nosso país. Mesmo com toda essa falta de estímulo e credibilidade para a educação (e sabemos que tudo isso é consequência de um processo educativo com uma visão eurocêntrica), percebemos a importância de se rebelar e buscar melhorias para a educação dos nossos jovens subalternizados.

2.4 As oficinas pedagógicas

2.4.1 A oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”

Para detectar a visão dos estudantes dos 8º e 9º anos da referida escola, sobre as questões que envolvem a maternidade na adolescência, foi realizada a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”. Essa oficina foi ministrada em uma sala de aula do Educandário Pero Vaz de Caminha, para 10 alunos das turmas de 8º e 9º ano da referida escola, sendo 4 meninos e 6 meninas, entre eles, 1 menino que já é pai, 2 meninas grávidas e 1 menina que já é mãe. Pudemos, através da nossa observação, perceber que a maioria dos adolescentes que participaram da oficina pertenciam à raça negra (pretos/pardos).

A oficina foi realizada no dia 19 de novembro de 2019, como uma atividade de intervenção da pesquisa e como uma atividade da I Jornada do Novembro Negro do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, realizada entre 18 e 23 de novembro de 2019, em Porto Seguro. A mencionada atividade foi realizada com base no planejamento exposto no Quadro 10:

Quadro 10 - Plano da oficina 1 – Gravidez na adolescência: como permanecer na escola

ESCOLA EDUCANDÁRIO PERO VAZ DE CAMINHA	
ANO/ETAPA: 8º e 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II	DURAÇÃO: 4 horas
DOCENTE: LIZIANE RODRIGUES	
OBJETIVO GERAL	
Promover discussões sobre a gravidez na adolescência e sobre as questões étnico-raciais.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as questões que envolvem a maternidade na adolescência; • Identificar as dificuldades enfrentadas pelas meninas gestantes; • Compreender as questões raciais e sociais que interferem nessa realidade; • Identificar o que a escola tem feito para diminuir as desigualdades; • Analisar a opinião dos estudantes sobre a forma como o ensino tem sido desenvolvido, como e quais disciplinas poderiam ajudar na melhor compreensão da realidade local; • Verificar se as questões que envolvem a maternidade na adolescência deveriam ser contextualizadas com os conteúdos das aulas; • Avaliar o papel do professor ante essas discussões. 	

CONTEÚDOS/TEMAS

- As causas e consequências da gravidez na adolescência;
- Gravidez precoce: onde estão os maiores índices?
- A questão racial e social como marcadores para a maternidade na adolescência.
- Como continuar estudando durante a gravidez?
- A importância da educação escolar neste contexto.
- O papel das disciplinas escolares e do professor para as discussões e orientações sobre essa temática.
- O ensino de Geografia e sua contribuição para a criticidade dos estudantes.

METODOLOGIA

- Exibição de slides, apresentando os conceitos de adolescência e gravidez na adolescência.
- Exibição do documentário *Gravidez na adolescência*.
- Discussão sobre os temas propostos.

AVALIAÇÃO

Por meio das observações e análises das discussões e comentários realizados durante a oficina.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõe sobre o estado de gestação e direitos da gestante.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1975.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CORREIA, Vanessa Aparecida Araújo. **Gravidez na adolescência:** construção discursiva de uma condição desviante? 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) –Escola de Arte e Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH, São Paulo. 2014. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-03062014-173127/publico/Vanessa_Correia_dissertacao.pdf. Acesso em: 15 de set. 2019.

GOES, Emanuelle. **Meninas não são mães:** gravidez na adolescência e os entrelaçamentos de raça, gênero e classe. **Cientistas Feministas**, junho, 2019.

Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2019/06/12/meninas-nao-sao-maes-gravidez-na-adolescencia-e-os-entrelacamentos-de-raca-genero-e-classe>. Acesso em: 13 set. 2019.

GRAVIDEZ na adolescência. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal Larissa Stella.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ArY_AsaOnps. Acesso em: 19 jul. 2019.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar.** Trabalho de conclusão de curso. 2009. (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2009.

Disponível em: <https://www.gineco.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gravidez-na-adolescencia-e-evasao-escolar.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

Fonte: elaborado pela autora com base no plano da oficina “Gravidez na adolescência: como permanecer na escola”, produzido junto aos discentes (2019).

A proposta teve como objetivo geral promover discussões sobre a gravidez na adolescência e sobre as questões étnico-raciais. Os objetivos específicos foram: refletir sobre as questões que envolvem a maternidade na adolescência, as dificuldades enfrentadas pelas meninas gestantes, as questões raciais e sociais que interferem nessa realidade; identificar o que a escola tem feito para diminuir as desigualdades; analisar a opinião dos estudantes sobre a forma como o ensino tem sido desenvolvido, como e quais disciplinas poderiam ajudar na melhor compreensão da realidade local e se as questões que envolvem a gravidez precoce

deveriam ser contextualizadas com os conteúdos das aulas; e verificar o papel do professor frente a essas discussões.

A oficina foi realizada para a conscientização de todos os discentes envolvidos e a participação nela foi de livre escolha dos estudantes. Os termos de consentimento foram assinados pelos sujeitos envolvidos na pesquisa e seus representantes legais, assegurando-lhes a preservação dos dados, confidencialidade e anonimato. Portanto, aqui na pesquisa, eles têm seus nomes substituídos pelas letras G, H, I, J, K, L, M, N, O, P e, em alguns momentos, reunimos e indicamos os principais argumentos expostos. Convém ainda mencionar que as informações durante a oficina foram colhidas por meio de gravações de áudios e anotações por escrito.

Utilizamos, durante a oficina, técnicas de apresentação de slides, apontando os conceitos de adolescência, gravidez e gravidez na adolescência. Em seguida, assistimos ao documentário *Gravidez na adolescência*¹⁷. Após o documentário, foi aberta a discussão sobre os temas propostos. Para o momento das discussões, foi utilizado o método qualitativo de caráter exploratório, buscando observar e compreender as visões e experiências dos sujeitos envolvidos sobre a temática.

Discussões durante a oficina

Na oficina, debatemos sobre vários pontos que envolvem a gravidez na adolescência. O primeiro ponto tratava das suas causas e consequências durante a adolescência. A partir dos comentários, foi possível verificar que para os adolescentes as principais causas da gravidez precoce são:

- Por medo de perder o namorado, muitas garotas, ainda inseguras, topam “abrir mão” do uso do preservativo;
- A imaturidade e “bebedeiras” contribuem para engravidar precocemente;
- O uso errado ou não usar um método contraceptivo, além da crença em métodos sem comprovação científica possibilita a maternidade;
- A falta de amparo e proteção familiar;
- Conflitos em casa;
- A vulnerabilidade social e econômica;

¹⁷ Cf. GRAVIDEZ na adolescência. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal Larissa Stella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ArY_AsaOnps. Acesso em: 19 jul. 2019.

- A violência sofrida por muitas meninas pelo namorado;
- A falta de perspectiva de um futuro melhor.

As consequências da gravidez precoce são:

- A chance de o parto ser prematuro, trazendo consequências físicas para a mãe e o bebê;
- Diminuição da autoestima da menina mãe;
- Casamento na adolescência;
- Abandono dos estudos;
- Dificuldade para arrumar um emprego.

Durante a oficina, ficou nítido que os adolescentes possuem conhecimento sobre as causas e consequências de uma gravidez na adolescência e ficam ávidos para falar e ouvir sobre a temática, com o intuito de tirar as suas dúvidas sobre o tema. A seguir, apresentamos os depoimentos de alguns discentes:

- “Maravilha. Vamos discutir um assunto que é tão importante para nós meninas, pois temos muitas vezes, vergonha de falar sobre a gravidez em casa com nossos pais”¹⁸.

- “Acho que tenho conhecimento sobre os problemas que contribuem para as meninas engravidarem cedo, mas é sempre bom saber mais, vou tirar todas as minhas dúvidas”¹⁹.

Já, aqui, começamos a evidenciar a importância desses momentos de discussões e essa ideia está intimamente relacionada com o que Freire (1983) fala sobre a importância de discussões dentro do espaço formal de ensino, pois possibilitam o surgimento de alunos mais ativos e críticos.

Dando continuidade à discussão, entramos no segundo ponto, Gravidez precoce: onde estão os maiores índices? Nessa discussão, foi levantado o espaço da periferia como sendo o lugar onde encontramos os maiores índices de meninas entre 15 e 19 anos engravidando precocemente, segundo dados da UNFPA (2017). Quando questionados sobre como é viver na periferia, os adolescentes disseram:

- “Viver na periferia é bom, conhecemos quase todo mundo, porém a gente sofre com as ruas esburacadas, com o tempo que precisamos ficar no ponto de ônibus esperando o mesmo, e com a violência – quando dá toque de recolher é horrível, pois ficamos com medo do que pode acontecer”²⁰.

¹⁸ Fala da discente P, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

¹⁹ Fala da discente G, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²⁰ Fala da discente L, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

- “Quem vive em um bairro periférico como o nosso, sofre com a violência, com o domínio do tráfico de drogas, e com a falta de lugares pra gente se divertir. Mas é bom, o povo aqui é muito parecido, gostamos das mesmas músicas, acho que temos costumes parecidos”²¹

- “Gosto de viver aqui, me identifico com o lugar e com as pessoas. Precisamos é aprender a valorizar mais o bairro e não deixar que as pessoas falem mal daqui”²²

Analisando as falas, percebemos que os estudantes percebem as dificuldades impostas pela falta de estrutura urbana, pelas desigualdades sociais; mas mesmo com todas as dificuldades vivenciadas por quem mora em um bairro periférico existe a ideia de identidade e pertencimento ao lugar. Eles gostam de viver nele, identificam-se com as pessoas e com os costumes.

Dando continuidade à discussão, entramos no terceiro ponto: a questão racial e social como marcador para a maternidade na adolescência. Durante essa discussão, percebemos que eles ficaram surpreendidos em saber que, no Brasil, segundo análise do Fundo de População das Nações Unidas (2013, 2017), grande parte das meninas que engravidam na adolescência são negras (pretas e pardas). Segundo a fala deles:

- “Nossa, eu sempre vi na escola e na minha rua, meninas negras gravidas. Uma branquinha grávida realmente é raridade aqui”²³.

- “Como pode né, até nisso, nós negras saímos prejudicadas. Também, tudo pra gente é mais difícil, não me surpreende nada que engravidamos mais”²⁴.

A visão apresentada pelos estudantes mostra que eles conhecem a realidade, mas ainda não conseguem identificar os fatores históricos e sociais que interferem nesses índices. Eles percebem que existem mais negras engravidando precocemente, porém não conseguem perceber que existe uma ligação interseccional entre gênero, raça e classe, que contribui para que a maioria das meninas que engravidam na adolescência sejam negras (pretas/pardas). Esse dado tem relação com o que Crenshaw (2002) e Gonzalez (1984,1988) falam sobre a interseccionalidade. Essa realidade é real e retrata uma situação de exclusão e segregação que precisa ser discutida e apresentada a esses discentes desde cedo, na escola, na tentativa de otimizar novas formas de ver o mundo e buscar pelos seus direitos, corroborando a ideia de Gonzalez (1988) de que na nossa sociedade a questão sexual e racial tem influenciado no

²¹ Fala da discente I, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²² Fala da discente J, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²³ Fala do discente M, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²⁴ Fala da discente H, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

aumento da opressão e da exploração dessas mulheres, jovens meninas que, ao longo desse processo histórico, viram a sua diferença ser transformada em desigualdade.

O quarto ponto discutido foi sobre como continuar estudando durante a gravidez. Nesse momento, percebemos que há falta de conhecimento sobre seus direitos, dificultando a permanência dessas meninas nos estudos. Muitos dos adolescentes participantes da oficina não tinham o conhecimento da existência da Lei 6.202, de abril de 1975, que no seu Art. 1º diz que: “A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído” (BRASIL, 1975). Assim, neste período, a escola tem que atender à menina em casa, com exercícios domiciliares, registrando tudo em ata domiciliar; porém o que verificamos é que geralmente a escola não tem cumprido esse papel, não acompanhando essas meninas nem informando a elas sobre seus direitos e deveres. Segundo uma discente:

- “Eu não sabia que a gente podia ficar estudando em casa e cuidando do bebê assim que ele nascesse. Achava que o atestado que a gente trazia para a escola, era um atestado comum de quem está doente. Também, ninguém informa a gente, em casa meus pais não sabem disso”²⁵.

Essa informação reforça as discussões realizadas por Silva (2007) e Carneiro (2005) sobre a importância da escola no acesso emancipatório das informações, na formação de sujeitos capazes de reconhecer e buscar por seus direitos. A informação passada de forma crítica e consciente pode oportunizar mudanças de realidade, principalmente, entre aqueles que são subjugados e oprimidos.

A partir do quinto ponto, entramos na discussão sobre a importância da educação escolar nesse contexto e o papel das disciplinas escolares nas discussões e orientações sobre essa temática. O momento surtiu grande efeito entre os participantes que demonstraram atenção e interagiram com as discussões, levantando os problemas encontrados no espaço da escola e nas aulas, sugerindo que essas discussões fossem realizadas mais vezes nas aulas de disciplinas como Ciências, História e Geografia. Segundo os depoimentos:

- “Seria muito bom se os/as professores/as falassem da gravidez na adolescência nas outras disciplinas. Em ciências, agente mal vê falar sobre os métodos contraceptivos e isso não é o suficiente para conscientizar nós meninas”²⁶.

²⁵ Fala da discente K, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²⁶ Fala da discente L, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

- “Acho as aulas de Geografia e História tão interessantes. Nela a gente fala sobre tanta coisa do mundo, que seria interessante ouvir falar também dos problemas e fatores que fazem com que aqui no nosso bairro tenha tantas meninas gravidas”²⁷.

- “Por que não podemos discutir sobre a gravidez na adolescência nas aulas de Geografia, de História, de Artes? Precisamos entender o que acontece com a gente, não só do ponto de vista natural, mas também social, acho que se as meninas da escola tivessem mais informação, a respeito da nossa realidade na sociedade, com certeza saberiam se prevenir, porque elas iriam querer bem mais da vida”²⁸.

Um ponto interessante a se destacar é que eles mencionaram, em suas falas, que as disciplinas da área de humanas proporcionam muitas discussões importantes. Eles citaram, com destaque, a Geografia, porque, nas aulas dessa disciplina, poderiam ser discutidas as questões sociais e as problemáticas que envolvem a gravidez na adolescência (a realidade social e econômica, as questões raciais, a exclusão, violência, a segregação enfrentada pelos moradores de bairros periféricos, entre outros fatores), enfatizando a realidade do lugar em que eles vivem e os problemas por que passam diariamente, abrangendo não só os aspectos biológicos que envolvem uma gravidez precoce.

Segundo as discussões, ficou claro que:

- Falar da gravidez na adolescência é importante, pois ajuda os alunos a pensar sobre o que eles querem para o futuro, a querer estudar para ter um futuro melhor.
- Pensar em gravidez precoce requer uma análise e discussões que vão além das questões biológicas e naturais, abordando fatores sociais, econômicos e raciais.
- Seria bom que essas questões fossem trabalhadas nas aulas das disciplinas da área de Ciências Humanas também, não só em Ciências Biológicas e Naturais.
- Pensar e analisar a realidade vivenciada traria mais informação para os estudante, diminuindo conseqüentemente os índices de evasão, potencializando a permanência deles na escola e contribuindo para uma formação crítica e igualitária.
- Discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelas estudantes de forma contextualizada durante as aulas de Geografia iria enriquecer a aprendizagem delas.
- Os conteúdos dos livros, se fossem explicados de forma relacionada com a realidade vivenciada diariamente, teriam mais sentido e as aulas seriam mais produtivas, críticas e agradáveis.

²⁷ Fala da discente I, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

²⁸ Fala da discente G, durante a oficina “Gravidez na Adolescência: como permanecer na escola”.

A oficina surtiu efeito também entre os docentes que, apesar de não terem participado dela, anonimamente fizeram comentários pelos corredores e perceberam a importância das discussões sobre a temática. Segundo a análise de alguns comentários:

- Essas discussões deveriam ser realizadas mais vezes e com todos os alunos da escola. Iriam informá-los melhor sobre as causas e consequências da gravidez na adolescência e a possibilidade que as meninas têm de continuarem estudando.
- Bem que mais momentos de discussões sobre temas assim, tais ações poderiam ser realizadas, nas aulas, para dinamizá-las e contribuir para uma maior participação dos estudantes.

Partindo das discussões, foi possível evidenciar a importância de um ensino focado na realidade vivenciada pelos discentes, principalmente por aqueles da escola pública de periferia. Conforme afirma Villaça (2001), para esses estudantes, a gravidez precoce tem sido, na maioria dos casos, fruto da segregação, no caso das meninas, do desdobramento da interseccionalidade entre gênero, raça e classe social, questão discutida por Crenshaw (2002) e Gonzales (1984, 1988).

Quando ampliamos o leque de oportunidades de discussões sobre os fatores sociais, de raça e gênero, que tanto têm contribuído para o aumento dos índices de gravidez precoce, contribuimos para a diminuição das desigualdades, porque potencializamos o surgimento de jovens mais críticos, conhecedores dos seus direitos e responsabilidades, e mais atuantes na sociedade. A partir daí, percebemos a necessidade de se discutir esses fatores e problemas nas aulas de Geografia.

Pensar em discutir essas questões também no ensino de Geografia relaciona-se com as ideias de Gomes (1996), quando ele afirma que, na Geografia, precisamos reconhecer a importância de outras condutas para transformar a realidade do nosso alunado, e também de Freire (1983), que afirma que o ensino tem que ter o intuito de humanizar o ser humano e contribuir para a sua transformação.

Dessa forma, a oficina serviu para que percebêssemos a necessidade de se trabalhar as questões que envolvem essa temática nas aulas, particularmente em Geografia, componente que em sua matriz curricular prega a formação crítico-social e do intelecto. Os conteúdos desse componente, aliados aos temas transversais expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998) podem possibilitar uma maior compreensão da realidade vivida pelos estudantes, contribuindo para a criticidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

2.4.2 A oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia”

Com o intuito de apresentar o contexto geográfico vivenciado pelas estudantes gestantes do Educandário Pero Vaz de Caminha, as docentes de Geografia também da referida escola foram convidadas a tematizar e refletir sobre o tema e a promover as bases para a realização do produto desse mestrado profissional, que será a elaboração de um guia com sequências didáticas, alinhando os conteúdos do componente curricular Geografia às discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência.

Essa oficina foi realizada no dia 13 de janeiro de 2021. Apesar de conscientes da necessidade e importância de momentos de discussão sobre a temática proposta para os docentes de todas as áreas do conhecimento, visto que essa problemática da gravidez na adolescência pode e precisa ser contextualizada em todas as áreas de ensino, focamos a nossa análise apenas na disciplina de Geografia, por ser esta a nossa área de atuação profissional.

Na referida escola, existem apenas 4 docentes de Geografia, 3 lecionam no Ensino Fundamental II e 1 leciona na EJA da referida escola. Sendo eu, uma delas. As 4 professoras possuem graduação (licenciatura) em Geografia e duas delas também são especialistas (uma em educação e a outra em ensino de Geografia). Todas têm experiência no Ensino Fundamental II da rede pública de ensino e conhecem bem a realidade dos estudantes da referida escola.

Os termos de consentimento foram assinados pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, sendo assegurada a preservação dos dados, confidencialidade e anonimato. Portanto, aqui na pesquisa, eles terão seus nomes substituídos pelas letras (A, B, C, D) e, em alguns momentos, reunimos e indicamos os principais argumentos. Convém ainda mencionar que as informações durante a oficina foram colhidas através de gravações de áudios e anotações por escrito. A oficina foi realizada seguindo o planejamento exposto no Quadro 11.

Quadro 11 - Plano da oficina 2 – Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia

ESCOLA MUNICIPAL EDUCANDÁRIO PERO VAZ DE CAMINHA	
ENSINO FUNDAMENTAL II	
PÚBLICO: PROFESSORAS DE GEOGRAFIA	DURAÇÃO: 5 horas
REALIZADORA: LIZIANE RODRIGUES	

OBJETIVO GERAL
Refletir sobre o papel do ensino de Geografia ante as questões que envolvem a gravidez na adolescência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Tematizar sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência; • Refletir sobre o papel do ensino de Geografia diante das adolescentes grávidas; • Verificar quais os conteúdos trabalhados em Geografia serviriam de base para discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência; • Identificar as dificuldades enfrentadas pelas docentes na adaptação e realização de discussões sobre essa temática nas aulas de Geografia.

CONTEÚDOS/TEMAS
<ul style="list-style-type: none"> • A gravidez na adolescência: causas e consequências; • A questão racial e social como marcador para a gravidez na adolescência; • A gravidez na adolescência como um indicador de evasão escolar; • O papel da escola na construção de um ensino transformador; • O papel das disciplinas escolares para as discussões e orientações sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência; • Potencializações do ensino crítico em Geografia; • O papel do ensino de Geografia ante as adolescentes grávidas da rede pública de educação; • O ensino de Geografia, os Parâmetros Curriculares e os Temas Transversais.

METODOLOGIA
<ul style="list-style-type: none"> • Exibição do vídeo <i>O poder transformador da Educação</i>; • Exibição de slides, apresentado os conceitos e discussões sobre: <p>A gravidez na adolescência: causas e consequências; A questão racial e social como marcador para a gravidez na adolescência. A gravidez na adolescência como um indicador de evasão escolar. O papel das disciplinas escolares para as discussões e orientações sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência; O papel do ensino de Geografia; A relação da Geografia escolar com os PCNs e Temas Transversais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre os temas propostos; • Levantamento de temas e conteúdos da Geografia que podem promover discussões sobre a gravidez na adolescência.

AVALIAÇÃO
Através das observações e análises das discussões e comentários realizados durante a oficina.

REFERÊNCIAS
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 27 set. 1990.
GOES, Emanuelle. Meninas não são mães: Gravidez na adolescência e os entrelaçamentos de raça, gênero e classe. Cientistas Feministas . [S. l.], 12 jun. 2019.
MEDEIROS, Paulo César. Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Geografia . Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
ROCHA, Cinthya Aparecida da. Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar . Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2009. Disponível em: https://www.gineco.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gravidez-na-adolescencia-e-evasao-escolar.pdf . Acesso em: 15 jun. 2020.
O PODER TRANSFORMADOR da educação. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo Canal Name Solução Educacional. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=Iw1a4CM3V0w . Acesso em: 13 jan. 2021.

Fonte: elaborado pela autora com base no plano da oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia” (2019).

A oficina foi pensada a partir dos resultados das discussões que ocorreram na oficina com os discentes das turmas de 8º e 9º ano, sobre as causas e consequências da gravidez na adolescência. Teve como objetivos gerais: refletir e promover discussões sobre o papel do ensino de Geografia ante as adolescentes grávidas da rede pública de educação, tematizando sobre as questões raciais, culturais, sociais e econômicas que envolvem a gravidez na adolescência; verificar, juntamente com as professoras, quais os conteúdos trabalhados em Geografia serviriam de base para a contextualização de discussões sobre os fatores (sociais, econômicos e raciais) que influenciam nos índices de gravidez precoce, principalmente para aquelas meninas que vivem em áreas periféricas das cidades.

Mesmo passando por um momento crítico que foi gerado pela pandemia da Covid-19, essa oficina foi realizada de forma presencial, no espaço escolar (seguindo todos os protocolos de saúde determinados pelo Ministério da Saúde), após o retorno das atividades escolares no município. A referida oficina iniciou-se com a exibição do vídeo *O poder transformador da Educação*, no qual é enfatizada a importância da educação e do ensino para mudanças da realidade. Em seguida, exibimos slides, apresentando os conceitos e discussões sobre:

- A gravidez na adolescência: causas e consequências;
- A questão racial e social como marcador para a gravidez na adolescência;
- A gravidez na adolescência como um indicador de evasão escolar;
- O papel das disciplinas escolares para as discussões e orientações sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência;
- O papel do ensino de Geografia;
- A relação da Geografia Escolar com os PCNs e Temas Transversais.

Durante a exibição dos slides, foram realizadas pausas para comentários e discussões sobre a apresentação. Para esse momento de discussão, foi utilizado o método da pesquisa-ação, com a reflexão sobre a prática, buscando observar e compreender as visões e experiências das professoras acerca da temática.

Discussões com as docentes

Após a exibição do vídeo, iniciamos as discussões partindo das ideias das docentes sobre a gravidez na adolescência. Quando questionadas sobre a questão, uma docente respondeu:

- “A gravidez na adolescência é algo muito sério. Exige muita responsabilidade dos pais e da adolescente, porque o sexo é coisa séria, principalmente fora do casamento. Se não tiver bastante cuidado traz sérios problemas”²⁹.

É possível verificar, nessa fala, a visão tradicional que está enraizada nos discursos de alguns docentes, que pregam a ideia de que o sexo deve acontecer apenas após o casamento, reafirmando padrões históricos para a sociedade. Segundo Martins *et al.*, (2020, p. 2):

Neste processo histórico, marcado por diferentes formas de controle sobre a mulher, definiu-se que esta não teria direito ao livre exercício de sua própria sexualidade, assim como fazem os homens, e que, caso desviasse dos padrões comportamentais considerados adequados, ficaria sujeita à diferentes formas de penalizações e julgamentos sociais, proferidos inclusive por outras mulheres, numa lógica de depreciação, demonização e, inclusive, de criminalização. (MARTINS *et al.*, 2020, p. 2).

Estamos em pleno século XXI, período marcado por evoluções, transformações e discussões que pregam a igualdade da mulher na sociedade para que ela possa e deva escolher o seu caminho. Aqui, cabe à escola e ao ensino ministrado nesse espaço, oferecer uma formação mais crítica para as adolescentes, oportunizando a elas um ensino crítico e de qualidade. As professoras precisam realizar uma análise dos discursos proferidos, a fim de não julgar as adolescentes e sim auxiliá-las e orientá-las para que a gravidez não se torne um obstáculo ao seu desenvolvimento e inserção na sociedade.

Engravidar deveria ser sempre um ato de escolha e desejo da mulher. Essa gravidez deveria ocorrer no momento em que ela estivesse realmente preparada emocional e financeiramente. Ainda sobre a gravidez na adolescência as docentes responderam:

- “A adolescência é um problema e essas meninas precisam ser acompanhadas desde cedo”³⁰.

- “Uma gravidez inesperada na vida de uma adolescente, causa muitos transtornos, pois as mesmas não possuem maturidade suficiente para enfrentar essa situação”³¹.

²⁹ Fala da docente A, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³⁰ Fala da docente B, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³¹ Fala da docente C, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

- “A gravidez na adolescência traz sérios prejuízos para a menina, prejudicando os estudos e diminuindo, conseqüentemente, a perspectiva de ter um futuro melhor”³².

Nesse contexto, segundo o depoimento das docentes, a gravidez precoce é um problema para a família e para a própria adolescente, refletindo na sua perspectiva de vida, confirmando o que Fanelli (2003) atesta sobre a gravidez na adolescência, que quando ocorre de forma precoce traz consigo sérios prejuízos a menina, passando a ser vista como um grave problema social.

Essa gravidez precoce, segundo as professoras, tem as seguintes causas: a ausência dos pais na vida dos filhos; falta de ensinamentos e instruções na idade adequada; falta de conhecimento sobre a sexualidade; falta de amadurecimento das meninas; a vulnerabilidade social³³, econômica e racial vivenciada pelas adolescentes; o conformismo com a realidade vivenciada, não vislumbrando um futuro melhor; e ambientes familiares desestruturados (sofrendo violência em casa).

Aqui, cabe a nós uma reflexão sobre os tipos de famílias e a função delas. Comumente, estamos acostumados a ouvir nas escolas um discurso que mostra a família tradicional como sendo a família perfeita, formada, segundo Prá (2013 apud WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008), por “laços de consanguinidade e parentesco”, não respeitando e valorizando as diversas formas de estruturação delas, que foram sendo criadas no decorrer do tempo. Nós, educadores, precisamos repensar os discursos que proferimos para os nossos estudantes, corroborando, assim, as discussões propostas por Wagner (2002 apud MARTINS, 2003) e Prá (2013) sobre a necessidade de se pensar a família não apenas a partir do modelo composto por pai, mãe e filhos, mas sim levando em consideração a existência de vários formatos para ela. Segundo Prá (2013, p. 11):

A família é um sistema aberto e encontra-se em constante transformação devido à troca de informações que realiza com os sistemas extrafamiliares. As ações de cada um de seus membros são orientadas de acordo com as características presentes no sistema familiar e podem sofrer influências e mudar diante das necessidades e das preocupações externas. (PRÁ, 2013, p. 11).

³² Fala da docente D, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³³ Cançado *et al.* (2014 apud VIGNOLI, 2001, p. 2) compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, Estado ou sociedade. A vulnerabilidade decorrente de processos sociais amplos, que dependem da ação do Estado, por meio de políticas públicas, para ser alterada (IPEA, 2018).

Nesse âmbito, a família, independente do seu formato e estrutura, deve proporcionar aos adolescentes um ambiente de amparo e proteção, para que eles possam crescer e desenvolver todas as suas potencialidades.

Durante a oficina, segundo os comentários das docentes, as consequências da gravidez na adolescência envolvem: risco de morte (parto prematuro); imaturidade para cuidar de outra vida; problemas estéticos; depressão durante e após a gravidez; surgimento de conflitos pessoais e familiares; *bullying* na escola e em outros ambientes sociais que a adolescente frequenta; casamento na adolescência; abandono dos estudos; dificuldades para arrumar um emprego. Essa visão das docentes confirma os dados expostos pela UNFPA (2013), no que tange à influência da gestação na vida de uma adolescente, instigando opções de vida e comportamentos que dificultam o desenvolvimento e inclusão delas na sociedade.

Discutimos também a questão racial e social como marcador para a gravidez na adolescência e a gravidez na adolescência como um indicador de evasão escolar. Nessa discussão, foram levantadas as questões econômicas, sociais e raciais e como esses marcadores têm influenciado os índices de abandono escolar. Segundo depoimentos:

- “Deixa a gente triste saber que a maioria das adolescentes que engravidam são negras (pretas/pardas) e pobres. É que pouco tem sido feito pelos nossos representantes para mudar essa situação”³⁴.

- “A falta de oportunidade, de informação, além da discriminação social e racial, tem prejudicado e muito as meninas que vivem na periferia. Essa realidade é cada dia mais gritante, não sendo diferente aqui na nossa cidade e no bairro da nossa escola”³⁵.

Pudemos perceber a tristeza e a sensação de impotência das docentes, ao saber que no nosso país, a maioria das meninas que engravidam na adolescência são negras (pretas/pardas) e pobres, o que nos remete às discussões realizadas por Munanga (2017), Santos (2009) e Gomes (2017), segundo as quais, no nosso país, a realidade da negra tem sido mais difícil porque o racismo tem trazido complicações para a vida da mulher, aumentando ainda mais as desigualdades, podando direitos e diminuindo sonhos e perspectivas de uma vida melhor.

A falta de conhecimento e de oportunidades maltrata as adolescentes negras gestantes. Aqui, reafirmamos a importância de se tratar dos fatores e consequências da gravidez na adolescência, partindo da ideia de interseccionalidade entre raça, gênero e classe social,

³⁴ Comentário da docente B, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³⁵ Comentário da docente C, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

proposta por Crenshaw (2002) e discutida por Gonzalez (1988); pois se a mulher na nossa sociedade já sofre com as desigualdades impostas pelas questões de gênero, sendo, em muitas situações e espaços, diminuída, sendo negra e pobre a situação torna-se ainda pior, contribuindo para que elas sejam ainda mais exploradas e oprimidas pelo sistema e pela sociedade.

Conforme vimos na oficina, o pior de tudo para os discentes é ter consciência de que essas jovens sabem que a gravidez precoce tem sido um empecilho para a permanência delas na escola, sabem que as que mais sofrem são as negras, mas não sabem ainda quais os fatores históricos e sociais que têm contribuído para essa situação de exclusão e desigualdades. Ademais, muito pouco tem sido feito pelo Estado, pelas autoridades e pela escola, para melhorar a situação vivenciada pelas mesmas.

As poucas políticas sociais existentes para essas meninas não têm dado conta de contribuir para o seu desenvolvimento, reforçando o que Höfling *et al.* (2001) afirmou sobre as formas de interferência do Estado, que têm contribuído, muitas vezes, para a prosseguimento desigual das relações sociais. Dentro dessa perspectiva, segundo os comentários das professoras, essa situação de vulnerabilidade causa nas adolescentes:

- Muitos transtornos, pois elas não têm maturidade suficiente para enfrentar tal situação;
- Prejudica o futuro da adolescente que, muitas vezes, para de estudar para cuidar do filho;
- Acontece devido à falta de maturidade e de conhecimento da menina sobre a sexualidade e sobre as consequências de uma gravidez nesse período, sendo essas consequências físicas e sociais;
- Por ser um problema socioeconômico e racial que afeta principalmente as meninas das classes sociais mais baixas e que, na maioria das vezes, são pretas ou pardas, o que contribui para aumentar os bolsões de pobreza ao qual estão submetidas as adolescentes que residem em áreas periféricas.

Dentro dessa discussão, a escola pode ser o espaço que acolhe e que proporciona um aprendizado condizente com a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, cabe a toda equipe pedagógica proporcionar momentos de inclusão e discussões sobre essa temática, dentro e fora da sala de aula. Quando questionadas sobre o papel da escola, as professoras disseram que:

- “Nas escolas, deveriam haver campanhas, seminários e palestras sobre os fatores que levam a existência de altos índices de gravidez na adolescência entre meninas que vivem em bairros periféricos”³⁶.

- “A escola deve repensar a relação dela com essas meninas, entendendo a especificidade da situação vivenciada por essas garotas. Acolhendo-as, tratando-as bem dentro do espaço escolar e preparando as mesmas para a vida de forma ativa e crítica, superando o conformismo com a realidade vivenciada”³⁷.

- “A escola deve exercer importante papel na prevenção da gravidez na adolescência, assumindo o papel de responsável em tratar (de educação sexual e dos marcadores sociais que influenciam essa gravidez precoce), em parceria com a família (lembrando que quando falamos de família, nos referimos a todos os tipos de família existente atualmente na sociedade)”³⁸.

- “Deve-se começar a trabalhar as questões que envolvem a gravidez na adolescência, desde o 6º ano, pois geralmente nessa série estão os/as alunos/as que estão entrando na adolescência (10, 11 e 12 anos), e continuar durante toda a sua formação escolar”³⁹.

Dessa forma, ficou nítido que as docentes percebem a problemática da gravidez na adolescência como uma questão de responsabilidade não só da família como também do Estado e da escola, devendo essa temática ser trabalhada desde o início do Ensino Fundamental II, ou seja, no 6º ano (antiga quinta série).

Apesar de compreender a importância da escola para a discussão sobre essa problemática, houve uma divisão de opiniões em relação ao acolhimento que a escola oferece. De acordo com duas professoras:

- “A escola proporciona um ambiente acolhedor para as gestantes, mas ainda é pouco o que se faz”⁴⁰.

- “A escola acolhe, porque muitas jovens estudam até o nono mês, depois da licença maternidade elas trazem o bebê no carrinho, por não ter com quem deixá-lo”⁴¹.

³⁶ Fala da docente C, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³⁷ Fala da docente B, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³⁸ Fala da docente D, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

³⁹ Fala da docente A, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴⁰ Opinião da docente C, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴¹ Opinião da docente A, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

Já as duas outras professoras acham que a escola não cumpre como deveria o seu papel de acolher e contribuir para a formação crítica das alunas. Segundo elas:

- “A escola não acolhe corretamente as alunas gestantes, pois não existe espaço e nem sensibilidade e não despertam as estudantes para essa realidade. Falta acompanhamento psicológico e social para as meninas, falta mais momentos de discussão com intuito de otimizar o conhecimento de seus direitos e uma visão crítica da sociedade”⁴².

- “Falta mais preparo físico do espaço escolar, que vai desde ter ventiladores nas salas, oferecimento de uma merenda mais saudável, espaços diversificados de aprendizagem, e salas de acolhimento para os bebês após o nascimento, visto que as creches que existem não suprem a necessidade do bairro”⁴³.

Assim, foi possível perceber que todas compreendem o papel da escola no processo de ressocialização das estudantes gestantes no espaço escolar; porém, para duas delas, a escola já realiza o seu papel pelo simples fato de aceitar as meninas gestantes e permitir que elas levem os seus filhos para o espaço da escola após o nascimento. Já as outras duas percebem que ainda falta infraestrutura física no espaço da escola, acompanhamento psicossocial, além de preparo por parte da equipe docente, pedagógica e de funcionários, em geral, para o acolhimento e recebimento das estudantes no espaço escolar, falta oportunizar mais momentos de discussões nas aulas. Essas falas vão ao encontro da fala de Gomes (2012) e Silva (2007) sobre o papel da educação e da escola na formação de sujeitos sociais, atuantes, conhecedores de seus direitos e deveres, que valorizam a sua identidade cultural e racial e que tenham voz na sociedade.

Essa visão da escola também condiz com a visão dos estudantes que participaram da oficina para os discentes, os quais afirmaram, em seus comentários, a necessidade de se pensar e analisar a realidade vivenciada, trazendo mais informações para os alunos, contribuindo para a diminuição, conseqüentemente, dos índices de evasão, potencializando a permanência das alunas na escola e contribuindo para uma formação crítica e igualitária⁴⁴. Desse modo, precisamos pensar na escola como espaço capaz de otimizar mudanças de realidade para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, priorizando a diminuição das desigualdades e respeito as diferenças.

O quarto ponto apresentado foi “O papel das disciplinas escolares para as discussões e orientações sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência”. A partir das

⁴² Opinião da docente D, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴³ Opinião da docente B, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴⁴ Informação obtida na oficina para os discentes.

discussões, foi possível evidenciar que as professoras percebem a importância das disciplinas escolares na formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade da qual fazem parte, percebendo a necessidade de se trabalhar os marcadores sociais e as questões que envolvem a gravidez na adolescência nas disciplinas, aliando-os aos conteúdos propostos pela base curricular. A partir dos comentários, foi possível verificar que, para as docentes, a falta de momentos de discussões na sala de aula representa:

- Um déficit no processo de ensino-aprendizagem, pois não leva em consideração a situação específica vivida por algumas alunas;
- A precarização da aprendizagem, que estando descontextualizada, não oferece momentos críticos e interativos de discussão entre os adolescentes.

Quando questionadas sobre a importância do docente nesse processo de aprendizagem, a professora A relatou que:

- “O/a professor/a é importante para o desenvolvimento e permanência das estudantes gestantes, pois é ele/ela que lida diariamente com essas alunas, e portanto os mesmos devem ser mais sensíveis e pacientes. Além de contribuir com a criação de um espaço mais agradável e acolhedor”⁴⁵.

As docentes enfatizaram que, talvez, por serem mulheres acolhem e compreendem melhor a situação das alunas gestantes do que os professores homens, o que faz surgir aí a necessidade da criação de momentos de discussões com os professores (homens) da referida escola sobre a importância deles na aprendizagem das alunas grávidas. Segundo uma docente:

- “Acho que a professora mulher compreende mais as alunas gestantes, e busca ajudar as mesmas quando necessário, já os professores homens, são mais apáticos a essa situação. Acho que precisamos criar mais momentos para discutir essa problemática também com eles”⁴⁶.

Os quinto e sexto pontos apresentados para a discussão foram sobre: potencializações do ensino crítico em Geografia e o seu papel ante as adolescentes grávidas na rede pública de Educação.

Discutir sobre esses dois pontos foi bastante interessante, pois apesar das dificuldades enfrentadas diariamente no espaço da escola pública, as professoras que são habilitadas para trabalhar com o ensino de Geografia compreendem a importância de ensinar a referida disciplina de forma mais relacional e crítica, possibilitando momentos de análises e discussões,

⁴⁵ Relato da docente A, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴⁶ Relato da docente C durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

que podem possibilitar a formação de cidadãos críticos, capazes de pensar sobre o espaço e o lugar em que vivem, de forma mais igualitária e justa, evidenciando, assim, as discussões acerca da importância do ensino crítico de Geografia, proposto por Gomes (1996), Neto e Barbosa (2010), para a formação do alunado.

Todas as docentes que participaram da oficina destacaram a relevância do ensino de Geografia para a formação do sujeito-aluno para a cidadania. Elas entendem que, para isso acontecer, faz-se necessário buscar a relação do conteúdo próprio da disciplina com os marcadores que possibilitam a gravidez na adolescência e a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, potencializando, dessa forma, momentos críticos e ativos de discussões e aprendizagens. Conforme expõem as professoras:

- “No ensino de Geografia podemos abordar de forma coletiva os fatores sociais/econômicos/culturais/raciais, com pesquisas e debates das vivências diárias da comunidade em que se vive”⁴⁷.

- “Podemos usar a realidade dos próprios alunos/as para tornar as temáticas mais acessíveis e aplicáveis”⁴⁸.

Os sétimo e oitavo pontos trataram da seguinte questão: O ensino de Geografia, os Parâmetros Curriculares e os Temas Transversais. Nesse momento, discutimos juntamente com as professoras o que pregam os PCNs (1998) para o ensino de Geografia e a relação que pode ser feita nessa disciplina com os Temas Transversais.

De início, apresentamos os PCNs⁴⁹ (1998), em seguida, apontamos que o documento menciona que há “questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas, como a violência, a saúde, o uso de recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido contemplados por essas áreas” (BRASIL, 1998, p. 23). Dessa forma, os PCNs (1998, p. 38) “[...] propõem que estas questões constituam temas transversais que atravessariam todas as áreas. São eles: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural”.

Para o ensino de Geografia, no terceiro e quarto ciclo (6º ao 9º ano), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) apresentam propostas que podem contribuir para a compreensão e possível intervenção na realidade social, trazendo uma proposta que visa

⁴⁷ Fala da docente C, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴⁸ Fala da docente A, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

⁴⁹ “Um guia curricular organizado por disciplinas e por ciclos, que divide o ensino fundamental em quatro ciclos, cada um composto por dois anos letivos. Em cada ciclo, propõe-se que o estudante cumpra atividades escolares reunidas em torno de sete disciplinas (língua portuguesa, matemática, ciências, história, Geografia, educação artística e educação física). Para que os estudantes possam adquirir o conhecimento relevante e socialmente necessário essas disciplinas são consideradas fundamentais” (PCNS, 1998).

facilitar e adequar o ensino, instigando as instituições a aperfeiçoarem as heterogêneas capacidades de aprendizagem dos estudantes. Para os PCNS (BRASIL, 1998, p. 26):

É importante dizer, também, que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania”. (BRASIL, 1998, p. 26).

Tais apontamentos conduzem um processo de ensino capaz de absorver os conhecimentos transmitidos e contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem. Após a apresentação dos PCNs (Brasil, 1998) para o ensino de Geografia, as docentes reafirmaram o papel dessa disciplina como de grande importância para a análise dos marcadores sociais e da realidade vivenciada pelas alunas gestantes; porém enfatizaram que, apesar das possibilidades de contextualização e intervenção propostas pelos PCNs e os Temas Transversais, elas têm, muitas vezes, dificuldades para fazer essa contextualização proposta e isso se deve:

- Ao despreparo para lidar com a diversidade encontrada em sala de aula;
- à falta de tempo para estudos e momentos de capacitação;
- à dificuldade encontrada para a realização de atividades com os alunos fora do ambiente escolar (aulas de campo);
- À falta de materiais diversos, tendo basearem as aulas apenas no livro didático e quadro branco;
- A precariedade da estrutura física das salas de aula (com ventiladores quebrados) que desestimula o desenvolvimento de novas metodologias;
- A falta de políticas públicas que valorizem o trabalho do professor dinâmico, não incentivando-o financeiramente.

Enfim, na teoria tudo é muito lindo e perfeito; mas, na prática de uma escola de bairro periférico, docentes e discentes precisam lidar com uma série de problemas impostos, que vão desde a falta de estrutura física das escolas e dos bairros periféricos às desigualdades sociais e as consequências advindas delas. Além disso, pouco tem sido feito para mudar a realidade do chão da sala de aula.

As docentes enfatizaram a importância dessa proposta de pesquisa que visa instigar um ensino da Geografia mais condizente com a realidade experimentada pelas estudantes gestantes, destacaram que a proposta sugerida como produto dessa pesquisa de mestrado trará importantes

contribuições para o “chão da sala de aula”, respeitando e valorizando a realidade do espaço escolar que tanto tem sido esquecido e subjogado pela sociedade. Segundo uma professora:

- “As sequências didáticas serão muito bem aproveitadas em nossa escola. Será um guia prático para nos ajudar a trabalhar os marcadores sociais e os fatores que envolvem a maternidade na adolescência, possibilitando a participação de todos os estudantes e dinamizando as aulas”⁵⁰.

As discussões e produções realizadas durante a oficina possibilitaram às docentes envolvidas na pesquisa um “abrir de olhos” sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência, identificando as dificuldades enfrentadas, que não são poucas, como a precariedade da infraestrutura física da escola, falta de materiais, falta de acompanhamento psicossocial para as alunas, pouca participação da família no ambiente escolar e a falta de capacitação para as professoras para lidar com as diferenças e realidades vivenciadas no espaço escolar.

Esse momento, serviu para uma reflexão as sobre práticas desenvolvidas, para a valorização do espaço da sala de aula e conscientização da importância de se buscar um ensino de Geografia mais crítico e contextualizado com os fatores de gênero, raça, classe social e economia. Enfim, buscamos um ensino mais condizente com a realidade dos estudantes, sobretudo das gestantes adolescentes, promovendo qualidade de vida e potencializando a formação e inserção deles de forma crítica e atuante na sociedade.

Após todas as discussões, foram levantados os temas e conteúdos da Geografia que, estando aliados às discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência, podem intensificar novas aprendizagens e descobertas. Segundo as docentes, os conteúdos que poderiam ser utilizados para revigorar as discussões sobre essa temática estão expostos no quadro 12.

⁵⁰ Fala da docente B, durante a oficina “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia.

Quadro 12 - Conteúdos de Geografia que podem ser usados para contextualizar os marcadores sociais aliados à temática da gravidez na adolescência

Demografia é o espaço sócio econômico da cidade, do Brasil e do mundo.	Região (Regionalização do mundo e do Brasil – suas diversidades e desigualdades).
Distribuição demográfica pelo território.	Urbanização.
Movimentos populacionais.	O processo de urbanização e a precarização das cidades.
Dinâmicas e fluxos populacionais.	O centro e a periferia.
Crescimento demográfico.	O processo de favelização.
A população por faixa etária.	A falta de moradia.
A diversidade étnica racial da população.	A violência urbana.
Questões de gênero no estudo das populações.	Violência, discriminação de gênero, raça e etnia.
Problemas demográficos e gravidez na adolescência.	Orientação sexual e discriminação.
Gravidez na adolescência em evidência no Brasil, na Bahia e em Porto Seguro.	Educação e trabalho.
Dados estatísticos sobre as mulheres em Porto Seguro.	As atividades econômicas e a inserção da mulher no mercado de trabalho.
A população e a divisão setorial econômica.	O Turismo e o mercado de trabalho.
A mulher no mercado de trabalho.	O turismo e a economia do Brasil, da Bahia e de Porto Seguro.
Crescimento econômico e a distribuição de riquezas.	A exploração sexual no turismo brasileiro.
As categorias geográficas (Lugar, Espaço, Território e Região).	O turismo em Porto Seguro.
Lugar (Identidade e valorização).	O espaço social e cultural brasileiro.
O local de vivência.	A Cultura.
O bairro em que se vive e onde a escola está situada.	A diversidade cultural da população brasileira e da Bahia.
Espaço (especialidades que envolvem a população negra e periférica no espaço da cidade).	A diversidade étnica racial da população brasileira e da Bahia.
Território (Identidades territoriais).	O Brasil Negro.

Fonte: elaborado pela autora com base nas sugestões das docentes durante a oficina realizada no Educandário Pero Vaz de Caminha (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino ministrado nas escolas de Educação Básica não tem debatido as questões sociais que envolvem a gravidez na adolescência, não levando em consideração que essa temática pode e deve ser trabalhada em todas as áreas do conhecimento dentro do espaço da escola, inclusive na Geografia – disciplina curricular que integra a Área das Ciências Humanas.

A Geografia Escolar pode fomentar inúmeras possibilidades de discussões, partindo da contextualização de alguns dos seus conteúdos – com os marcadores gênero, raça, classe social e situação econômica – que, aliados aos temas transversais, podem contribuir para um ensino mais transformador e condizente com a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, reforçando as ideias de Neto e Barbosa (2010), Gomes (1996), Silva (2007), Cavalcanti (2000, 2012, 2020) e Freire (1983) sobre a importância de um ensino que busque contextualizar a realidade, que vise ao desenvolvimento do aluno como um ser social ávido por seus direitos, conhecedor da sua história, e capaz de intervir positivamente no espaço ao qual ele está inserido.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar o papel do ensino de Geografia ante as adolescentes grávidas na rede pública de educação, a fim de aprimorar as práticas educativas na área de Geografia e contribuir para a inclusão das discentes e permanência delas em um ambiente com aulas mais inclusivas, acolhedoras e críticas.

O resultado da investigação sobre essa temática mostrou que muitas são as dificuldades enfrentadas pelas meninas quando engravidam na adolescência. Algumas delas acabam evadindo da escola, devido às dificuldades de adaptação provocadas pela gestação (sintomas próprios da gravidez), dificuldades na aprendizagem, falta de estímulo para continuar estudando e de perspectiva de um futuro melhor devido à necessidade de ir cedo para o mercado de trabalho. As meninas que permanecem estudando superam diversos obstáculos diariamente para se manterem na escola. Essas dificuldades abarcam a falta ou precária infraestrutura física da escola para melhor atendê-las, a falta de acompanhamento psicossocial e, muitas vezes, a falta de sentido no que é aprendido em sala de aula.

As discussões realizadas nas oficinas aplicadas durante a pesquisa possibilitaram-nos detectar a visão que os envolvidos têm sobre a temática. A oficina “Gravidez na adolescência: como permanecer na escola”, que foi realizada com os(as) discentes, mostrou que eles(as) possuem conhecimento sobre a realidade, como as causas e consequências de uma gravidez precoce, mas que ainda não conseguem compreender os fatores históricos e sociais que interferem nos índices de gravidez entre as adolescentes. Os(as) estudantes percebem a

existência de mais meninas negras (pretas/pardas) engravidando precocemente, porém não conseguem perceber que existe, como explicam Cardoso (2014), Crenshaw (2002) e Gonzales (1988), uma ligação interseccional entre gênero, raça e classe que contribui para esses índices. Nessa oficina, os(as) discentes comentaram a importância das disciplinas da área de humanas, entre elas a Geografia, para a discussão sobre os marcadores sociais, possibilitando uma formação mais crítica deles(as) (meninas gestantes, meninas que não são gestantes e meninos) sobre essa temática.

Já a oficina com os docentes, intitulada “Um olhar geográfico sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência: desafios e perspectivas para a prática docente em Geografia”, possibilitou verificar as visões das professoras sobre a gravidez na adolescência, identificando as dificuldades enfrentadas, que não são poucas, para o aprimoramento de práticas mais críticas no ensino da Geografia, além da realização do levantamento dos conteúdos da referida disciplina, que podem ser contextualizados com os marcadores sociais, no intuito de possibilitar um processo educativo condizente com a realidade das estudantes.

Mediante o exposto, para pensarmos em um ensino de Geografia que possibilite a inserção e transformação da realidade do espaço local, torna-se necessário compreender as realidades vivenciadas dentro e fora da sala de aula, em uma perspectiva que contemple, além da dimensão econômica, as dimensões raciais, afetivas e culturais que trazem implicações às relações, ao significado e à identidade de cada pessoa e do espaço geográfico, a partir das práticas sociais.

Tentamos contribuir para a “[...] formação de cidadãos, empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicos raciais e sociais” (SILVA, 2007, p. 490), promovendo as bases de um ensino mais justo e igualitário para todos, desenvolvendo, como expressa Gallo com base nas reflexões de Deleuze, “um exercício de deslocamento conceitual, operando com a noção de uma *educação menor*, como dispositivo para pensarmos a educação” (GALLO, 2003, p. 62, grifo do autor).

O ensino de Geografia deve contribuir para a análise, compreensão e construção de uma identidade com o lugar em que se vive, respeitando e valorizando as experiências adquiridas pelos sujeitos ao longo da sua formação histórica e cultural, possibilitando ricos momentos de debates sobre os marcadores sociais que têm influenciado os índices de gravidez entre as adolescentes, além das questões que envolvem a gravidez na adolescência, alinhando-os aos conteúdos próprios da Geografia, para que eles façam sentido para a compreensão e interação do(a) aluno(a).

Todas essas discussões e produções proporcionaram a formulação do produto educacional, que é um guia pedagógico com sequências didáticas para as aulas de Geografia das turmas dos 8º e 9º anos, contextualizando os marcadores sociais que têm contribuído para muitas adolescentes engravidarem precocemente (gênero, raça, classe social e situação econômica), com alguns conteúdos da referida disciplina. Com um olhar crítico sobre a realidade e de forma contextualizada com os temas transversais propostos pelos PCNs (BRASIL, 1998), o referido produto, posteriormente, será apresentado e entregue à escola, às docentes de Geografia dessa instituição e ao setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Os conteúdos de Geografia e os marcadores sociais usados nas sequências didáticas foram escolhidos intencionalmente, buscando valorizar o espaço de vivência dos sujeitos envolvidos no processo, abrangendo as meninas gestantes, as que já passaram ou não pela maternidade e os meninos que também participam desse processo, a fim de possibilitar uma efetiva construção de conhecimento e respeito às diversidades.

Dessa forma, reafirmamos a necessidade de se pensar em um ensino de Geografia contextualizado com os marcadores sociais e condizente com a realidade, inserindo as vivências no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de possibilitar uma aprendizagem mais significativa, fortalecendo processos de inclusão e contribuindo para a formação de jovens mais críticos, capazes de respeitar, valorizar as diferenças e de intervir positivamente no lugar onde vivem e na sociedade da qual fazem parte.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza de; SOUZAS, Raquel. Mulheres negras e brancas e a maternidade: questões de gênero e raça no campo da saúde. **Odeere**, ano 2, n. 3, v. 3, jan./jun. 2017.
- ARAUJO, Cristina Pereira de. **Porto (in) Seguro**: A perda do paraíso. Os reflexos do turismo na sua paisagem. 2004. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-03062014-161546/publico/DISS_CRISTINA_ARAUJO.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BAHIA, José da Conceição Martins. **Baianão**: desafio e conquista de um povo. 2013. Monografia (Graduação em História) – Faculdade Nossa Senhora de Lourdes - FNSL, Porto Seguro, 2013.
- BARROSO, João. O Estado, a Educação e a regulação das Políticas Públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicampi.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRASIL. Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos. **Portal da Saúde**. [Brasília], 2020. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>. Acesso em: 20 jul.2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1990.
- BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõe sobre o estado de gestação e direitos da gestante. (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1975.
- BOGO, Jordana. A aproximação da Pesquisa-ação no Ensino de Geografia Escolar. *In: IX Anped Sul*- Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul.
- BRAGA, Aleno Chagas; OLIVEIRA, Mauri Aparecido de; COSTA, Julio Cezar Zorzenon; BUENO, Ricardo Luiz Pereira. Estudo da correlação entre o índice de desenvolvimento humano (IDH) e os tributos arrecadados nos estados brasileiros. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 5, n. 3, p. 69-84, fev. 2017.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In: CASTROGIOVANNI*, Antônio Carlos. (org.). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto alegre: Mediação, 2000.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando conceitos de vulnerabilidade social. *In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2014, São Pedro. Disponível em:

http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Feusp, São Paulo, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas; SOUZA Vanilton Camilo de. Formação do professor de geografia na produção do material didático sobre o território goiano. *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 301 -325, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/15678/12219>. Acesso em: 7 set. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**. Campinas: Papirus, 2000.

COLMAN, Libby Lee; COLMAN, Arthur D. **Gravidez: a experiência psicológica**. Lisboa: Edições Colibri. 1994.

CORREIA, Vanessa Aparecida Araújo. **Gravidez na adolescência: construção discursiva de uma condição desviante?** 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Arte e Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-03062014-173127/publico/Vanessa_Correia_dissertacao.pdf. Acesso em: 15 mai. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, v. 1, 2002a.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 2002b.

DURKHEIM, Émile. "O que é fato social?" *In: As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-11.

FANELLI, Cláudia Márcia Trindade. **A Gravidez na adolescência como um dos desafios para as políticas de educação e saúde escolar**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UERJ/Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2003.

FILHA, Vera Lúcia de Moura Sena. **Representações sociais da gravidez na adolescência para profissionais de unidades de saúde da família**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FILIPINI, Cibelle Barcelos; FELIPE, Adriana Olímpia Barbosa; TERRA, Fábio de Souza. Transformações físicas e psíquicas: um olhar do adolescente. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 22-29, jan. /mar. 2013. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/default.asp?ed=51>. Acesso em: 27 abr.2020.

FONSECA, Selva Guimarães. A História Na Educação Básica: Conteúdos, Abordagens e Metodologias. *In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO*, 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Gravidez na Adolescência no Brasil**: Vozes de Meninas e de Especialistas. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2017. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/gravidez-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Maternidade precoce**: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência. Salvador: UNFPA, 2013. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2013.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: UNFPA, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf . Acesso em: 13 jun. 2020.

GALLO, Sílvia. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção Pensadores e Educação).

GRAVIDEZ na adolescência. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal Larissa Stella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ArY_AsaOnps. Acesso em: 19 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GOES, Emanuelle. Meninas não são mães: Gravidez na adolescência e os entrelaçamentos de raça, gênero e classe. **Cientistas Feministas**. [S. l.], 12 jun. 2019. Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2019/06/12/meninas-nao-sao-maes-gravidez-na-adolescencia-e-os-entrelacamentos-de-raca-genero-e-classe>. Acesso em 13 de jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO, Costa Joaze; MALDONADO, Torres Nelson; CROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019. p. 223-246. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/6106996/1a2ed2>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na Educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/50>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Periferias e Territórios sob Efeitos Conjugados da Precarização: algumas tendências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 89-104, 2011.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov./2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em 12 de abril 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais do Brasil**. Bahia. Porto Seguro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Igualdade Racial**. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília: IPEA/Governo Federal, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Vulnerabilidade Social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/vulnerability.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar**. Brasília: INEP/MEC, 2018. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulgados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 23 jul. 2020.

MARISCAL, Aurélio Affonso; PANCHINIAK, Thiago. A prática do ensino de Geografia em uma metodologia interdisciplinar por projetos. *In: FERRETTI, Orlando; SPRINGER, Kalina S. (org.). Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2014*. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014.

MARTINS, Larice Carolina Pereira; HEDLUND, Marjana da Silva; HAUSER, Ester Eliana. Liberdade sexual, emancipação feminina e objetificação de corpos nas redes virtuais de interação. *In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica*. Salão do Conhecimento. UNIJUÍ, 2020.

MARTINS, Rosana Maria Moballem. Família em cena: trama, dramas e transformações. *Psico-USF*, v. 8, n. 2, p. 213-214, jul./dez. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Familia_em_cena_trama_dramas_e_transformacoes.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. As Ambiguidades do Racismo à brasileira. *In: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lucia (org.). O racismo e o Negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NETO, Francisco Otávio Landim; BARBOSA, Maria Edivani Silva. O Ensino de Geografia na Educação Básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia escolar. *Geosaberes*, v. 1, n. 2, dez. 2010.

OLIVEIRA, Andréa Ribeiro de; GONÇALVES, Taíse Batista. O desafio em ensinar e aprender História: dificuldade dos alunos na leitura e na escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental II. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1365724457_ARQUIVO_TrabalhoXXVIISNH-AndreaRibeirodeOliveira-TaiseBatistaGoncalves.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

O PODER TRANSFORMADOR da educação. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo Canal Name Solução Educacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=Iw1a4CM3V0w>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PEREIRA, Aleselma Silva. **Porto Seguro - BA: o cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PRÁ, Desirèe Daí. **A diversidade na configuração familiar: uma revisão de literatura**. 2013. Monografia (Curso de Especialização em Psicologia) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.

PORTO SEGURO. Dados sobre a cidade. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. [S. l.], 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Seguro#Subdivis%C3%B5es. Acesso em: 1 jul. 2020.

PORTO SEGURO. **Projeto Político-Pedagógico do Educandário Pero Vaz de Caminha**. Porto Seguro: Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro, 2016/2018.

PORTO SEGURO. **Proposta Curricular de Geografia**. Porto Seguro: Secretária Municipal de Educação de Porto Seguro, 2019.

PORTO SEGURO. Centro Histórico. **Coconut Experience**. Santa Cruz Cabrália, [20--]. Disponível em: <https://www.coconutexperience.com.br/centro-historico-de-porto-seguro/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://www.gineco.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gravidez-na-adolescencia-e-evasao-escolar.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerso dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O negro na Geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Mulheres estudantes da EJA e o retorno aos estudos: uma história de maus ratos emocionatis. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 79-97, 2019.

SABOIA, Ana Lúcia; PETRUCCELLI, José Luís. (org.). **Características Étnico-Raciais da População**: Classificação e Identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

SANTOS, Benedito Rodrigues do; MAGALHÃES, Daniella Rocha; MORA, Gabriela Goulart; CUNHA, Ana. **Gravidez na Adolescência no Brasil** – Vozes de Meninas e de Especialistas. Brasília: UNFPA, 2017.

SANTOS, Hamiltom Richard Alexandrino Ferreira dos. **Maioria Minorizada**. Um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020. (Coleção Pensamento Negro Contemporâneo).

SANTOS, Hamiltom Richard Alexandrino Ferreira dos. Do sujeito desidentificado à maioria minorizada: uma abordagem histórica da antinegitude na mídia brasileira. In: GÓES, Luciano (org.). **130 anos de (des)ilusão**: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, 2009.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. In: CARDOSO, Ruth *et al.* **O Preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996/1997.

SANTOS, Milton. **A Cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SEGREGAÇÃO (sociologia) na Infopédia [em linha]. **Porto Editora**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/Ssegregação-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/Ssegregação-(sociologia)). Acesso em: 6 jul. 2021.

SILVA, José Williams Soares da (org.). Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia. Limites Intermunicipais. **Geopublica**. Salvador, 2019.

SILVA, Juliana Márcia Santos Silva. **Mães adolescentes negras na UFBA: as intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Petronilha Gonçalves da. Aprender, ensinar e relações raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set/dez, 2007.

SILVA, Vânia Regina Jorge da. Os conceitos geográficos e sua importância na formação do professor para uma didática escolar. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, n. 4, jun. 2016. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em: 15 mai. 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dados sobre População e Educação**. Salvador: SEI, 2021. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Coleção Pensadores e Educação).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WAGNER, A (coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUIA COM SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

*O Ensino de Geografia
em sua função social:
potencializando a autonomia e inclusão
das meninas negras gestantes
no espaço escolar.*

LIZIANE SILVA RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades Artes e Ciências
Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações
Étnico-Raciais

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades Artes e Ciências
Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

LIZIANE SILVA RODRIGUES

O ensino de Geografia em sua função social:

potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar

PORTO SEGURO - BA
2021

LIZIANE SILVA RODRIGUES

O ensino de Geografia em sua função social:

potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar

Produto de Mestrado Profissional apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria do Carmo Rebouças dos Santos.

Este trabalho é dedicado as meninas gestantes - alunas da rede pública de ensino; fonte de inspiração para a realização desse produto.
Aos colegas de Geografia, colaboradores da pesquisa.
E a professora orientadora, Maria do Carmo Rebouças, pelo apoio, força e compreensão durante a caminhada.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros docentes:

Este produto educacional intitulado - “O ensino de Geografia em sua função social: potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar” - apresenta um Guia Pedagógico com sequências didáticas. Esta proposta de trabalho é parte integrante da dissertação intitulada "MATERNIDADE E RAÇA: um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino". Desenvolvida durante o mestrado profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB.

Neste guia, os leitores encontrarão sequências didáticas para as turmas de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, com algumas temáticas sociais, econômicas, culturais e raciais, que alinhadas aos conteúdos da Geografia, podem potencializar processos de ensino aprendizagem críticos e condizentes com a realidade vivenciada pelas alunas gestantes.

O mesmo é resultado de uma pesquisa de escuta, observações e diálogos com professores de Geografia. A escolha dos temas das sequências correspondem a necessidade de se trabalhar os conteúdos de Geografia de forma contextualizada a realidade vivenciada pelos estudantes, incluindo as meninas que estão passando pela maternidade. A fim de possibilitar uma efetiva construção de conhecimento, desenvolvimento de autonomia, valorização racial, de gênero e respeito às diversidades.

Assim, as sequências propostas, ensejam suscitar momentos de discussões nas aulas de Geografia, colaborando para uma maior visibilidade das questões sociais, raciais e econômicas que contribuem muitas vezes, para os altos índices de gravidez na adolescência entre as jovens periféricas. Fortalecem ainda, processos de inclusão e formação de jovens mais conscientes, capazes de intervir positivamente no lugar onde vivem e na sociedade que fazem parte, reescrevendo assim a sua própria história. E, finalmente, fornecem subsídios para que as práticas docentes sejam capazes de contribuir com essa aprendizagem transformadora e crítica da realidade vivida pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Prof.^a Liziane Silva Rodrigues

FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

Título

O ensino de Geografia em sua função social: potencializando a autonomia e inclusão das meninas negras gestantes no espaço escolar

Autora

Liziane Silva Rodrigues

Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Maria do Carmo Rebouças dos Santos

Origem do Produto

Origem do Produto - Dissertação de Mestrado intitulada "MATERNIDADE E RAÇA: um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino", desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB. Campus Sosígenes Costa, Porto Seguro - BA.

Público-Alvo

Professores de Geografia

Categoria deste produto

Ensino

Finalidade

Propor uma abordagem para trabalhar, em sala de aula, algumas temáticas sociais, econômicas, culturais e raciais, alinhadas aos conteúdos da Geografia. A fim de potencializar processos de ensino aprendizagem críticos e condizentes com a realidade vivenciada pelas alunas gestantes.

Origem do Produto

O produto foi avaliado por três professoras doutoras, que compuseram a Banca de defesa da dissertação.

Idioma

Português.

Local

Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Ano

2021

SUMÁRIO

1 A MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA EM SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	6
1.1 Informações importantes:.....	6
2 SUGESTÕES DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA QUE PODEM SER USADOS PARA TRABALHAR AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM OS MARCADORES SOCIAIS E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	10
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
4 SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA AS TURMAS DE 8º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II	13
REFERÊNCIAS	67

1 A MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA EM SUA FUNÇÃO SOCIAL

1.1 Informações importantes:

✓ O que é adolescência?

A adolescência é uma fase da vida humana que compreende segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a faixa etária dos 12 aos 18 anos. Abrange tanto os aspectos físicos e biológicos, como os aspectos psicológicos e sociais e essas características estão diretamente entrelaçadas se relacionando com o contexto social ao qual está inserida. Essa perspectiva tem grande valor para a compreensão do desenvolvimento humano na adolescência, abrangendo as relações sociais e históricas, passando a ser vista como uma construção social, significada historicamente.

A situação vivenciada pelo sujeito, os meios de comunicação, as relações sociais e as diversas teorias formuladas acerca da adolescência tem criado modelos de juventude que influenciam na forma como essa fase de vida é vista e interpretada, intervindo na realidade experimentada pelos mesmos. Assim, o conceito de adolescência seguido aqui nesta pesquisa, percebe a influência que o meio exerce sobre a formação dos adolescentes e que; as desigualdades sociais, econômicas e raciais contribuem para que ocorram diferentes desenvolvimentos.

✓ O que é maternidade?

A maternidade se traduz na ligação entre uma mãe e seu filho. Orientando conceitos, afetos e práticas, transformando a vida da mulher e de todos que estão à sua volta. Sendo a mesma influenciada pelo meio e pela situação histórico-social dos sujeitos envolvidos. Sendo, portanto, uma “construção social”⁵¹. Assim, a depender da história do indivíduo, do lugar em que se vive e da situação socioeconômica, o estar grávida assume diferentes significados na vida da mulher, podendo muitas vezes modificar o futuro e a realidade vivida pelos sujeitos envolvidos.

⁵¹SANTOS; *et al.*, (2017, p.17); MINAYO (2000), apud AUQUIER (1997).

✓ **Quais as principais causas e consequências da gravidez na adolescência?**

Causas: São vários os fatores que levam as meninas a engravidarem precocemente, que vai desde: a imaturidade; o início cada vez mais precoce de relações sexuais e da menarca; insegurança em um relacionamento; a falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; o uso de forma errada do anticoncepcional, por ter menos informação ou ignorar o correto método de uso dos contraceptivos; acesso precário a esses métodos; uniões precoces; baixa perspectiva em relação a escolaridade e a futura inserção no mercado de trabalho; a falta de estrutura familiar e conflitos constantes na família; a vulnerabilidade social e econômica; a violência sexual e a falta de perspectiva de um futuro melhor; e as relações assimétricas de gênero, raça, classe e outras opressões relacionadas.

Consequências: Perpassa pela a chance de o parto ser prematuro, trazendo consequências físicas para a mãe e o bebê; diminuição da autoestima da mãe; casamento na adolescência; abandono dos estudos; dificuldade de arrumar um emprego; em alguns casos, no conseqüente envolvimento com a marginalidade, o tráfico de drogas e a prostituição. Fatos que são consequência da falta de estrutura social e do preconceito, trazendo serias consequências para a vida das jovens.

✓ **Quais são os marcadores sociais que interferem nos índices de gravidez precoce?**

Os marcadores sociais que mais tem contribuído para a ocorrência da gravidez na adolescência são: gênero, raça e classe social. A mulher em nossa sociedade muitas vezes foi subjugada e submetida a situações que a excluía. Assim, quando buscamos compreender as causas e consequências da gravidez precoce, precisamos entender que existe uma interseccionalidade⁵² entre vários sistemas de opressão na sociedade – como raça, classe e gênero, que relacionam entre si, se sobrepõem e tendem a discriminar e excluir as meninas formas diferentes. Convém ainda mencionar, que para as meninas negras (pretas/pardas), as barreiras ao desenvolvimento tem sido ainda maiores, sentindo na pele os efeitos do racismo e sexismo. Portanto, ser mulher e ser negra na nossa sociedade, reforça as desvantagens e desigualdades sofridas.

⁵²A interseccionalidade sugere que na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (KIMBERLE CRENSHAW, 2002).

✓ **Onde vivem a maioria das adolescentes que engravidam precocemente?**

A concentração de adolescentes grávidas tendem a ser maiores nos bairros periféricos das cidades. Espaços marcados por contradições, desigualdades e pouca infraestrutura urbana. Nesse espaço, a população mais pobre que no caso do Brasil, segundo dados do IPEA (2021) é majoritariamente negra, e entre elas temos muitas meninas gestantes, foram sendo empurradas para territórios distantes dos centros, vivenciando as mais diversas situações, que as tornaram vítimas da discriminação socioeconômica e racial, oprimindo-as.

✓ **Qual o papel do Estado e da escola frente as adolescentes gestantes?**

Uma educação de qualidade deve se fundamentar em princípios que garantam o respeito à diversidade racial, cultural e social, buscando aprimorar práticas educativas e oferecer igualdade de condições a todos os sujeitos envolvidos nesse processo de aprendizagem. Formando cidadãs críticas capazes de intervir na sociedade ao qual estão inseridas. Para a manutenção dessa educação plural, torna-se necessário o oferecimento de políticas por parte do Estado, que visem garantir uma educação pública de qualidade para todas as pessoas, oferecendo condições para que todas possam permanecer e desenvolver as suas potencialidades.

A escola, nesse processo, tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade contemporânea. Cabendo a ela, oferecer condições para que todos possam ser inseridos igualmente no seu ambiente, possibilitando infraestrutura física, aparato psicológico, cognitivo e social para que haja uma efetiva construção do conhecimento pautada na formação de cidadãos/ãs críticos/as, capazes de intervir na sociedade, valorizando as características próprias da sua raça e etnia. Dessa forma, a educação ministrada nos espaços formais, devem respeitar as particularidades individuais, culturais e sociais de cada ser humano, constituindo-se em uma atividade igualitária e crítica.

✓ **Qual o papel do Ensino de Geografia na construção de um conhecimento transformador e manutenção das estudantes gestantes na escola?**

Como disciplina escolar, ela pode contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs que participam dos movimentos promovidos pela sociedade, reafirmando o seu papel no interior das várias instituições das quais participam. Permitindo aos educandos uma análise crítica da realidade, a fim de possibilitar aos mesmos uma melhor compreensão da realidade e consequente intervenção de forma propositiva no lugar geográfico em que vivem. O seu ensino

deve estar, portanto, adequado a realidade atual das discentes, sendo para estas uma ferramenta para o exercício da cidadania.

Para as adolescentes gestantes, em especial, as discussões que podem ser realizadas nas aulas de Geografia, podem potencializar uma interpretação crítica da realidade experimentada pelas mesmas, favorecendo uma efetiva construção de conhecimento, entendimento de seus direitos e deveres, valorização de si e da sua identidade, do lugar em que se vive e inserção crítica na sociedade.

✓ **Por que devemos contextualizar os conteúdos de geografia aos marcadores sociais, para trabalhar com as adolescentes que estão passando pela maternidade?**

O estudo em Geografia pode possibilitar aos estudantes a construção de valores expressivos para a vida em sociedade. Seus conteúdos, quando ministrados de forma contextualizada com os marcadores sociais, gênero, raça e classe social, podem contribuir para a valorização por parte das adolescentes gestantes da sua história, da sua raça, da sua cultura e do lugar onde vivem. Confrontando os conceitos científicos com os cotidianos, contribuindo para o desenvolvimento de estudantes mais atuantes nos lugares onde vivem.

Quando ampliamos o leque de oportunidade de discussões sobre os fatores sociais, de raça e gênero, que tanto tem contribuído para o aumento dos índices de gravidez precoce, contribuimos para a diminuição das desigualdades, porque potencializamos o surgimento de jovens mais críticos, conhecedores dos seus direitos e responsabilidades e mais atuantes na sociedade. A partir daí, percebemos a necessidade de se discutir esses fatores e problemas também na Geografia.

2 SUGESTÕES DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA QUE PODEM SER USADOS PARA TRABALHAR AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM OS MARCADORES SOCIAIS E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.

Alguns temas e conteúdos da Geografia estando alinhados aos marcadores sociais que envolvem a gravidez na adolescência podem potencializar novas aprendizagens e descobertas, proporcionando momentos de discussões e de uma efetiva construção de conhecimento e respeito as diversidades. De forma a possibilitar uma aprendizagem mais significativa, fortalecendo processos de inclusão e contribuindo conseqüentemente para a formação de jovens mais críticas, capazes de respeitar, valorizar as diferenças e de intervir positivamente no lugar onde vivem, na sociedade da qual fazem parte.

São eles:

- Demografia é o espaço sócio econômico da cidade, do Brasil e do mundo;
- Distribuição demográfica pelo território;
- Movimentos populacionais;
- Dinâmicas e fluxos populacionais;
- Crescimento demográfico;
- A população por faixa etária;
- A diversidade étnica racial da população;
- Questões de gênero no estudo das populações;
- Problemas demográficos e gravidez na adolescência;
- Gravidez na adolescência em evidência no Brasil, na Bahia e em Porto Seguro;
- Dados estatísticos sobre as mulheres em Porto Seguro;
- A população e a divisão setorial econômica;
- A mulher no mercado de trabalho;
- Crescimento econômico e a distribuição de riquezas;
- As categorias geográficas (Lugar, Espaço, Território e Região);
- Lugar (Identidade e valorização);
- O local de vivência;
- O bairro em que se vive e que a escola está situado;
- Espaço (espacialidades que envolvem a população negra e periférica no espaço da cidade);
- Território (Identidades territoriais);

- Região (Regionalização do mundo e do Brasil – suas diversidades e desigualdades);
- Urbanização;
- O processo de urbanização e a precarização das cidades;
- O centro e a periferia;
- O processo de favelização;
- A falta de moradia;
- A violência urbana;
- Violência, discriminação de gênero, raça e etnia;
- Orientação sexual e discriminação;
- Educação e trabalho;
- As atividades econômicas e a inserção da mulher no mercado de trabalho;
- O Turismo e o mercado de trabalho;
- O turismo e a economia do Brasil, da Bahia e de Porto Seguro;
- A exploração sexual no turismo brasileiro;
- O turismo em Porto Seguro;
- A cultura e o espaço social brasileiro;
- A Cultura;
- A diversidade cultural da população brasileira e da Bahia;
- A diversidade étnica racial da população brasileira e da Bahia;
- Os problemas sociais que envolvem a grande maioria da população brasileira;
- O Brasil negro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino ministrado nas escolas da Educação Básica, não tem debatido as questões sociais que envolvem a gravidez na adolescência. Não levando em consideração, que essa temática pode e deve ser trabalhada em todas as áreas do conhecimento dentro do espaço escolar, inclusive, na Geografia.

Alguns conteúdos da Geografia, contextualizado aos marcadores sociais (gênero, raça e classe) podem fomentar inúmeras possibilidades de discussões sobre as questões que envolvem a gravidez na adolescência, contribuindo com um ensino mais transformador e condizente com a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Aqui neste guia, os conteúdos de Geografia e os marcadores sociais usados nas sequências didáticas, foram escolhidos, buscando valorizar o espaço de vivência dos sujeitos envolvidos no processo, abrangendo tanto as meninas gestantes, as que já passaram pela maternidade, as que ainda não passaram pela maternidade, e dos meninos que também participam desse processo, a fim de possibilitar uma efetiva construção de conhecimento e respeito as diversidades.

Essas sequências didáticas, poderão ser utilizadas no planejamento das aulas de Geografia das escolas públicas situadas em bairros periféricos da cidade de Porto Seguro – Ba. As mesmas, quando adequadas a realidade de outros lugares (com dados e informações condizentes com o local), também poderá cooperar para uma maior visibilidade (em outras cidades e espaços), por parte de todos discentes, das questões sociais, raciais e econômicas que contribuem muitas vezes para os altos índices de gravidez na adolescência entre as jovens periféricas. Fortalecendo conseqüentemente, processos de inclusão e auxiliando a formação de jovens mais críticos, capazes de respeitar, valorizar as diferenças e de intervir positivamente no lugar onde vivem e na sociedade ao qual fazem parte.

**O ensino de Geografia em sua função social:
potencializando a autonomia e a inclusão das
meninas negras gestantes no espaço escolar**

Sequências didáticas para as aulas de Geografia

8ºe 9ºano - Ensino Fundamental II

1ª SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Título: Ser mulher na sociedade brasileira – desafios e possibilidades

Nível de Ensino:	Fundamental Anos Finais
Público:	8º e 9º ano
Tempo Estimado:	Quatro aulas com duração de 50 minutos.
Área do Conhecimento:	Geografia

Objetivos de Aprendizagem

Objetivo Geral: Discutir e refletir sobre a realidade que cerca a mulher na sociedade brasileira.

Objetivos específicos:

- ✓ Aprimorar a capacidade analítica, crítica, argumentativa e reflexiva dos educandos acerca dos preconceitos de gênero;
- ✓ Refletir sobre os papéis destinados às mulheres e aos homens na sociedade;
- ✓ Identificar os desafios que a mulher ainda enfrenta na busca por igualdade e respeito social.

Temas

- ✓ Demografia: Gênero e Desenvolvimento Econômico;
- ✓ A divisão demográfica da população por gênero;
- ✓ Conquistas e desafios enfrentados pela mulher;
- ✓ A identidade feminina;
- ✓ A violência contra a mulher;
- ✓ A mulher e o mercado de trabalho.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi elaborado pensando em ações a serem desenvolvidas nos anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente nas turmas do 8º e 9º ano. Articula-se com a disciplina geografia que faz parte do currículo escolar, tendo em vistas o desenvolvimento de atividades nas áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o desenvolvimento das aulas se dará de forma expositiva, explicativa e discursiva, utilizando recursos visuais e auditivos, criando condições motivadoras de trocas entre os educandos no período da aula, realizando leituras, pesquisas e produções, com atividades de reflexão que possibilitem uma aprendizagem mais significativa, ampliando as possibilidades de acesso a outras culturas tendo em vistas alcançar os objetivos propostos.

Problematização

- ✓ O que pode ser feito para diminuir a desigualdade de gênero?
- ✓ Quando as mulheres começaram a superar a discriminação de gênero?
- ✓ Quais os principais desafios para que haja igualdade entre gêneros?
- ✓ Como a desigualdade de gênero afeta a sociedade?
- ✓ O que é a violência contra a mulher? Quais as suas principais causas?
- ✓ **Como a violência impacta na vida da mulher?**
- ✓ **Por que esse assunto é tão relevante e tem de ser discutido?**

		✓ Quais são os tipos de agressões que as mulheres sofrem?
Semana	Aula	Atividade
1	1	1. Ponto de Partida: Dinâmica de problematização do assunto com letras de músicas e análise de charges.
	2	2. Buscando Conhecimento: Realizar leitura, interpretação e discussão de texto.
2	3	3. Eu como Protagonista: Reflexão e produção de texto. Realização de pesquisa.
	4	4. Interferindo socialmente no espaço local: Produção de timelines, apresentação e discussão das mesmas em grupo.
Recursos Metodológicos	Quadro branco, pincel, apagador, textos xerocopiados, cartolinas, hidrocor, fita adesiva, tesoura, papel metro, pincel atômico, cartazes, livros, Computador com retroprojeter, data show e som.	
Produto Final	Produção de linhas do tempo (timelines), apresentação e discussão das mesmas em grupo.	
Fontes de Pesquisas sugeridas	<p>Site: https://www.politize.com.br/violencia-contra-a-mulher-questoes-vitais/ acesso em 20 de maio de 2021.</p> <p>https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm acesso em 20 de maio de 2021.</p> <p>Depoimento: UM NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA NEGRA; novas narrativas importam/ Gabi Oliveira. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FYg-vQwm3Lo Acesso em 31 de maio de 2020.</p> <p>Documentário: O SILÊNCIO DOS HOMENS. Uma iniciativa – Papo de Homem. Direção: Guilherme N. Valadares. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE. Acesso em: 1 set. 2021.</p> <p>Filmes: EU não sou um Homem Fácil. Direção: Eleonore Pourriat. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: Netflix. Acesso em: 23 maio 2021.</p> <p>MULAN. Direção: Niki Caro. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://furiaflix.com/filmes/mulan/. Acesso em: 27 maio 2021.</p>	
Avaliação	A avaliação será feita ao longo das aulas, observando as especificidades de cada educando assim como o seu crescimento no processo, seu interesse, realização das atividades e apropriação do conhecimento.	
Referências Bibliográficas	BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.	

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. **Geografia território e sociedade**. Ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. v.7, 8, 9.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais do Brasil**.

Bahia. Porto Seguro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 16 de abr. 2020

MENDONÇA, Viviane Melo de. Violência contra a mulher: tempo de medo, tempo de lutas. **UFSCar**, Campus Sorocaba. Disponível em: https://www.academia.edu/16301550/Viol%C3%Aancia_contra_a_Mulher_tempo_de_medo_tempo_de_luta. Disponível também em: <https://www.slideshare.net/PibidLetrasCrdula/mdulo-19-identidade-feminina-atuao-e-representao-da-mulher>. Acesso em 20 de maio 2021.

Desenvolvimento

✓ Aula 1

1. Ponto de Partida

Orientações: Antes de começarmos a aprofundar no tema, vamos realizar uma dinâmica com o intuito de levar os estudantes a problematizar a forma como a mulher é vista na sociedade.

- ✓ Com a turma organizada em círculo, o professor irá passar duas músicas que tenham a mulher como principal temática.
- ✓ A música: COR de Rosa-Choque. Intérprete: Rita Lee e Roberto Carvalho. [S. l.: s. n.], 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0zYEasxCGy0>. Acesso em: 18 maio 2021.

- ✓ A música: MULHERES vulgares. Intérprete: Racionais. [S. l.: s. n.], 1990. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/racionais-mcs/mulheres-vulgares/>. Acesso em: 18 maio 2021.

Em seguida, será realizada uma discussão sobre as mensagens e a temática transmitidas pelas letras das músicas. Fazendo uma comparação entre elas.

Apresentação do tema aos estudantes

Orientações: Comece um roda de conversa apresentando aos estudantes o significado e o conceito de gênero. Enfatize as questões que envolvem a identidade, ideologia e desigualdade de gênero.

Em seguida, para aprofundar a discussão sobre o gênero feminino, apresente as charges (com cartazes, ou projeções em slides). Nesse momento, a partir da visualização das mesmas, pergunte a opinião deles sobre os desafios e as possibilidades enfrentados pelas mulheres ao se depararem com a desigualdade de gênero.





Fonte: ONU Mulheres Brasil. ONU Mulheres e cartunistas divulgam charges para criticar desigualdades de gênero. [S. l.: s. n.], 2018. ONU Mulheres. Charges disponíveis em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/> acesso em 20 de maio de 2021.

Alguns apontamentos podem ser feitos:

- ✓ Para atenuar a desigualdade de gênero sofrida pela mulher, o que pode ser feito?
- ✓ Quando as mulheres começaram a superar a discriminação de gênero?
- ✓ Quais os principais desafios para que haja igualdade entre gêneros?
- ✓ Como a desigualdade de gênero afeta a sociedade?

A ideia é que seja feita neste momento, uma primeira visualização da divisão demográfica por gênero (feminino/masculino) e das desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

✓ Aula 2

2. Buscando Conhecimento

Orientações: Iniciar a aula apresentando o texto “Violência contra a mulher: tempo de medo, tempo de lutas”. (O mesmo deve ser entregue em folha xerocopiada ou apresentado em slide). Nesse momento, deve-se fazer a leitura e provocar uma discussão sobre situações vivenciadas pelas mulheres que geraram violência. Traga a discussão para a realidade das meninas da escola, perguntando se elas já viveram ou presenciaram situações de violência no cotidiano.

As discussões podem ser realizadas partindo dos questionamentos abaixo:

- ✓ O que é a violência contra a mulher? Quais as suas principais causas?
- ✓ **Na sua opinião, por que a violência acontece?**
- ✓ **A violência sofrida pela mulher tem causado consequências em sua vida?**
- ✓ **Essa questão precisa ser discutida pela sociedade?**
- ✓ **Você consegue identificar os tipos de agressões sofridas pelas mulheres?**
- ✓ **Você sabe o que é a violência obstétrica? Já ouviu falar?**
- ✓ **Podemos denunciar a violência contra a mulher? Como podemos fazer isso?**
- ✓ Você já sofreu ou conhece alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência?
- ✓ O que você mulher faria se sofresse algum tipo de violência?

Texto- Violência contra a mulher: tempo de medo, tempo de lutas

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça

"É o tempo do medo. Medo da mulher à violência do homem e medo do homem à mulher sem medo", disse o escritor Eduardo Galeano. Estas frases ressoavam em mim enquanto lia a publicação dos resultados da pesquisa mundial realizada pela OMS em 2013 sobre a violência contra a mulher. Os resultados desta pesquisa apontaram para uma realidade triste: 1/3 das mulheres em todo o mundo sofrem de violência física ou sexual; a violência sexual é o tipo mais comum das violências contra a mulher e afeta 30% das mulheres em todo o mundo; e 38% das mulheres assassinadas no mundo foram

mortas por seus parceiros íntimos. O relatório da pesquisa() considera a violência contra a mulher, portanto, uma epidemia global.*

As raízes desta violência estão na discriminação ainda persistente contra as mulheres. Esta discriminação é um dos resultados de como normas e padrões de gênero se constituem sócio historicamente e engendram desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres. Cria-se, hierarquicamente, o lugar do homem e o lugar da mulher, um binarismo perverso que constitui desigualdades, iniquidades e aprisiona subjetividades. Na sua origem, a violência contra as mulheres decorre do modo como produzimos estas relações de gênero e de como as reforçamos em nossos discursos, jogos, piadas e brincadeiras, para os quais devemos estar atentos, afinal, tornamo-nos cúmplices desta violência quando assim fazemos.

Como disse Galeano, é um tempo de medo, medo da mulher à violência do homem. Um medo que está arraigado em nossas experiências, às vezes de modo quase imperceptível porque já "naturalizado" pela condição social imposta às mulheres. O medo que nos acostumou ao medo de sairmos sozinhas à noite em nossa cidade, por exemplo. Não é aquele medo de sermos assaltadas, mas um medo maior, o de sermos violentadas. Um medo que muitas mulheres também sentem em suas próprias casas: o medo da violência de seus próprios parceiros. Medo na rua, medo no lar. Um medo tão intenso, naturalizado, arraigado, que pensamos tantas vezes que a culpa é nossa, e silenciemos, fingimos não ter medo.

Como um medo se transforma em luta para vivermos sem medo? Contarei a história de Maria, uma mulher brasileira. Seu ex-marido tentou assassiná-la duas vezes em 1983. A primeira tentativa foi com um tiro em suas costas enquanto dormia, na segunda ele tentou eletrocutá-la no banho. Maria perdeu o movimento das pernas, ficou paraplégica. O ex-marido não foi punido pelos crimes.

Maria foi à luta, e de sua luta temos hoje uma lei com seu nome: Lei Maria da Penha, que regulamenta os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil e que altera o tratamento dado anteriormente pelo Poder Judiciário aos agressores de mulheres no âmbito familiar. Com a Lei Maria da Penha, o silêncio do medo começou a ser quebrado, e o número de denúncias de violência contra mulher no Brasil aumentou seis vezes desde 2006, quando ela foi criada.

Neste ano, mais um medo se transformou em luta, e da luta, mais uma conquista para as mulheres. Foi sancionada pela Presidência da República a PLC 03/2013, de autoria da deputada federal Iara Bernardi. A Lei obriga o SUS prestar atendimento emergencial e multidisciplinar às mulheres vítimas de violência sexual, a realização de diagnóstico e tratamento de lesões, exames para detectar doenças sexualmente transmissíveis e contracepção de emergência. Parece óbvio, mas este direito não estava garantido.

Mas o que se deseja é que estas leis não sejam mais necessárias. Portanto, a luta não acaba por aí. Movimentos sociais, coletivos feministas e de mulheres estão lutando para a superação das desigualdades de gênero e da violência contra a mulher. Ou seja, entender como as normas e padrões de gênero se constituem, e a serviço de quem estão assim constituídos, é uma tarefa política de todos. E se somos alvo de resistência, preconceito ou piadas por conta destas lutas, é porque o tempo, como disse Galeano, ainda é de medo, também o medo de muitos homens à mulher sem medo.

Profa. A Dra. Viviane Melo de Mendonça é docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba.

Fonte: MENDONÇA, Viviane Melo de. *Violência contra a mulher: tempo de medo, tempo de lutas. UFSCar, Campus Sorocaba. Disponível em:* https://www.academia.edu/16301550/Viol%C3%Aancia_contra_a_Mulher_tempo_de_medo_tempo_de_luta. Disponível também em: <https://www.slideshare.net/PibidLetrasCrdula/mdulo-19-identidade-feminina-atuao-e-representao-da-mulher>. Acesso em 20 de maio 2021.

Outras fontes onde podemos encontrar esse texto:

https://www.academia.edu/16301550/Viol%C3%Aancia_contra_a_Mulher_tempo_de_medo_tempo_de_luta Acesso em 20 de maio de 2021.

<https://www.slideshare.net/PibidLetrasCrdula/mdulo-19-identidade-feminina-atuao-e-representao-da-mulher>. Acesso em 20 de maio de 2021.

✓ Aula 3

3. Eu como Protagonista

Orientações: Este é o momento em que vamos refletir sobre as relações e implicações do tema discutido nas aulas anteriores e produzir conhecimento. Neste momento professor, passe o vídeo “Empoderamento feminino transforma a vida de mulheres da periferia através da música”.

Onde encontrar: EMPODERAMENTO feminino transforma a vida de mulheres da periferia através da música. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_JF1rg02MnE. Acesso em: 20 mai. 2021.

Incentive os alunos/as a escreverem um pequeno texto, cujo o tema será:

✓ *E você o que te inspira?*

As Valquírias.

Para casa: Peça aos alunos que façam uma entrevista com uma mulher considerada ser exemplo de força e superação. Perguntando sobre as dificuldades enfrentadas por elas, seus objetivos e superações. Peça que eles anotem tudo em seu caderno.

✓ Aula 4

4. Interferindo socialmente no espaço local

Orientações: Com as pesquisas em mãos, vamos fazer uma *timelines* (linha do tempo). E em seguida apresentar as mesmas.

- ✓ Primeiro, divida a sala em grupos de 04 pessoas, peça que eles apresentem entre si as histórias das mulheres pesquisadas.
- ✓ Em seguida entregue uma folha de papel ofício para cada aluno e disponibilize lápis de cor, hidrocor, revistas, cola e tesoura.
- ✓ Peça que eles transformem a entrevista em uma linha do tempo, usando a criatividade.
- ✓ Posteriormente, abra um círculo na sala e peça que eles exponham e comentem as *timelines* e, em seguida, apresentem a mulher escolhida e expliquem por que ela é uma pessoa importante.
- ✓ Proponha uma discussão sobre as mulheres representada, suas contribuições podem contribuir para mudar o lugar onde vivem.

Sugestões de filmes:

Para casa ou em uma outra aula assistam ao filme Mulan.

Onde encontrar: MULAN. Direção: Niki Caro. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://furiaflix.com/filmes/mulan/>. Acesso em: 27 maio 2021.

O mesmo conta a história de uma menina que disfarçada de homem, vai para a guerra. O filme nos leva a refletir sobre os papéis sociais, ligados ao lugar do feminino e do masculino na sociedade que acabam sendo quebrados pela protagonista.

Para turmas mais velhas pode também ser passado o filme “Eu não sou um Homem Fácil”.

Onde encontrar: EU não sou um Homem Fácil. Direção: Eleonore Pourriat. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: Netflix. Acesso em: 23 maio 2021.

O filme leva o espectador a um mundo paralelo, no qual as mulheres comandam a sociedade matriarcal e tratam os homens e o seu “masculismo” como o sexo frágil, resultando em uma interessante discussão social.

Sugestão do documentário:

O silêncio dos homens.

Onde encontrar: O SILÊNCIO DOS HOMENS. Uma iniciativa – Papo de Homem. Direção: Guilherme N. Valadares. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 1 set. 2021.

O documentário relata os medos dos homens na sociedade atual.

2ª SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
Título: Gravidez na adolescência – Da educação sexual para o olhar social	
Nível de Ensino:	Fundamental Anos Finais
Público:	8º e 9º ano
Tempo Estimado:	Quatro aulas com duração de 50 minutos.
Área do Conhecimento:	Geografia
Objetivos de Aprendizagem	
Objetivo Geral: Compreender a espacialidade das questões que envolvem uma gravidez na adolescência, que vai da educação sexual ao olhar social.	
Objetivos específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Refletir sobre as questões que envolvem a maternidade na adolescência; ✓ Identificar as dificuldades enfrentadas pelas meninas gestantes; ✓ Compreender as questões raciais e sociais que interferem nessa realidade. 	
Temas	
Demografia:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Problemas demográficos e gravidez na adolescência; ✓ Gravidez na adolescência em evidência no Brasil, na Bahia e em Porto Seguro; ✓ Educação sexual e as questões sociais; ✓ As causas e consequências da gravidez na adolescência; ✓ Gravidez precoce: onde estão os maiores índices; ✓ A questão racial e social como marcadores para a maternidade na adolescência; ✓ Orientação sexual e discriminação. 	
O Espaço urbano:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A periferia e os problemas que afetam as meninas gestantes; ✓ A importância da educação escolar neste contexto. 	
Procedimentos Metodológicos	
Este trabalho foi elaborado pensando em ações a serem desenvolvidas nos anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente nas turmas do 8º e 9º ano. Articula-se com a disciplina geografia que faz parte do currículo escolar, tendo em vistas o desenvolvimento de atividades nas áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o desenvolvimento das aulas se dará de forma expositiva, explicativa e discursiva, utilizando recursos visuais e auditivos, criando condições motivadoras de trocas entre os educandos no período da aula, realizando leituras, pesquisas e produções, com atividades de reflexão que possibilite uma aprendizagem mais significativa, ampliando as possibilidades de acesso a outras culturas tendo em vistas alcançar os objetivos propostos.	

Problematização	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A gravidez na adolescência é só um problema de saúde pública ou é também uma questão social que precisa ser discutida na escola? ✓ O que leva uma jovem a engravidar na adolescência? ✓ Por que a maioria das meninas gestantes são negras (pretas/pardas) pobres e moram na periferia das cidades? ✓ Quais obstáculos poderão surgir para a realização dos sonhos das meninas que engravidam precocemente? ✓ De quem é a responsabilidade por uma gravidez na adolescência? ✓ Qual é o papel do menino-pai nessa situação? ✓ Você acha que a realidade das meninas gestantes ricas são iguais as das meninas gestantes pobres? ✓ O que fazer para mudar essa realidade e ajudar essas meninas a continuarem estudando e a terem um futuro melhor? ✓ Como é o meu lugar e a sociedade em que vivo? Como ele/ela deve ser? 	
Semana	Aula	Atividade
1	1	1. Ponto de Partida: Dinâmica em grupo e análise de documentário.
	2	2. Buscando Conhecimento: Realizar leitura, interpretação e discussão de texto.
2	3	3. Eu como Protagonista: Reflexão e produção de texto a partir da análise de filme e do contexto vivenciado.
	4	4. Interferindo socialmente no espaço local– Parte 1: Análise de charges e discussão de pontos positivos e negativos- produção de tabelas.
3	5	5. Interferindo socialmente no espaço local– Parte 2: Elaboração e apresentação de projetos de vida no pátio para a comunidade escolar.
Recursos Metodológicos	Quadro branco, pincel, apagador, textos xerocopiados, cartolinas, hidrocor, fita adesiva, tesoura, papel metro, pincel atômico, cartazes, livros, Computador com retroprojeter, data show e som.	
Produto Final	Produção de projetos de vida Exposição e apresentação na escola dos cartazes com os projetos de vida.	
Fontes de Pesquisas sugeridas	Links: TAXAS de gravidez na adolescência. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.atarde.uol.com.br/saude/noticias/1951727-america-latina-tem-2a-maior-taxa-de-gravidez-na-adolescencia SOBRE A TAXA de gravidez na adolescência no brasil. [s. l.: s. n.]. Disponível em: https://nacoesunidas.org/brasil-tem-setima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-america-do-sul/ . Acesso em 17 jun.2021.	

<p>Avaliação</p>	<p>A avaliação será feita ao longo das aulas, observando as especificidades de cada educando assim como o seu crescimento no processo, seu interesse, realização das atividades, apropriação do conhecimento.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p>	<p>BRASIL. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõe sobre o estado de gestação e direitos da gestante. (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 24 jul. 2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. 9ª edição. 2012. Disponível em: http://bd.camara.gov.br. - Acesso em: 15 de set. 2019.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13. 798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Casa Civil. Brasília, 3 de janeiro de 2019; 198º da Independência e 131º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm. Acesso em 18 de agos. 2021.</p> <p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 de agos. 2021.</p> <p>BRASIL. Inteiro Teor do Acórdão. Brasília, Supremo Tribunal Federal, 12 abr. 2012. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334. Acesso em 18 de ago. 2021.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cadernos Cedes, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf. Acesso em: 25 de agos. 2019.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. <i>In</i>: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). Ensino de</p>

Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. **Geografia território e sociedade.** Ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. v.7, 8, 9.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Orientando para a prevenção. **PDE.** 2016. Disponível em:http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/busc/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unioeste_andreacristinapereira.pdf. Acesso em 26 de maio 2021.

GOES, Emanuelle. Meninas não são mães: Gravidez na adolescência e os entrelaçamentos de raça, gênero e classe. **Cientistas Feministas.** [S. l.: s. n.], 12 jun. 2019. Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2019/06/12/meninas-nao-sao-maes-gravidez-naadolescencia-e-os-entrelacamentos-de-raca-genero-e-classe>. Acesso em 13 de jun. 2020.

LEITE, Mirlane Gondim; RODRIGUES, Dafne Paiva; SOUSA, Albertina Antonielly; MELO, Sydney de; FIALHO, Laura Pinto Torres. MELO, Ana Virgínia. Advindos Da Maternidade: Revelações De Um Grupo De Gestantes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 115-124, jan./mar. 2014.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. SP. 2009. Disponível em: <https://www.gineco.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gravidez-na-adolescencia-e-evasao-escolar.pdf>. Acesso em: 15 de set.2019.

VIMMER, Beatriz Reinehr. PINHO, Kátia Elisa Prus. Gravidez na adolescência: pare, pense, informe-se, previna-se. **Unidade didática.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1682-6.pdf> . Acesso em 26 de maio 2021.

Desenvolvimento

✓ Aula 1

1. Ponto de Partida

Orientações: Professor inicie a temática, realizando a dinâmica em grupo “Causas e consequências de uma gravidez na adolescência”. Com o intuito de levar os estudantes a refletir sobre essa temática.

“Causas e consequências de uma gravidez na adolescência”.

- ✓ Divida a sala em dois grupos e peça que fiquem em lados opostos da sala.
- ✓ Um grupo representará as causas da gravidez na adolescência e o outro as consequências.
- ✓ Entregue ao grupo das causas tiras com palavras ou frases que retrate o que geralmente tem levado as meninas a engravidarem precocemente. (Exemplos: falta de informação; a falta de estrutura familiar; conflitos em família; fragilidade social e econômica; a violência sofrida por muitas meninas pelo namorado ou ficante; a falta de perspectiva de um futuro melhor).
- ✓ Entregue ao grupo das consequências tiras com palavras ou frases que retrate o que geralmente tem acontecido com as meninas que engravidaram precocemente. (Exemplos: A chance de o parto ser prematuro, trazendo consequências físicas para a mãe e o bebê; diminuição da autoestima da mãe; casamento na adolescência; abandono dos estudos; dificuldade de arrumar um emprego, etc.).
- ✓ Peça aos grupos que leia as frases das tiras, discutam entre si e respondam se concordam ou não com o que está escrito e por que?
- ✓ Marque um tempo para a discussão de cada frase.
- ✓ Em seguida abre o grupão na sala, o professor começará a expor cada frase, sempre intercalando uma causa com uma consequência, e os grupos defenderão o seu ponto de vista sobre as frases argumentando se concordam ou não com os mesmos.

- ✓ Marque um tempo para a discussão de cada frase. Aproveite esse tempo para dar informações adicionais, caso necessário.
- ✓ Realize uma discussão em conjunto sobre os pontos apresentados.

Apresentação do tema aos estudantes

Orientações: Apresentar o documentário de Sandra Werneck - Meninas.

Onde encontrar: MENINAS. Produção e Direção: Sandra Werneck. [S. l.: s. n.], 2006. 1 vídeo (70 min). Publicado pelo canal Daniel Bones. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f9X8WSWi2I>. Acesso em: 26 maio 2021.

O documentário Meninas, produzido e dirigido por Sandra Werneck, foi filmado entre novembro de 2004 e agosto de 2005, no Rio de Janeiro, e apresenta a história de quatro meninas: Evelin (13 anos), Luana (15 anos), Edilene (14 anos) e Joice (15 anos). Apesar de serem histórias distintas, as meninas apresentam em comum o fato de possuírem baixa renda e terem seus sonhos anulados pela chegada de um filho.

Caso o tempo seja curto passe o resumo do vídeo acima - o vídeo - Gravidez na Adolescência.

Onde encontrar: GRAVIDEZ na adolescência. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal Larissa Stella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ArY_AsaOnps. Acesso em: 19 jul. 2019.

Os documentários acima retratam a vida de meninas que vivem em bairros periféricos e engravidaram precocemente. Após a visualização continuar a discussão sobre as visões e experiências por que passa uma adolescente quando engravida.

✓ **Aula 2**

2. Buscando Conhecimento

Orientações: O professor deve apresentar o texto abaixo para os alunos (O mesmo pode ser entregue em folha xerocopiada ou apresentado em slide), e dá continuidade à temática, apresentando aos estudantes as informações sobre o perfil sócio demográfico das adolescentes grávidas no Brasil. Levantando uma discussão sobre os fatores sociais, econômicos e raciais que têm proporcionado índices maiores de gravidez precoce nas áreas periféricas das cidades.

Aqui torna-se propício também, explicar os conceitos e dados propostos pelo estudo da demografia sobre as questões de gênero e raça, além de aprofundar as discussões sobre racismo, segregação social e econômica. Fatores esses que têm contribuído para que a gravidez no Brasil não seja apenas uma questão de saúde pública, mas principalmente uma questão social que precisa ser discutida.

Texto - Perfil sócio demográfico da adolescente grávida no Brasil

No Brasil, geralmente, a gravidez na adolescência tem sido consequência de vários fatores que estão interligados e influenciam na vida das jovens meninas. Adolescentes de classes sociais mais baixas, negras e pobres são as que mais estão propensas a engravidarem precocemente. “Para a maioria das adolescentes abaixo de 18 anos de idade [...], a gravidez não é resultado de uma escolha deliberada. [...] é geralmente resultado de uma ausência de escolhas e de circunstâncias fora de seu controle, [...] reflete a impotência, pobreza e pressões[...]” (UNFPA, 2013, p. 9).

Ou seja, a realidade social e racial, tem interferido nos índices de gravidez precoce. Segundo os dados do Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos (SINASC/2020), no Estado da Bahia, em 2019, no grupo etário de mães de 00 a 14 anos – 373 mães eram pretas; 6113 pardas; 541 brancas e 122 indígenas. E no grupo etário de mães de 15 a 19 anos, os índices eram ainda maiores. 6.941 mães eram pretas; 111.055 pardas; 10.421 brancas e 1.058 indígenas. Sendo portanto, a maior ocorrência em mulheres negras (pretas/pardas), de menor escolaridade e renda e de periferia. Podendo dessa forma, ser observado que as questões de ordem social interferem na saúde reprodutiva e no exercício do seu direito (GOES, 2019).

Podemos visualizar melhor essas informações nos gráficos abaixo:



Fonte: SINASC/2020

Elaboração: a autora (2021)

Assim, quando nos referimos aos dados sobre a maternidade na adolescência, verificamos que a maioria das adolescentes que engravidam precocemente pertencem à raça negra (pretas/pardas). Pois, fruto da desigualdade social há um lugar definido historicamente para meninas brancas e pretas, consequência da má distribuição de renda e em especial da discriminação racial que separa e segrega os seres humanos. Percebe-se então uma relação entre a falta de condições materiais e o racismo estrutural.

Essa situação tem se refletido na escola pois a cada ano, um grande número de adolescentes tem abandonado os estudos na perspectiva de futuro dessas meninas. Segundo o Censo Escolar de 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), as matrículas na Educação Básica no Brasil caíram 1,3 milhão em quatro anos. E segundo dados do Inep (2018) os fatores que indicam esses dados são:

A situação econômica (pobreza), a necessidade de ir cedo para o mercado de trabalho, distância da escola e consequente acesso limitado, como por exemplo, falta de vagas em escolas próximas a suas moradias, falta ou precária disponibilidade de transporte público, necessidade especial (seja por limitação física, doenças graves), dificuldades de aprendizagem, gravidez na adolescência, envolvimento com drogas e violência (físicas ou psicológicas) que acontecem em casa ou na própria escola através do bullying (INEP, 2018).

Esses dados refletem a situação vivenciada por adolescentes de bairros periféricos, que sofrem com a falta de estrutura física e social e que interferem consequentemente na sua permanência no espaço escolar. Eles têm consciência que poderiam estar em uma condição melhor, gostariam de ter as mesmas condições de acesso aos bens sociais de direito, como: educação de qualidade, saúde, segurança e lazer. E sabem que não há efetivamente políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual os sujeitos subalternizados historicamente venham a participar igualmente da democracia e da cidadania.

Assim, cabe a nós provocarmos uma reflexão e crítica ao sistema ao qual estamos submetidos, incentivando a busca pela equiparação de direitos, pois como afirma Milton Santos (1997, p.140) “temos que recusar o gueto em que nos querem confinar os que mandam na sociedade brasileira e buscar lugares mais importantes dentro da sociedade”. Buscando, consequentemente, uma melhor qualidade de vida e perspectiva de futuro para todos.

Texto elaborado por Liziane Rodrigues

Fonte: Texto baseado na dissertação – RODRIGUES, L.S.MATERNIDADE E RAÇA: um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino. (Dissertação de Mestrado). 2021, p. 43, 44, 45, 46, 60, 61 e 62. PPGER, UFSB-BA.

Cabe agora neste momento, apresentar aos/as estudantes, as informações sobre os seus direitos contidas:

- ✓ Na Constituição Federal de (1988), sobre os direitos das mulheres;
- ✓ Apresentar a (Lei 13.798/2019), que foi incluída no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - (Lei 8.069/90), instituindo a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência;
- ✓ Apresentar a Lei 6.202, de abril de 1975, que no seu “Art. 1º diz que: “A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído” (LEI 6.202, 1975).
- ✓ Apresentar informações sobre o aborto legal especificado na Legislação brasileira (STF,2012).

Fazer em seguida uma discussão sobre os direitos adquiridos por lei, e como os mesmos vem sendo implantados no nosso país.

✓ Aula 3

3. *Eu como Protagonista*

Orientações: Este é o momento em que vamos refletir sobre as relações e implicações do tema discutido nas aulas anteriores, e produzir conhecimento. Neste momento, sugerimos uma sessão de cinema.

- ✓ Abaixo segue a sugestão de dois filmes, cabendo ao professor assistir antes de passar aos alunos e escolher o que mais condiz com a realidade e faixa etária dos mesmos.

Filme – Preciosa: O filme apresenta a vida de Preciosa, uma jovem negra de 16 anos que é mãe e enfrenta sérios problemas em sua vida pessoal. A mesma não tem apoio na família, não consegue ver perspectivas para seu futuro e toda a situação vivenciada começa a abalar a sua autoestima e identidade.

Onde encontrar: PRECIOSA. Uma História de Esperança. Direção: Lee Daniels. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://radiofivespecial.com/video/347221/preciosa-uma-historia-de-esperanca-dublado-by-filmes-forever>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Filme – Juno: O filme conta a história de uma adolescente que engravida do melhor amigo, decide ter o bebê e o entrega para adoção. Os seguintes temas são tratados no filme:

sexualidade e gravidez na adolescência, aborto, adoção, assim como os dilemas morais correlatos a estes temas.

Onde encontrar: JUNO. Direção: Jason Reitman. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.superflix.net/assistir-filme-juno-online/>. Acesso em: 27 maio 2021.

Em seguida incentive os alunos/as a escreverem um pequeno texto sobre: A espacialidade das questões que envolvem a gravidez na adolescência, refletindo sobre a situação vivenciada pelas meninas gestantes do bairro onde elas moram, e o que pode ser feito pelo poder público e pela sociedade para melhorar a perspectiva de vida delas.

- ✓ Espera-se que os alunos reflitam sobre a situação vivenciada pelas adolescentes (grávidas ou que já passaram pela maternidade) moradoras de bairros periféricos que sofrem com a falta de estrutura física e social. Que refletem conseqüentemente na sua permanência no espaço escolar e conseqüente melhoria da perspectiva de vida delas.

✓ Aula 4

4. Interferindo socialmente no espaço local – 1ªParte

Orientações: Hoje vamos discutir sobre a importância da menina se autoconhecer e se valorizar. E dos meninos aprenderem a respeitar e valorizar as mesmas.

O professor deve apresentar as charges abaixo sobre a forma como a sociedade tende a culpar as mulheres pela gravidez e em seguida realizar uma roda de conversa sobre essa visão machista que está expressa na sociedade. Analisando qual é o papel do homem e da mulher na prevenção e qual deve ser a perspectiva de futuro para esses adolescentes. Além de enfatizar e questionar qual é a realidade vivenciada pelas adolescentes gestantes que estudam na escola ou que eles conhecem.

De quem é a culpa?



Fonte: O DESAFIO no combate a gravidez na adolescência. Desabafando... Teoria e prática e gravidez na adolescência! [S. l.: s. n.], 2011. Arte e manhas da língua. Disponível em: <https://arteemanhasdalngua.blogspot.com/2011/06/teoria-e-pratica.html>. Acesso dia 18 de maio de 2021.



Fonte: Imagem retirada do site PINTEREST. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/524247212852877453/?d=t&mt=signupOrPersonalizedLogin>. Acesso em 18 de maio 2021.

Segue abaixo o roteiro com algumas questões que podem ser levantadas e discutidas:

- ✓ Os métodos contraceptivos, você conhece ou já ouviu falar sobre eles? Sabe usar?
- ✓ Você tem acesso aos métodos contraceptivos?
- ✓ Você consegue imaginar como pai/mãe, nesta etapa de sua vida?
- ✓ Você estaria disposta (o) a abandonar sua vida social e passar mais tempo em casa, se tivesse que cuidar do bebê?
- ✓ Na sua opinião, ser mãe e pai muito jovens, influenciaria na sua vida familiar?
- ✓ Para você, ter um filho atrapalharia a sua vida escolar? Você conseguiria estudar e cuidar de uma criança ao mesmo tempo?
- ✓ Você conhece alguém que tenha passado pela experiência da maternidade na adolescência? Você pode relatar a experiência vivida por eles?
- ✓ Na sua opinião a adolescente está preparada para passar pela experiência de um parto?
- ✓ Que problemas pode acontecer com a menina durante a gravidez e na hora do parto?
- ✓ Quais obstáculos poderão surgir para a realização dos sonhos das meninas que engravidam precocemente?
- ✓ De quem é a responsabilidade por uma gravidez na adolescência?
- ✓ Qual é o papel do menino-pai nessa situação?
- ✓ Você acha que a realidade das meninas gestantes ricas são iguais as das meninas gestantes pobres?
- ✓ O que fazer para mudar essa realidade e ajudar essas meninas a continuarem estudando e a terem um futuro melhor?
- ✓ Existe posto de saúde no bairro onde você mora? Nele, como é disponibilizado os métodos contraceptivos, e como é feito o atendimento médico/ginecológico?
- ✓ Você conhece ou já ouviu falar, onde está localizado a defensoria pública? Sabe pra que serve?
- ✓ Você sabe para que serve os movimentos de mulheres? Conhece algum?

Em seguida, o professor deverá colar no chão da sala uma folha de papel madeira com o desenho de um quadro onde os estudantes irão enumerar os pontos positivos e pontos negativos da descoberta de uma gravidez indesejada.

<i>Pontos positivos</i>	<i>Pontos negativos</i>

- ✓ O objetivo da atividade é discutir e identificar quais são os pontos positivos e os negativos de uma gestação precoce. Peça que eles reflitam sobre a situação financeira, sobre a possível futura profissão, sobre a sua vida social e emocional e sobre a situação racial. Trabalhe em seguida a importância da prevenção.

✓ Aula 5

4. Interferindo socialmente no espaço local-2ª Parte

Orientações: A proposta é levar os alunos a pensarem em seus projetos de vida. Refletindo sobre os planos e desejos para o futuro. Neste momento na sala de aula ou no pátio da escola, peça que escrevam e desenhem em folhas de papel madeira, seus objetivos, metas de estudos, trabalho e lazer. E o que eles consideram necessário para diminuir as desigualdades e discriminações sofridas pelas jovens negras e pobres que vivem em áreas periféricas das cidades.

Questione os/as estudantes sobre:

- ✓ O que eu quero para a minha vida? Sou capaz de realizar?
- ✓ Hoje quais são os meus compromissos? Realizo-os com responsabilidade?
- ✓ Como é o meu lugar e a sociedade em que vivo? Como ele/ela deve ser?

Em seguida, faça uma exibição dos cartazes elaborados pela turma no pátio da escola e incentive-os alunos a falar sobre os mesmos.

3ª SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Título: A população feminina de Porto Seguro e a diversidade étnica racial

Nível de Ensino:	Fundamental Anos Finais
Público:	8º e 9º ano
Tempo Estimado:	Quatro aulas com duração de 50 minutos.
Área do Conhecimento:	Geografia

Objetivos de Aprendizagem

Objetivo Geral: Estudar a composição da população de Porto Seguro, considerando a importância da população feminina e a diversidade étnico-racial.

Objetivos específicos:

- ✓ Analisar os dados da divisão demográfica por gênero no município de Porto Seguro;
- ✓ Identificar a formação étnico-racial da população de Porto Seguro especificando a feminina;
- ✓ Promover o respeito pelas várias etnias;
- ✓ Discutir as relações raciais no ambiente escolar.

Temas

- ✓ Demografia;
- ✓ Gênero e raça;
- ✓ A diversidade étnica racial da população brasileira e da Bahia;
- ✓ A diversidade étnica racial da população de Porto Seguro;
- ✓ A divisão demográfica da população por gênero;
- ✓ Racismo.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi elaborado pensando em ações a serem desenvolvidas nos anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente nas turmas do 8º e 9º ano. Articula-se com a disciplina Geografia que faz parte do currículo escolar, tendo em vistas o desenvolvimento de atividades nas áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o desenvolvimento das aulas se dará de forma expositiva, explicativa e discursiva, utilizando recursos visuais e auditivos, criando condições motivadoras de trocas entre os educandos no período da aula, realizando leituras, pesquisas e produções, com atividades de reflexão que possibilite uma aprendizagem mais significativa, ampliando as possibilidades de acesso a outras culturas tendo em vistas alcançar os objetivos propostos.

Problematização

- ✓ De onde surgiu o povo brasileiro?
- ✓ Como é formada a população da cidade em que você vive?
- ✓ Existem mais homens ou mulheres na sua cidade?
- ✓ Quais as características e culturais e físicas da maioria das pessoas que convivemos (cabelos, rostos, sotaques, cor da pele e etc.)? Como, em geral, estas pessoas são vistas e representadas?
- ✓ Qual o papel da mulher na sociedade em que vivemos?
- ✓

Semana

Aula

Atividade

1	1	1.Ponto de Partida: Dinâmica em grupo e análise de imagem.
	2	2. Buscando Conhecimento: Realizar leitura, interpretação e discussão de textos.
2	3	3. Eu como Protagonista: Reflexão e produção de texto. Realização de pesquisa.
	4	4. Interferindo socialmente no espaço local: Levantamento e tabulação dos dados da pesquisa; Produção de gráficos e/ou tabelas com os resultados obtidos; Produção de cartazes; Apresentação em grupo.
Recursos Metodológicos		Quadro branco, pincel, apagador, textos xerocopiados, cartolinas, hidrocor, fita adesiva, tesoura, papel metro, pincel atômico, cartazes, livros, Computador com retroprojektor, data show e som.
Produto Final		Produção de cartazes com gráficos e tabelas. Exposição na sala ou na escola do resultado da pesquisa.
Fontes de Pesquisas sugeridas		Site: IMAGENS sobre o feminismo. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.geledes.org.br/16-imagens-que-mostram-por-que-o-feminismo-e-importante/ Acesso em 18 maio de 2021. MULHERES da periferia. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/samuel/37521/mulheres-da-periferia-por-el-as-mesmas Acesso em 18 maio de 2021. Vídeo: DIVERSIDADE étnica e cultura brasileira. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b9s-SwghX_4 Acesso em 19 de maio de 2021. Texto: África. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.resumoescolar.com.br/geografia/resumo-africa/ .Acesso 02 agosto de 2019
Avaliação		A avaliação será feita ao longo das aulas, observando as especificidades de cada educando assim como o seu crescimento no processo, seu interesse, realização das atividades, apropriação do conhecimento.
Referências Bibliográficas		BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. COSTA, Josué Novais. Texto - Diversidade Étnico Cultural. Disponível em: https://medium.com/@bolanared74/diversidade-%C3%A9tnico-cultural-e58906c280cb . Acesso em: 18 maio 2021.

ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. **Geografia território e sociedade**. Ensino fundamental anos finais – 7, 8 e 9. Editora Saraiva. 1ª edição- 2018 São Paulo p.113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais do Brasil**. Bahia. Porto Seguro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 16 de abr. 2020

JUNIÃO, Junior. Não, não somos racistas. **Ponte Jornalismo**, 2015. Disponível em: <http://www.juniao.com.br/nao-nao-somos-racistas/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Desenvolvimento

✓ Aula 1

1. Ponto de Partida

Orientações: Antes de começarmos a aprofundar no tema, vamos realizar uma dinâmica com o intuito de levar aos estudantes a perceber as diferenças existentes entre os colegas.

Dinâmica: Você me ama?

1. Peça aos participantes para formarem e sentarem em círculo.
2. O professor/a não tem cadeira para se sentar.
3. No quadro o professor vai escrever uma lista com características físicas e culturais do ser humano como:
 - ✓ Cor da pele;
 - ✓ Tipos de cabelos;
 - ✓ Altura e traços fisionômicos;
 - ✓ Modo de falar;
 - ✓ Modo de se vestir;

- ✓ Modo de se comportar, etc....
- 4. Ao iniciar o jogo o professor dirige-se a algum membro do círculo e pergunta:
__ Você me ama?
- 5. Quem for interrogado deverá responder: __ Sim, amo você.
- 6. E o interrogante perguntará: __ Por quê?
- 7. E o interrogado responde: Porque gosta, citando apenas a primeira característica colocada na lista do quadro. (Ex: porque você tem a cor da pele negra/parda/branca. Observando a cor da pessoa que perguntou).
- 8. No momento em que disser que ama porque ele tem tal cor, todos aqueles do círculo que tiverem a mesma cor deverão mudar de lugar, inclusive o professor procurará ocupar uma cadeira.
- 9. Sempre algum participante ficará sem cadeira.
- 10. Aquele que ficar sem a cadeira, continua o jogo, dirigindo-se a outro participante fazendo-lhe a mesma pergunta: __ Você me ama?
- 11. A brincadeira continua enquanto houver características na lista que está no quadro ou motivação.

Apresentação do tema aos estudantes



Fonte: VEJA. Somos muitos - Obra do muralista Eduardo Kobra, que ilustra a capa e a contra capa da VEJA: homenagem ao elemento fundamental de tudo, o povo brasileiro. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-diverso-povo-brasileiro/>. Acesso em 18 maio 2021. Disponível também: KOBRA, Eduardo. Obra Somos muitos. [S. l.: s. n.]. Capa da Revista Veja. 2017. Disponível em: <https://eduardokobra.com/telas>. Instagram do Eduardo Kobra -@kobrastreetart. Acesso em 18 de maio de 2021.

Orientações: Com a sala ainda arrumada em círculo, apresente a imagem acima (com cartaz, ou projeção em slide). Nesse momento, a partir da visualização da imagem, pergunte a opinião deles sobre a formação da população de Porto Seguro.

Algumas considerações poderão ser realizadas:

- ✓ De onde surgiu o povo brasileiro?
- ✓ Na opinião deles, como é formada a população da cidade em que eles moram?
- ✓ Discutir a divisão da população por gênero. Se eles percebem a existência no bairro em que moram de mais mulheres ou homens?
- ✓ Discutir sobre a variedade de pessoas (cabelos, rostos, sotaques, cor da pele e etc.) na cidade e na escola. Como, em geral, estas pessoas são vistas e representadas?
- ✓ Na opinião deles, qual o papel da mulher na sociedade em que eles vivem?

Agora, vocês deverão assistir ao vídeo: Diversidade.

A ideia é que seja feita neste momento, uma primeira visualização da divisão demográfica por gênero (feminino/masculino) e das características étnicas raciais que compõem a população da cidade onde eles vivem. Analise também as diferenças e preconceitos existentes em relação ao gênero e ao sexo (sexismo) dos sujeitos na e pela sociedade e também na sala de aula.

Onde encontrar: DIVERSIDADE. Direção: Artur Paiva, Eduardo Ximenes e Lara Araújo. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Diversidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwGrIUGKi8U>. Acesso em: 19 maio 2021.

✓ Aula 2

2. Buscando Conhecimento

Orientações: Iniciar a aula apresentando os textos 1, 2 e 3. (O mesmo deve ser entregue em folha xerocopiada ou apresentado em slide). Nesse momento, deve-se fazer a leitura e provocar uma discussão sobre a diversidade étnico racial da população no geral, especificando a população feminina portosegurense.

Faça a leitura conjunta com os estudantes. Comente os dados sobre a divisão por raça/cor no município, destacando a informação do censo do ano de 2010, que diz que a maioria da população do município se autodeclarava parda.

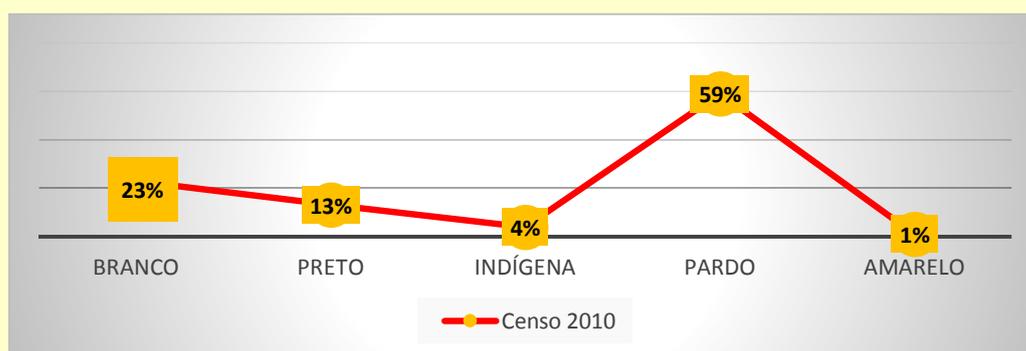
Em seguida, faça a relação dos dados obtidos no texto 1 com as informações sobre a diversidade racial do texto 2, e do Não, não somos racista proposta no texto 3.

Texto 1 – A população de Porto Seguro: Características gerais

Segundo informações do censo 2010 realizado pelo IBGE, no município de Porto Seguro a estimativa populacional era de 126.929 pessoas, com uma densidade demográfica de 52,70 hab./km². Dentro dessa estimativa, 63.489 pertenciam ao gênero masculino e 63.440 ao gênero feminino. O prognóstico realizado pelo IBGE para o município, em 2020 era de 150.658 habitantes, distribuídos pela área da unidade territorial de 2.285,734 Km² (IBGE, 2020).

Em relação à divisão da população por raça/etnia, no município de Porto Seguro, os dados do último censo do IBGE (2010) revelam que, nesse período, a maioria da população residente no município se autodeclarava pertencer à raça negra (pretos/pardos). Assim, nesse período, 23% (29.918 pessoas) se autodeclaravam brancos; 59% (74.707 pessoas), pardos; 13% (16.171 pessoas), pretos; 4% (5.329 pessoas), indígenas; 1% (803 pessoas) se autodeclarou amarelo; e apenas 1% não se autodeclarou. Podemos visualizar esses dados no gráfico.

Divisão da população de Porto Seguro por raça/etnia no censo de 2010



Fonte: IBGE (2010)

Em relação ao desenvolvimento da população, no último censo do IBGE, em 2010, o IDHM³ geral era de 0,676, sendo o IDHM de renda considerado muito alto – 0,801, enquanto que o IDHM de educação era considerado baixo 0,572. Esses dados nos mostra as disparidades existentes no município quanto o seu desenvolvimento; pois apesar do alto índice de desenvolvimento percebemos baixos índices em relação à educação local. É importante mencionar, que não encontramos nos dados do IBGE informações específicas sobre a mulher. Todos os dados encontrados referem-se à população como um todo.

Fonte: Texto baseado na dissertação - RODRIGUES, L. S. MATERNIDADE E RAÇA: um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino. (Dissertação de Mestrado). 2021, p. 42 e 43. PPGER, UFSB-BA.

Texto 2 - Diversidade Étnico Cultural



Fonte: NOVAIS, Josué. *Diversidade Étnico Cultural*. 14 abr. 2019. Imagem disponível em: <https://medium.com/@bolanared74/diversidade-%C3%A9tnico-cultural-e58906c280cb>. Acesso em: 18 maio 2021.

A Diversidade étnico Racial inclui-se a cultura, hábitos, práticas, expressões, culinárias de um determinados grupos, ou seja, a junção da criação, mais a prática.

“Por que no Brasil há tanto racismo?” Os brasileiros no geral criaram esse pensamento, e um deles é a diferença de qualidade, por exemplo, “pessoas de cores brancas e ricas é mais qualificada que pessoas com cores negras e pobres”, este problema é totalmente infrutífero, e não deve ser praticado nunca, porque um indivíduo de cor negra dentro de uma sociedade pode e deve ser sim qualificado.

O Brasil surgiu a partir da mistura de várias etnias como Nativos ou Indígenas, Europeus e Africanos, no decorrer do tempo, chegaram muitas outras etnias como: Italianos, alemães, poloneses e libaneses, e o país do Brasil chegou no estado de hoje porque o dinheiro de várias pessoas subiu para a cabeça e acham que são melhores.

Nós seres humanos temos que aprender a respeitar o próximo independente da cultura, raça, etnia, entre outros, e parar de acharmos que somos melhores do que os outros por causa de bens ou cor.

Josué Novais Costa

Fonte: NOVAIS, Josué. *Diversidade Étnico Cultural*. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@bolanared74/diversidade-%C3%A9tnico-cultural-e58906c280cb>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Texto 3 – Não, não somos racista



Fonte da imagem: *DIA Internacional da Mulher: combater a naturalização do machismo. Latuff Cartoons.* [S.l.:s.n], 28 jul. 2014. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2014/03/08/dia-internacional-da-mulher-combater-a-naturalizacao-do-machismo-charge-sinasefe/>. Acesso em 21 de maio de 2021.

O racismo não está apenas na fala, na ofensa, no insulto, na discriminação feita às claras. É, antes, um sistema segundo o qual a realidade está organizada, e que orienta a vida, o dia a dia. Para ficar mais fácil: racistas não acham que o são quando estão “apenas” reproduzindo aquilo que aprenderam como certo.

A diferença é que, até pouco tempo atrás, tudo isso era aceito, com variados graus de indignação, dos gritos (surdos, já que ninguém ouvia) da população negra à indiferença total dos privilegiados na sociedade. Não é mais assim – e não voltará a ser. O mundo mudou, a consciência se espalhou. Ainda não tanto quanto é necessário, claro. Mas de modo irreversível, sem dúvida. Daqui pra frente, racistas, quando tentarem passar, ouvirão muito protesto e terão de encarar tanto a lei quanto a vergonha social.

Fonte: Trecho do texto publicado – JUNIÃO, Junior. Não, não somos racistas. *Ponte Jornalismo*, 2015. Disponível em: <http://www.juniao.com.br/nao-nao-somos-racistas/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

✓ Aula 3

3. *Eu como Protagonista*

Orientações: Este é o momento em que vamos refletir sobre as relações e implicações do tema discutido nas aulas anteriores, e produzir conhecimento.

- ✓ Passe o vídeo: Vista a minha pele.

Onde encontrar: VISTA a minha pele. Direção: Joel Zito Araújo & Dandara. [S. l.: s. n.], 2003. 1 vídeo. 24min.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM&t=18s>. Acesso em: 18 maio 2021.

- ✓ Em seguida faça juntamente com os alunos a leitura e a análise do texto “Desigualdade racial: que final você quer para essa história”?
- ✓ Peça que eles escrevam um pequeno texto citando as razões históricas para a desigualdade racial, e as suas experiências e visões sobre a divisão étnico racial da população da cidade onde vivem.

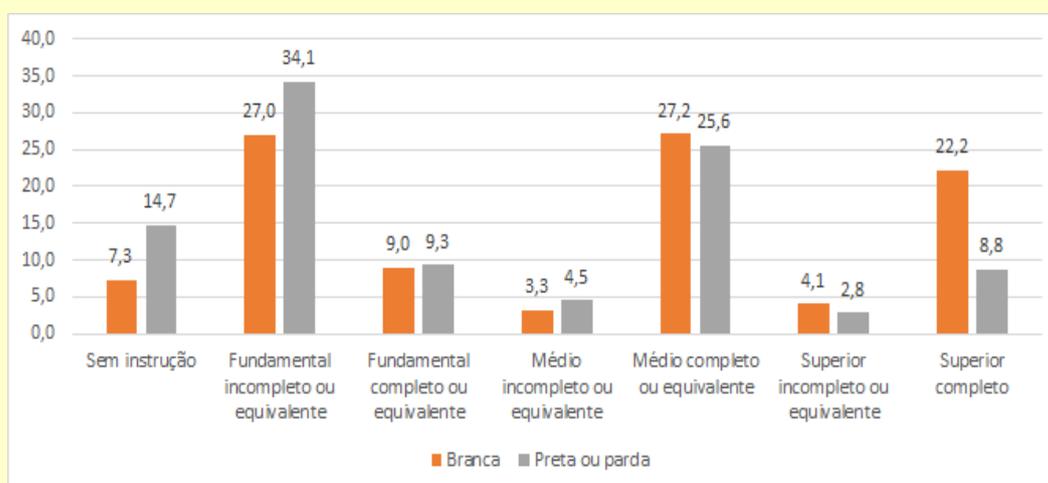
Espera-se que os alunos indiquem a questão da desigualdade e da discriminação raciais como consequência do processo histórico de formação do Brasil, com o modelo de colonização aqui conduzido pelos europeus, que se pautava pelo lucro (enviado à metrópole) e tinha como uma de suas bases fundantes a escravização.

Para casa: Peça aos alunos que façam o recenseamento demográfico da sua casa. Anotando informações sobre a quantidade de pessoas que vivem na casa, gênero, raça, escolaridade e se tem na família mulheres que já passaram por alguma situação de racismo no lugar onde vivem.

Texto- Desigualdade racial: que final você quer para essa história?

Na história do Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império e pela República, até os dias atuais, vimos acompanhando um grave quadro de desigualdades: de gênero (entre homens e mulheres), sociais (entre ricos e pobres) e raciais (entre brancos e negros). Apesar das lutas e reivindicações contra as desigualdades, esse quadro histórico persiste. No que diz respeito às desigualdades entre brancos e negros, por exemplo, ainda é identificado um menor acesso ao Ensino Superior, aos cargos de chefia e aos melhores salários para a grande maioria dos afrodescendentes. Observe o gráfico.

Brasil: distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o nível de instrução – 2016.



Fonte: Elaborado com base em IBGE. Pnad Continua 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em 20 de maio 2020.

É possível observar no gráfico que, enquanto 7,3% das pessoas brancas não tinham instrução em 2016, a proporção das pessoas negras ou pardas que estavam nesse grupo era mais que o dobro: 14,7%. Situação inversa ocorre nos percentuais dos que tinham nível superior completo: 22,2% para os brancos e 8,8% para os negros ou pardos. A história de discriminação e desigualdade no Brasil, no entanto, não segue sem lutas, criatividade e superação. Um estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), indica que, no ano de 2017, mais da metade dos empreendedores brasileiros era afrodescendente. Essa grande parcela, contudo, ainda sofre com alguns obstáculos, como a falta de investimentos e linhas de crédito, o que dificulta o seu crescimento no mundo dos negócios.

Fonte: ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. **Geografia território e sociedade. Ensino fundamental anos finais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018. v.7, 8, 9.

✓ Aula 4

4. Interferindo socialmente no espaço local

Orientações: A partir dos resultados das pesquisas que fizeram no para casa, em grupos peça aos estudantes que façam:

1. O levantamento e tabulação dos dados obtidos com a pesquisa;
2. Produzir gráficos e/ou tabelas com os resultados obtidos;
3. Produzir cartazes com as informações do recenseamento demográfico das famílias dos alunos que estudam na sala de aula.
4. Apresentar as informações para o resto da turma ou para a escola.

4ª SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Título: O espaço da cidade e as espacialidades que envolvem a mulher negra e periférica

Nível de Ensino:	Fundamental Anos Finais
Público:	8º e 9º ano
Tempo Estimado:	Quatro aulas com duração de 50 minutos.
Área do Conhecimento:	Geografia

Objetivos de Aprendizagem

Objetivo Geral: Identificar no espaço da cidade, os fatores que interferem na distribuição da população em seu espaço, analisando os fatores que levam a segregação da mulher negra nas periferias.

Objetivos específicos:

- ✓ Perceber a distribuição desigual da população no espaço da cidade;
- ✓ Analisar a segregação socioespacial e racial nos espaços das cidades;
- ✓ Analisar as situações vivenciadas pela mulher negra na periferia das cidades.

Temas

- ✓ Espaço (espacialidades);
- ✓ Urbanização;
- ✓ O processo de urbanização e a precarização das cidades;
- ✓ O centro e a periferia;
- ✓ O processo de favelização;
- ✓ Espacialidades, gênero, raça, condição econômica e social;
- ✓ A falta de moradia;
- ✓ A violência urbana;
- ✓ Dinâmica populacional;
- ✓ Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi elaborado pensando em ações a serem desenvolvidas nos anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente nas turmas do 8º e 9º ano. Articula-se com a disciplina geografia que faz parte do currículo escolar, tendo em vistas o desenvolvimento de atividades nas áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o desenvolvimento das aulas se dará de forma expositiva, explicativa e discursiva, utilizando recursos visuais e auditivos, criando condições motivadoras de trocas entre os educandos no período da aula, realizando leituras, pesquisas e produções, com atividades de reflexão que possibilite uma aprendizagem mais significativa, ampliando as possibilidades de acesso a outras culturas tendo em vistas alcançar os objetivos propostos.

Problematização

- ✓ Existe diferenças na estrutura urbana da cidade? Todos os bairros são iguais?
- ✓ A população feminina vive igualmente em todos os bairros da cidade, ou existem diferenças, sociais, raciais e econômicas, no espaço da cidade?
- ✓ Existe diferenças? Quais são?
- ✓ O que deve ser feito para melhorar a situação da mulher negra periférica?
- ✓ Resistir é preciso? Por que?

		✓ Como é a população feminina no bairro onde vocês vivem? Elas vivem bem?
Semana	Aula	Atividade
1	1	1. Ponto de Partida: Dinâmica em grupo com análise de imagens e produção de cartazes. Discussões em grupo.
	2	2. Buscando Conhecimento: Realizar leitura, interpretação e discussão de música e texto.
2	3	3. Eu como Protagonista: Reflexão e produção de texto.
	4	4. Interferindo socialmente no espaço local: Pesquisa, montagem e apresentação de painel com exposição fotográfica. Apresentação em grupo.
Recursos Metodológicos	Quadro branco, pincel, apagador, textos xerocopiados, cartolinas, hidrocor, fita adesiva, tesoura, papel metro, pincel atômico, cartazes, livros, fotografias, Computador com retroprojeto, data show, som.	
Produto Final	Pesquisa, montagem e apresentação de painel com exposição fotográfica. Apresentação em grupo para a comunidade escolar.	
Fontes de Pesquisas sugeridas	<p>Músicas: MARIA da Vila Matilde Elza Soares- – (CD A mulher do fim do mundo). [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-09qfhVdzz8 Acesso em 18 de maio de 2021.</p> <p>MUROS e Grades - Engenheiros do Hawaii. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.letras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/45733/. Acesso em 24 de maio de 2021.</p> <p>Sites: MULHERES negras moradoras da periferia. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2019/02/mulheres-negras-moradoras-da-periferia-a-desigualdade-alimentar-tem-endereco/ . Acesso em 18 de jun.2021.</p> <p>Vídeo: PANORAMA/Desigualdade social – TV cultura. [S. l.: s. n.], 17/10/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ha6u8PI7JRI . Acesso em 12 de jun.2021.</p>	
Avaliação	A avaliação será feita ao longo das aulas, observando as especificidades de cada educando assim como o seu crescimento no processo, seu interesse, realização das atividades, apropriação do conhecimento.	
	<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 2000.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). Ensino de</p>	

<p>Referências Bibliográficas</p>	<p>Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p> <p>CONCEITOS de segregação socioespacial, autosegregação e gentrificação. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fxgnDckWv0M. Acesso em: 27 maio 2021.</p> <p>ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. Geografia território e sociedade. Ensino fundamental anos finais – vol.7, 8 e 9. Editora Saraiva. 1ª edição- 2018 São Paulo</p> <p>NÓS, CAROLINAS- vozes das mulheres da periferia. Uma realização coletivo nós, mulheres da periferia. Direção: Regiany Silva. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM. Acesso em: 24 maio 2021.</p> <p>NOS BARRACOS da Cidade. Intérprete: Gilberto Gil. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j0OCVXZ9a7A. Acesso em: 24 maio 2021.</p> <p>NÓS- mulheres da periferia. Realização Portal da Juventude. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://nosmulheresdaperiferia.com.br/. Acesso em: 24 mai. 2021.</p> <p>O QUE é urbanização? Resumo e conceitos. Quer que desenhe? Descomplica, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7f8CXiFp6fk. Acesso em: 24 mai. 2021.</p> <p>REZENDE, Milka de Oliveira. "Segregação racial"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm. Acesso em 24 de maio de 2021.</p> <p>SEGREGAÇÃO Socioespacial e Favelização. A cidade: critérios de definição, organização interna e funções urbanas. Descomplica. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y2bHfOM3oXs. Acesso em: 24 mai. 2021.</p>
--	--

Desenvolvimento

✓ Aula 1

1. Ponto de Partida

Orientações: Professor, inicialmente, vamos realizar uma dinâmica com o intuito de levar aos estudantes a perceber as diferenças existentes no espaço da cidade e na distribuição da população nesses espaços.

Conheço a minha cidade?

Com a sala arrumada em círculo, comece a mostrar fotos da cidade. No caso de Porto Seguro, mostre fotos ou imagens do centro, das praias, da orla, e de alguns bairros - entre eles o bairro onde a escola está situada. Comece enfatizando a existência dos diferentes lugares no espaço urbano, e como vivem as pessoas nesses lugares.

Após a visualização das fotos, divida a sala em grupos, entregue uma folha de papel madeira e pincéis atômicos para cada grupo, e peça que eles escrevam ou faça um desenho para responder aos seguintes questionamentos:

- ✓ Conheço a minha cidade?
- ✓ O que mais eu gosto na minha cidade?
- ✓ O que eu não gosto na minha cidade?
- ✓ Existe diferenças na estrutura urbana da cidade? Todos os bairros são iguais?
- ✓ Na opinião do grupo, a população vive igualmente em todos os bairros da cidade, ou existem diferenças, sociais, raciais e econômicas, no espaço da cidade?
- ✓ Como é a população do bairro onde eles moram? Vivem bem?
- ✓ Existe algum problema no bairro onde eles vivem? Quais?

Apresentação do tema aos estudantes

Orientações: Peça que após a elaboração do cartaz, cada grupo apresente os mesmos para o resto da turma. A partir dos resultados apresentados pelos grupos, faça uma discussão sobre o desigual crescimento do espaço urbano, apresentando o conceito de urbanização, crescimento urbano, centro e periferia, segregação socioespacial, autosegregação e gentrificação.

Para melhor visualização você pode apresentar os vídeos abaixo:

O QUE é urbanização? Resumo e conceitos. Quer que desenhe? **Descomplica**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7f8CXiFp6fk>. Acesso em: 24 mai. 2021.

CONCEITOS de segregação socioespacial, autosegregação e gentrificação. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Terra à vista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fxgnDckWv0M>. Acesso em: 27 maio 2021.

SEGREGAÇÃO Socioespacial e Favelização. A cidade: critérios de definição, organização interna e funções urbanas. Descomplica. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y2bHfOM3oXs>. Acesso em: 24 mai. 2021.

A ideia é que seja feita neste momento, uma primeira visualização e discussão de como é formado o espaço da cidade e da divisão imposta neste espaço pelo processo de segregação socioespacial, enfatizando a realidade vivenciada por aqueles que vivem na periferia da cidade.

✓ Aula 2

2. Buscando Conhecimento

Orientações: A aula deve ser iniciada com a apresentação da música: Nos Barracos da Cidade – Gilberto Gil.

Onde encontrar: NOS BARRACOS da Cidade. Intérprete: Gilberto Gil. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0OCVXZ9a7A>. Acesso em: 24 maio 2021.

O mesmo deve ser entregue em folha xerocopiada ou apresentado em slide.

Em seguida apresente aos alunos o resumo do texto sobre - Segregação Racial - Milka de Oliveira.

Onde encontrar: REZENDE, Milka de Oliveira. "Segregação racial". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Texto-Segregação Racial



Fonte: A segregação racial exclui grupos de pessoas por conta de suas características físicas ligadas à etnia. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm> - acesso em 24 de maio de 2021.

Texto- Segregação racial

A segregação racial consiste na separação de determinado grupo social por conta de suas características físicas, seu fenótipo. Essa prática classificam a humanidade em raças, atrelando traços culturais, intelectuais e habilidades a fatores biológicos e genéticos. A eugenia gerou muitas catástrofes ao longo da história — guerras, colonizações, escravidão, genocídio[...]. No Brasil, após a abolição da escravatura, esse fenômeno fortaleceu-se no tecido social e nos meandros culturais pela inação estatal em relação à população negra.

Formas de segregação

A segregação racial pode dar-se de maneira formal e informal, por meio de leis, repressão violenta ou de regras culturais de convivência. Se observarmos países em que ocorreu segregação institucional, como a África do Sul, veremos que, durante o *apartheid*, havia uma legislação discriminatória nas mais diversas áreas; remoções forçadas; detenções sem julgamento; repressão estatal à livre circulação por meio de leis de passe, pelas quais só seria possível ir a determinadas regiões portando autorização que deliberadamente não era concedida; e proibições sociais e econômicas, como realizar casamentos inter-raciais, frequentar lugares públicos e candidatar-se a trabalhos industriais.

As formas culturais de segregação manifestam-se sem necessariamente valer-se de dispositivos legais ou repressão para que sejam cumpridas. Sua força reside em constranger indivíduos segregados a compreenderem sua exclusão como consequência de erros pessoais ou como um destino natural reservado a eles. Elas se somam a mecanismos institucionais que bloqueiam, por exemplo, a ascensão econômica, intelectual e política de determinados grupos étnicos.

Segregação racial no Brasil

A constituição do Brasil enquanto país teve como um de seus traços mais marcantes a escravização de africanos e a dizimação de povos indígenas. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, foi o país das Américas que mais recebeu africanos escravizados, e, quando a abolição ocorreu, não foi acompanhada de indenizações e políticas públicas compensatórias que integrassem a população negra ao sistema econômico da população livre e assalariada. Portanto, como afirma o sociólogo Octavio Ianni, não foram cumpridas as premissas básicas para a passagem do escravo ao cidadão. Cidadania aqui abrange desde o direito ao voto até condições dignas de vida, moradia, saúde, emprego, renda, educação. Depois da abolição, os negros foram deixados à própria sorte, sua mão de obra foi substituída por imigrantes europeus, e aos ex-escravizados restou alocarem-se nas periferias das cidades, sem acesso a serviços públicos, e ocuparem funções subalternas e informais que exigiam maior tempo de trabalho e menores remunerações.

A herança de práticas e mentalidades escravagistas permaneceu e refletiu na segregação da população negra que se deu nas esferas espacial, econômica, cultural e política. Embora houvesse uma liberdade formal, operam-se mecanismos de bloqueio do acesso a oportunidades de mobilidade social, impulsionados pelo ideário que vinculava o progresso ao embranquecimento.



Fonte: Faceta visível da segregação espacial entre ricos e pobres: Favela de Paraisópolis circundada por condomínios luxuosos, São Paulo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm> - acesso em 24 de maio de 2021.

O sociólogo Danilo França aponta a segregação como um mecanismo seletivo no acesso ao mercado de trabalho, a serviços públicos, a recursos, ao consumo e à cultura. A própria configuração espacial de ocupar lugares distantes dos centros de acesso a oportunidades e a lazer traduz uma política segregacionista, posto que restringe a circulação de certos grupos em determinados pontos da cidade.

A concentração de renda e a desigualdade socioespacial têm uma forte ligação com o fator raça, mas, diferentemente dos exemplos de países anteriores, no caso brasileiro não houve uma legislação segregacionista após a abolição, o que gerou esse resultado foi a ausência de políticas públicas que efetivassem a igualdade formal.

O grande intelectual Abdias do Nascimento assim definiu o racismo brasileiro^[3]: “não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país”.

Consequências da segregação racial

Uma das principais consequências da segregação racial é a desigualdade social. Na África do Sul, por exemplo, os brancos eram prósperos como os europeus ou norte-americanos, enquanto os negros viviam nas reservas nativas sem acesso a serviços públicos, sem boa formação educacional, sem direitos políticos e acesso aos empregos urbanos, melhor remunerados.

Isso gerou uma profunda desigualdade social e econômica naquele país e o mesmo ocorre em outras experiências históricas de segregação. A desigualdade materializa-se em diversos aspectos, como expectativa de vida, renda média, acesso a serviços públicos como saúde e educação, segurança, natalidade, entre tantos outros fatores que compõem a qualidade de vida.

Outro aspecto em que a segregação racial incide é na mobilidade social da população segregada. O acesso precário a emprego, educação de qualidade, serviços públicos e atividades culturais restringe as possibilidades de ascensão social e faz com que, por gerações, permaneça-se nas mesmas condições materiais de vida.

A segregação racial gera violência e permanentes tensões que, sob determinadas condições, transformam-se em convulsões sociais e acarretam mortes, danos à integridade física, danos patrimoniais, instabilidade social e política.

Engana-se quem pensa que a segregação racial prejudica somente ao grupo segregado. A sociedade como um todo perde ao confinar determinado grupo, pois as consequências da desigualdade em algum

momento crescerão ao ponto de atingirem aqueles que se beneficiam dessa exclusão. Além disso, o afunilamento do acesso educacional, cultural e político faz com que a sociedade desperdice um imenso potencial humano, inteligência, capacidades, ideias que, limitadas por barreiras externas, não são desenvolvidas em sua plena potência.

Fonte: REZENDE, Milka de Oliveira. "Segregação racial"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm>. Acesso em 24 de maio de 2021.

Faça a leitura conjunta com os estudantes. Em seguida relacione a letra da música com as informações citadas no texto sobre a segregação racial. Realize um debate sobre a situação da mulher nesse processo de segregação sócio espacial na cidade. Enfatizando a situação vivenciada pela mulher negra periférica.

✓ Aula 3

3. *Eu como Protagonista*

Orientações: Este é o momento em que vamos refletir sobre as relações e implicações do tema discutido nas aulas anteriores, e produzir conhecimento sobre a mulher negra na periferia.

Neste momento, vamos assistir ao documentário - Nós, carolinas- vozes das mulheres da periferia.

Onde encontrar: NÓS, CAROLINAS- vozes das mulheres da periferia. Uma realização coletivo nós, mulheres da periferia. Direção: Regiany Silva. [S. l.: s. n.], 7 de mar. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM>. Acesso em: 24 maio 2021.

Assistam também ao documentário: O que é ser mulher da periferia.

Onde encontrar: O QUE é ser mulher da periferia. **Realização Nós, mulheres da periferia**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/nosmulheresdapерiferia/videos/442343629299155/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Em seguida, incentive os alunos a escreverem um pequeno texto discutindo as histórias apresentadas nos documentários com a realidade vivenciada pelas mulheres no bairro onde eles vivem.

- ✓ Existe diferenças? Quais são?
- ✓ O que deve ser feito para melhorar a situação da mulher negra periférica?
- ✓ Resistir é preciso? Por que?

Para aprofundar o conhecimento veja as reportagens do - Nós- mulheres da periferia.

Onde encontrar: NÓS- mulheres da periferia. Realização Portal da Juventude. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://nosmulheresdapерiferia.com.br/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

- ✓ Espera-se que os alunos consigam compreender as diferenças existentes na formação do espaço urbano, percebendo que a população que vive nas áreas periféricas são formadas na sua grande maioria por negros. E que as mulheres negras sofrem ainda mais com essa segregação que as exclui por serem mulheres, negras e pobres.

✓ Aula 4

4. Interferindo socialmente no espaço local



Fonte: PORTAL Geledés. Questões de Gênero. 16 imagens que mostram por que o feminismo é importante. [S. l.: s. n.], 24/08/2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/16-imagens-que-mostram-por-que-o-feminismo-e-importante/>. Acesso 18 maio 2021.

Orientações: Montagem de painel para uma exposição fotográfica: A realidade da mulher negra periférica – Sou mulher, meu lugar é aonde eu quiser!

Em grupos, peça aos alunos que escolham um aspecto da realidade do lugar onde eles vivem em que ocorra qualquer forma de discriminação ou preconceito contra a mulher. Pode ser:

- ✓ De Gênero (discriminação por ser mulher);
- ✓ Racial (discriminação por pertencer a algum grupo étnico);
- ✓ De idade (discriminação por ser jovem ou idosa);
- ✓ Social (discriminação em razão da sua condição social);
- ✓ Ou qualquer outra que vocês identificarem.

Cada grupo deverá escolher um tema.

- ✓ Definidos os temas, os alunos deverão estudar como tem acontecido essa discriminação e quais são as consequências da mesma para o grupo de mulheres entrevistadas.
- ✓ Peça que eles pesquisem também ações afirmativas que valorizem esse grupo, buscando formas utilizadas pelo mesmo para afirmar sua identidade e valorizar sua posição diante da sociedade.
- ✓ Se possível, convide alguns representantes desses grupos para dar depoimentos ou fazer fotografias. Lembrem-se de explicar para as pessoas entrevistadas o trabalho que vocês estão fazendo e de pedir a autorização delas para produzir as fotografias.
- ✓ Após a pesquisa de campo, já na escola – peça que montem painéis em papel madeira expondo as informações obtidas.
- ✓ A ideia é mostrar a riqueza dos grupos femininos que sofrem o preconceito e a discriminação e as formas de questionar e combater essa situação.
- ✓ Para finalizar, montem uma exposição para toda a comunidade escolar no pátio da escola.

5ª SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Título: A importância do Lugar Geográfico para a valorização da Identidade feminina e da cultura local

Nível de Ensino:	Fundamental Anos Finais
Público:	8º e 9º ano
Tempo Estimado:	Quatro aulas com duração de 50 minutos.
Área do Conhecimento:	Geografia

Objetivos de Aprendizagem

Objetivo Geral: Incitar a curiosidade dos/das estudantes a fim de construir um processo de ensino-aprendizagem calcado no entendimento do espaço local, e na compreensão de cada um como uma parte desta realidade.

Objetivos específicos:

- ✓ Proporcionar ao discente o conhecimento do município, do bairro, da rua da escola, explorando a compreensão do lugar;
- ✓ Identificar as mudanças na paisagem e no modo de vida das pessoas no lugar onde vivem ao longo dos anos;
- ✓ Conhecer o lugar comum a todos os alunos e sua história;
- ✓ Valorizar o lugar (bairro em que se vive), para conhecer e respeitar a identidade e cultura local;
- ✓ Se reconhece como parte integrante do lugar onde se vive.

Temas

- ✓ As categorias geográficas;
- ✓ A categoria geográfica – Lugar;
- ✓ Lugar (Identidade e valorização);
- ✓ O local de vivência;
- ✓ O bairro em que se vive e que a escola está situado;
- ✓ Identidade, Cultura e Educação.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi elaborado pensando em ações a serem desenvolvidas nos anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente nas turmas do 8º e 9º ano. Articula-se com a disciplina Geografia que faz parte do currículo escolar, tendo em vistas o desenvolvimento de atividades nas áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Assim, o desenvolvimento das aulas se dará de forma expositiva, explicativa e discursiva, utilizando recursos visuais e auditivos, criando condições motivadoras de trocas entre os educandos no período da aula, realizando leituras, pesquisas e produções, com atividades de reflexão que possibilite uma aprendizagem mais significativa, ampliando as possibilidades de acesso a outras culturas tendo em vistas alcançar os objetivos propostos.

Problematização

- ✓ O que é Lugar?
- ✓ Qual a importância do lugar geográfico onde vivemos?
- ✓ Quais as características do lugar onde se vive?
- ✓ Existem diferenças entre os lugares?
- ✓ Me identifico com o lugar em que vivo?
- ✓ As questões sociais, econômicas e raciais se refletem na paisagem de um lugar? De que forma?

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sou mulher e sou reconhecida e valorizada no lugar em que vivo? ✓ Como ajudar a melhorar a realidade do lugar (bairro, rua, escola) em que desempenho as minhas atividades diárias?
Semana	Aula	Atividade
1	1	1.Ponto de Partida: Dinâmica em grupo e análise e discussões de imagens.
	2	2. Buscando Conhecimento: Realizar leitura, interpretação e discussão de texto, reportagem e imagens.
2	3	3. Eu como Protagonista: Realização de uma aula de campo.
	4	4. Interferindo socialmente no espaço local: Confeção de painéis informativos sobre a realidade observada durante a aula de campo; Apresentação dos mesmos para a comunidade escolar no pátio da escola.
Recursos Metodológicos	Quadro branco, pincel, apagador, textos xerocopiados, cartolinas, hidrocor, fita adesiva, tesoura, papel metro, pincel atômico, cartazes, livros, Computador com retroprojeter, data show e som.	
Produto Final	Aula de campo Confeção de painéis Exposição e apresentação na escola dos painéis produzidos.	
Fontes de Pesquisas sugeridas	<p>Músicas: CONCEITOS Geográficos - Guilherme Durans. [S. l.: s. n.]. 06 de ago.2017.Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XwDpDc1p6V4 acesso em 19 de maio de 2021.</p> <p>FOTOGRAFIA 3x4. Interprete Belckior. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2zK5p0VoC3A. Acesso em 18.05.2021.</p> <p>O CALIBRE. Interpretes: Paralamas do Sucesso. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8bwV-hW8nDA Acesso em 18.05.2021</p>	
Avaliação	A avaliação será feita ao longo das aulas, observando as especificidades de cada educando assim como o seu crescimento no processo, seu interesse, realização das atividades, apropriação do conhecimento.	
	<p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. <i>In</i>: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p>	

Referências Bibliográficas	<p>ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. Geografia território e sociedade. Ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. v.7, 8, 9.</p> <p>GALVÃO, Bruno. De traz pra adiante. Blog Brasil de longe. São Paulo, 2013. Disponível em: https://brasildelonge.com/tag/bruno-desenhista/. Acesso em 20 de maio 2021.</p> <p>IBGE mostra abismo maior entre ricos e pobres. Desigualdade cresce e assistência cai. Jornal online Rede Brasil Atual. 06/05/2020. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/05/ibge-mostra-abismo-crescente-entre-ricos-e-pobres-desigualdade-cresce-e-assistencia-cai/. Acesso em 19 de maio de 2021.</p> <p>NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002.</p>
-----------------------------------	--

Desenvolvimento

✓ Aula 1

1. Ponto de Partida

Orientações: Ao iniciar a aula o professor deverá realizar a dinâmica de apresentação do lugar onde moro, com o intuito de levar aos estudantes a perceber as diferenças existentes entre os lugares onde vivem.

O meu lugar

- ✓ Com a sala arrumada em círculo e uma bola na mão o professor fala:

"Hoje eu irei falar sobre o bairro onde moro. Minha casa fica em Porto Seguro. Tenho muitos vizinhos legais, como o seu Nolino e Dona Lúcia (os melhores vizinhos do mundo). Minha rua e meu bairro são muito movimentados, cheios de comércio, feiras e casas. Gosto de morar nele porque é um lugar alegre e cheio de representatividade".

- ✓ Em seguida, o professor joga a bola para cima e quem pegar deverá dar sequência a apresentação do seu lugar. Citando as pessoas, as características, e o que mais ele gosta no lugar onde vive.
- ✓ Conforme a pessoa for pegando a bola ele vai saindo do círculo. O último que ficar deverá pagar uma prenda - cantando uma música que toca muito no lugar em que ele vive.

Apresentação do tema aos estudantes

Orientações: Exponha no quadro, cartazes ou slides, palavras ou frases que falem da importância do lugar onde vivemos, do local onde realizamos todas as nossas atividades diárias. Em seguida, pergunte aos seus alunos se eles gostam da rua e do bairro em que moram, e por que gostam deste lugar. Leve-os a localizarem o seu bairro em um mapa - pode ser o mapa da cidade, imagens retiradas do google maps ou um mapa pictórico (mapa que não possui termos técnicos nem legenda, mas que tem pontos de referência e símbolos de fácil entendimento e localização).

Exemplo:

Mapa de Porto Seguro



Fonte: a autora (2021).

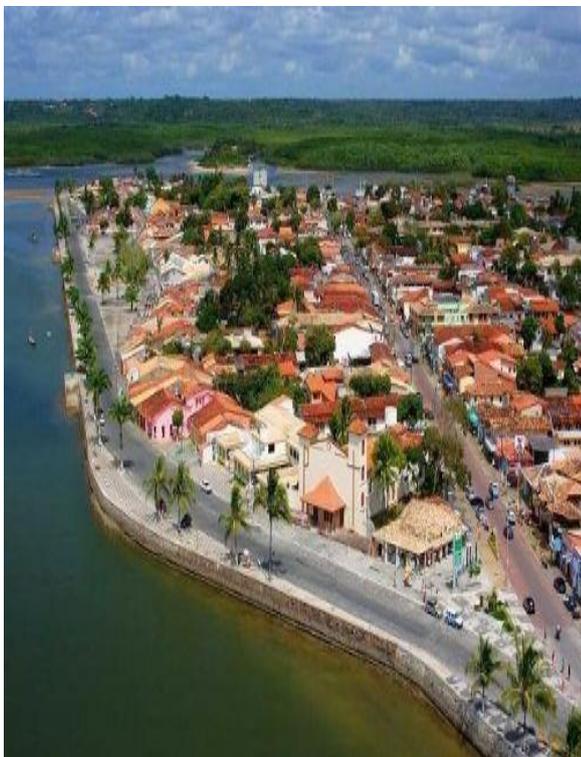
Nota: mapa construído por meio do recorte, montagem e edição de imagens disponíveis na internet, como no *Portal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*⁵³.

⁵³ Disponível em:

<https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/MapSeries/index.html?appid=cbeb43b6f50b487ba3ac7d6d366a9502>. Acesso em: 25 jun. 2021.

A cidade de Porto Seguro

Passarela do Descobrimento



Fonte: Imagem da Passarela do Descobrimento. Disponível em: <https://www.encontraportoseguro.com.br/sobre-porto-seguro/> Acesso em 19 maio 2021.

Rua da Paz- Ladeira do Paraguai



Fonte: a autora (2021)
Nota: fotografia obtida em pesquisa e observação de campo.

Leve os estudantes a retratarem as características e particularidades do lugar onde eles moram. Pergunte sobre como vivem as mulheres, principalmente as jovens meninas no lugar onde elas vivem. Para apresentar o conceito de lugar e dos diferentes lugares, peça que eles comparem imagens de diferentes bairros, observando as pessoas que neles estão e as características sócio culturais expostas nas imagens. Inicie, então, uma conversa com os estudantes, questionando-os:

- ✓ O que é Lugar?
- ✓ Qual a importância do lugar onde vivemos?
- ✓ Quais as características do lugar onde você vive?
- ✓ Existem diferenças entre os lugares?
- ✓ Me identifico com o lugar em que vivo?

- ✓ As questões sociais, econômicas e raciais se refletem na paisagem do meu lugar? De que forma?
- ✓ Existem muitas mulheres no seu lugar (bairro, rua, escola)?
- ✓ Por ser mulher, elas são reconhecidas e valorizadas nestes lugares?
- ✓ Existem adolescentes grávidas nesses lugares? Como elas vivem (estudam, trabalham)?
- ✓ Como ajudar a melhorar a realidade do lugar (bairro, rua, escola) em que desempenho as minhas atividades diárias?

Com base nas respostas dos alunos, esclareça que as atividades humanas marcam as paisagens, constroem e modificam os lugares, e que observá-las de maneira analítica, atentando aos detalhes, é uma das formas pelas quais podemos compreender a sociedade, seu espaço, suas práticas e suas culturas.

✓ Aula 2

2. Buscando Conhecimento

Orientações: Iniciar a aula apresentando o conceito de Lugar geográfico e sua importância no reconhecimento e valorização da cultura e da identidade (Texto 1- os mesmos devem ser entregues em folha xerocopiada ou apresentado em slide). Em seguida, apresentação da reportagem e charge sobre os diferentes lugares.

Nesse momento, deve-se fazer a leitura, análise e provocar uma discussão sobre os diferentes lugares, os problemas encontrados no lugar onde se vive, e a importância de se sentir pertencente ao lugar para poder se valorizar e lutar por melhorias para população que nele vive.

Texto: O Lugar – Identidade e valorização

De grande relevância é o conceito de lugar para o Ensino da geografia. Provido de singularidade, ele reflete as relações desenvolvidas pelas pessoas diariamente. Conhecer o lugar, permite a valorização e o reconhecimento da nossa identidade, possibilita nos situar no espaço, identificar o porquê dos acontecimentos e respeitar a nossa história.

Cada lugar tem características próprias, onde as relações sociais, econômicas e raciais são estabelecidas. Por este motivo, para entendermos as mudanças ocorridas no mundo faz-se necessário, compreender o lugar em que se vive, para a partir daí ampliarmos o nosso conhecimento. Assim, compreender o espaço vivido, torna-se de fundamental importância para a valorização da identidade de cada ser humano, além da valorização cultural e racial. Precisamos entender que fazemos parte de um lugar e as nossas características e particularidades devem ser respeitadas e valorizadas no espaço em que habitamos.

Conhecer para valorizar e amar!

Liziane Rodrigues

Fonte: RODRIGUES, L.S. A Construção do conceito de lugar e as representações sociais de professores e alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental em Vitória da Conquista-Ba. (Dissertação de Especialização). 2006. DG- UESB-BA.p.27.

Imagem 1: Charge retirada do blog Brasil de Longe



Fonte: GALVÃO, Bruno. De traz pra adiante. **Blog Brasil de longe**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://brasildelonge.com/tag/bruno-desenhista/>. Acesso em 20 de maio 2021.

Imagem 2: Reportagem do jornal online Rede Brasil Atual

ECONOMIA

FOSSO SEM FIM

IBGE mostra abismo maior entre ricos e pobres. Desigualdade cresce e assistência cai

Em 2019, o 1% da população ganhava quase 34 vezes mais que metade de menor rendimento. Índice de Gini se manteve em nível recorde, e menos gente está no Bolsa Família

Por Redação RBA

Publicado 06/05/2020 - 14h01

Reprodução/Montagem RBA



Os 10% que ganham menos têm 0,8% do bolo. E os 10% que ganham mais, 42,9%

Fonte: IBGE mostra abismo maior entre ricos e pobres. Desigualdade cresce e assistência cai. **Jornal online Rede Brasil Atual.** 2020. Imagem disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/05/ibge-mostra-abismo-crescente-entre-ricos-e-pobres-desigualdade-cresce-e-assistencia-cai/>. Acesso em 19 de maio de 2021.

- ✓ Professor, o intuito das discussões é perceber que os lugares se diferem de acordo com a realidade social, econômica, racial e cultural da população que nele vive. E que nos lugares menos desenvolvidos, as mulheres sofrem ainda mais, por isso a importância de se conhecer e valorizar o lugar das vivências diárias, para aprender a respeitar e valorizar a identidade e conseqüentemente buscar melhorias para o local e para quem nele vive.

✓ Aula 3

3. Eu como Protagonista

Orientações: Este é o momento em que vamos refletir sobre as relações e implicações do tema discutido nas aulas anteriores, e produzir conhecimento. A proposta é que seja realizada uma aula de campo na rua- bairro onde a escola está situada. Com o intuito de verificar a situação socioeconômica, racial e cultural do local onde a mesma está inserida.

✓ Aula de Campo observando:

- a) As características físicas (oferecimento de infraestrutura, situação de moradia das pessoas);
- b) A situação econômica dos moradores;
- c) Visualizando a composição racial das pessoas/moradores do bairro;
- d) Observando os aspectos da cultura e tradição do lugar;
- e) Observando a situação de vivência diária das mulheres (se estão em casa, se trabalham fora);
- f) Observar se existem adolescentes grávidas no local ou com filhos pequenos.
- g) Observar se no bairro existe e onde está localizado o posto de saúde, e algum movimento de mulheres.

Se possível, deve ser tirado fotografias ou anotar as informações obtidas através das visualizações. Professor a sugestão é que se faça um roteiro por escrito, para os alunos.

✓ Aula 4

4. Interferindo socialmente no espaço local

Orientações: A partir dos resultados obtidos na aula de campo, em grupos peça aos estudantes que façam:

- ✓ Confecção de painéis informativos sobre o lugar, com as fotos e informações produzidas em aulas de campo, e obtidas através de pesquisa.

Vamos compartilhar as informações que fizemos a respeito do lugar geográfico.

- ✓ Apresentação dos painéis e discussões sobre as características de cada lugar no pátio da escola para a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Dispõe sobre o estado de gestação e direitos da gestante. (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2019.
- BRASIL. Lei n. 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. **Casa Civil**, Brasília, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm. Acesso em 18 de agos. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Casa Civil**, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 de ago. 2021.
- BRASIL. **Inteiro Teor do Acórdão**. Brasília, Supremo Tribunal Federal, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>. Acesso em 18 de ago. 2021.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2019.
- GALVÃO, Bruno. De traz pra adiante. **Blog Brasil de longe**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://brasildelonge.com/tag/bruno-desenhista/>. Acesso em 20 de maio 2021.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2000.
- CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, 2002.

CONCEITOS de segregação socioespacial, autosegregação e gentrificação. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Terra à vista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fxgnDckWv0M>. Acesso em: 27 maio 2021.

COR de Rosa-Choque. Intérprete: Rita Lee e Roberto Carvalho. [S. l.: s. n.], 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0zYEasxCGy0>. Acesso em: 18 mai. 2021.

COSTA, Josué Novais. **Diversidade Étnico Cultural**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@bolanared74/diversidade-%C3%A9tnico-cultural-e58906c280cb>. Acesso em: 18 mai. 2021.

DIA Internacional da Mulher: combater a naturalização do machismo. **Latuff Cartoons**. [S.l.:s.n], 28 jul. 2014. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2014/03/08/dia-internacional-da-mulher-combater-a-naturalizacao-do-machismo-charge-sinasefe/>. Acesso em 21 de maio de 2021.

DIREITOS REPRODUTIVOS: “Aborto Legal”. Cartilha da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos direitos da mulher. **EDEPE** – Escola de Defensoria Pública do Estado de São Paulo, São Paulo, jul. 2018. Disponível em: [https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/0/AbortoLegal%20\(5\).pdf](https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/0/AbortoLegal%20(5).pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

DIVERSIDADE. Direção: Artur Paiva, Eduardo Ximenes e Lara Araújo. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Diversidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwGrIUGKi8U>. Acesso em: 19 maio 2021.

ELIAN, Alabi Lucci. ANSELMO, Lazaro Branco. WILLIAM, Fuggii. **Geografia território e sociedade**. Ensino fundamental anos finais. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. v.7, 8, 9.

EMPODERAMENTO feminino transforma a vida de mulheres da periferia através da música. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_JF1rg02MnE. Acesso em: 20 mai. 2021.

ENCONTRA Porto Seguro. Imagem da Passarela do Descobrimento. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.encontraportoseguro.com.br/sobre-porto-seguro/> Acesso em 19 maio 2021.

EU não sou um Homem Fácil. Direção: Eleonore Pourriat. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: Netflix. Acesso em: 23 maio 2021.

GRAVIDEZ na adolescência. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo Canal Larissa Stella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ArY_AsaOnps. Acesso em: 19 jul. 2019.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Orientando para a prevenção. **PDE**. 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unioeste_andreacristinapereira.pdf. Acesso em: 26 mai.2021.

GOES, Emanuelle. Meninas não são mães: Gravidez na adolescência e os entrelaçamentos de raça, gênero e classe. **Cientistas Feministas**. [S. l.: s. n.], 12 jun. 2019. Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2019/06/12/meninas-nao-sao-maes-gravidez-na-adolescencia-e-os-entrelacamentos-de-raca-genero-e-classe>. Acesso em: 13 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais do Brasil**. Bahia. Porto Seguro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 16 de abr. 2020

IBGE mostra abismo maior entre ricos e pobres. Desigualdade cresce e assistência cai. **Jornal online Rede Brasil Atual, 2020**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/05/ibge-mostra-abismo-crescente-entre-ricos-e-pobres-desigualdade-cresce-e-assistencia-cai/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

JUNO. Direção: Jason Reitman. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.superflix.net/assistir-filme-juno-online/>. Acesso em: 27 maio 2021.

JUNIÃO, Junior. Não, não somos racistas. **Ponte Jornalismo**, 2015. Disponível em: <http://www.juniao.com.br/nao-nao-somos-racistas/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

KOBRA, Eduardo. Obra Somos muitos. [S. l.: s. n.]. Capa da Revista Veja. 2017. Disponível em: <https://eduardokobra.com/telas.Instagram do Eduardo Kobra -@kobrastreetart>. Acesso em 18 de maio de 2021.

LEITE, Mirlane Gondim; RODRIGUES, Dafne Paiva; SOUSA, Albertina Antonielly; MELO, Sydney de; FIALHO, Laura Pinto Torres. MELO, Ana Virgínia. Advindos Da Maternidade: Revelações De Um Grupo De Gestantes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 115-124, jan./mar. 2014.

MENINAS. Produção e Direção: Sandra Werneck. [S. l.: s. n.], 2006. 1 vídeo (70 min). Publicado pelo canal Daniel Bones. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f9X8WSWi2I>. Acesso em: 26 maio 2021.

MULAN. Direção: Niki Caro. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://furiaflix.com/filmes/mulan/>. Acesso em: 27 maio 2021.

MULHERES vulgares. Intérprete: Racionais. [S. l.: s. n.], 1990. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/racionais-mcs/mulheres-vulgares/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MENDONÇA, Viviane Melo de. Violência contra a mulher: tempo de medo, tempo de lutas. **UFSCar**, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/16301550/Viol%C3%Aancia_contra_a_Mulher_tempo_de_medo_tempo_de_luta. Disponível também em: <https://www.slideshare.net/PibidLetrasCrdula/mdulo-19-identidade-feminina-atuao-e-representao-da-mulher>. Acesso em 20 de maio 2021.

MINAYO, Cecília Maria. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e saúde coletiva**, 5(1), p. 7-18, 2000. Disponível em: https://adm.online.unip.br/img_ead_dp/35428.PDF. Acesso em 31 de maio 2021.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar
In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

NÓS, CAROLINAS- vozes das mulheres da periferia. Uma realização coletivo nós, mulheres da periferia. Direção: Regiany Silva. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM>. Acesso em: 24 maio 2021.

NÓS- mulheres da periferia. Realização Portal da Juventude. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

NOS BARRACOS da Cidade. Intérprete: Gilberto Gil. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0OCVXZ9a7A>. Acesso em: 24 maio 2021.

NOVAIS, Josué. Diversidade Étnico Cultural. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@bolanared74/diversidade-%C3%A9tnico-cultural-e58906c280cb>. Acesso em: 18 mai. 2021.

ONU Mulheres Brasil. **ONU Mulheres** e cartunistas divulgam charges para criticar desigualdades de gênero. [S. l.: s. n.], 2018. ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

O DESAFIO no combate a gravidez na adolescência. Desabafando... Teoria e prática e gravidez na adolescência! [S. l.: s. n.], 2011. Arte e manhas da língua. Disponível em: <https://arteemanhasdalngua.blogspot.com/2011/06/teoria-e-pratica.html>. Acesso dia 18 de maio de 2021.

O QUE é ser mulher da periferia. **Realização Nós, mulheres da periferia**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/nosmulheresdaperiferia/videos/442343629299155/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

O QUE é urbanização? Resumo e conceitos. Quer que desenhe? **Descomplica**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7f8CXiFp6fk>. Acesso em: 24 mai. 2021.

O SILÊNCIO DOS HOMENS. Uma iniciativa – Papo de Homem. Direção: Guilherme N. Valadares. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>. Acesso em: 1 set. 2021.

PRECIOSA. Uma História de Esperança. Direção: Lee Daniels. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://radiofivespecial.com/video/347221/preciosa-uma-historia-de-esperanca-dublado-by-filmes-forever>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PINTEREST. Imagem. Site. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/524247212852877453/?d=t&mt=signupOrPersonalizedLogin>. Acesso em 18 de maio 2021.

PORTAL Geledés. **Questões de Gênero**. 16 imagens que mostram por que o feminismo é importante. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/16-imagens-que-mostram-por-que-o-feminismo-e-importante/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PORTAL da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mapa de Porto Seguro**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://portal.geo.sei.ba.gov.br/portal/apps/MapSeries/index.html?appid=cbeb43b6f50b487ba3ac7d6d366a9502>. Acesso em: 25 jun. 2021.

REZENDE, Milka de Oliveira. "Segregação racial". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021

RODRIGUES, L, S. **A Construção do conceito de lugar e as representações sociais de professores e alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental em Vitória da Conquista-Ba**. 2006. Dissertação (Especialização) – DG - UESB-BA.

RODRIGUES, L, S. **Maternidade e raça**: um diálogo necessário para o ensino e a aprendizagem da Geografia na rede pública de ensino. 2021. Dissertação (Mestrado) - PPGER, UFSB-BA.

ROCHA, Cinthya Aparecida da. **Gravidez na Adolescência e Evasão Escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://www.gineco.com.br/wpcontent/uploads/2018/11/gravidez-na-adolescencia-e-evasao-escolar.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues do; MAGALHÃES, Daniella Rocha; MORA, Gabriela Goulart; CUNHA, Ana. Gravidez na Adolescência no Brasil –Vozes de Meninas e de Especialistas. Brasília: **INDICA**, 2017.

SEGREGAÇÃO Socioespacial e Favelização. A cidade: critérios de definição, organização interna e funções urbanas. Descomplica. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y2bHfOM3oXs>. Acesso em: 24 mai. 2021.

VEJA. Somos muitos - Obra do muralista Eduardo Kobra, que ilustra a capa e a contra capa da **VEJA**: homenagem ao elemento fundamental de tudo, o povo brasileiro. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/o-diverso-povo-brasileiro/>. Acesso em 18 maio 2021.

VIMMER, Beatriz Reinehr; PINHO, Kátia Elisa Prus. Gravidez na adolescência: pare, pense, informe-se, previna-se. **Unidade didática**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1682-6.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

VISTA a minha pele. Direção: Joel Zito Araújo & Dandara. [S. l.: s. n.], 2003. 1 vídeo. 24min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM&t=18s>. Acesso em: 18 maio 2021.